

A Defesa Nacional



SETEMBRO

1958

NÚMERO

530

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

E

ESTUDOS BRASILEIROS

Ministério da Guerra

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO XLV

BRASIL — RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1950

N. 530

SUMÁRIO

CULTURA PROFISSIONAL

Págs.

Balística, Guerra e a Era Atômica — Cel Prof. A. Linhares de Paiva.....	5
A Situação ao Sul da Europa — Ten-Cel Ayrton Salgueiro de Freitas (Trad.).....	9
Coordenação de Esforços — Major Antonio Erasmo Dias.....	13
Novos Tipos de Exercícios — Major Luiz Francisco Ferreira.....	17

CULTURA GERAL

A Percepção Subliminal — Capitão Diógenes Vieira Silva.....	21
Integração Histórica de Mato Grosso na Comunidade Brasileira — Major Hernani D'Aguilar.....	29
A Conquista do Rio de Janeiro — Hélio Viana.....	33
Impõe-se a Coordenação dos Transportes no Brasil — Ten-Cel Francisco Fernandes Carvalho Filho.....	35

GEOPOLÍTICA

I — Doutrina (Geopolítica e Geo-estratégia) — Coronel Golbery do Couto e Silva.....	45
II — Estudos e Ensaio (Os Fatores Geográficos e o Mundo em que vivemos) — Ten-Cel João Batista Peixoto.....	51
III — Fronteiras (O Caso da Ilha Snipe) — Major Octávio Tosta.....	59
IV — Contribuição ao Ensino.....	73
V — Artigo Estrangeiro (Contradições Geográficas e Geopolíticas — Erros em Mapas do Chile) Ten-Cel Galvarino Montaldo.....	75
VI — Índice Bibliográfico — Major Octávio Tosta.....	81

DIVERSOS

"Perceptron".....	93
O Serviço Social de Empresa e o Serviço Social dos Empregadores Como Instrumentos de Racionalização e Produtividade do Trabalho — Dr. Jacy Magalhães.....	

BRASILIANAS

Produção Agrícola — Exportação de Café em 1957 — Siderurgia — Produção Importação e Consumo de Cimento Portland Comum nos últimos anos — Exportação — Minérios de Manganês — Estradas de Rodagem — Veículos em Tráfego — Meio Circulante — Finanças Públicas.....	
---	--

NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR

Projéteis Autopropulsados e Porta-aviões.....	115
O Artigo e os Submarinos Atômicos.....	121
A Política Naval Francesa — Edmond Delage.....	123
União Desportiva Militar Sul-Americana — (UDMSA).....	129

ATOS OFICIAIS

Leis, Decretos, Portarias e Avisos de Interesse Geral para o Exército, Publicados durante o mês de julho no "Diário Oficial".....	131
---	-----





CULTURA PROFISSIONAL

BALÍSTICA, GUERRA E A ERA ATÔMICA

Cel Prof A. LINHARES DE PAIVA

"Les autres nations préfèrent L'INDIFFÉRENCE. Auraient-elles fait le pari que la GUERRE ATOMIQUE n'aura pas lieu? Ou bien croient-elles que nous approchons de l'ère prévue par PASTEUR quand il disait que la SCIENCE FINIRAIT PAR VAINCRE LA GUERRE, parce que la puissance des armes scientifiques ensevelirait les deux camps dans un désastre commun? NON, sans doute: Mais, à l'ère atomique, elles ne peuvent plus s'offrir "NI L'ARME NI LA CUIRASSE".

Le Monde à l'heure atomique—Cmt. J. Bertin.

Jamais a Guerra desaparecerá — O filósofo italiano Michele Sciacca, um dos mestres da Filosofia Moderna, declara que: "Se não existissem guerras, talvez não houvessem homens espiritualmente vivos, pois a guerra constitui um estímulo espiritual. Uma paz permanente deixaria o mundo monótono. A "velha" Europa se destrói cada 25 anos, mas se realça e se alevanta, criando um novo ciclo de civilização. Isso compensa os males da Guerra. Esta é uma lei da Dinâmica Social, é uma força própria da História, é uma lei da Humanidade. Os comodistas, os povos que nunca sofreram, nada produzem para a civilização. As grandes realizações são sempre fruto do sofrimento e da dor."

A Balística é a ciência que estuda o movimento dos projéteis. "A palavra Balística vem do grego BALLO, BALLIZO, arremessar e por intermédio da forma BALLISTA (Latina), antiga máquina de guerra que lançava a uma distância de 120 a 150 metros dardos ou pesos de 250 libras, no máximo. Foi de Ballista que nos veio Bêsta, arma de lançar setas. Daí Besteiro, lançador de setas. O nome Balística surgiu pela primeira vez no título de uma obra do Padre Mersenne, no século 18, obra que assinala um acontecimento importante na história, pois que indica o momento preciso, em que duas ciências, até então confundidas e englobadas na Mecânica como origem, vão divergir, cada uma para objetivos distintos; a primeira torna-se Mecânica.

brirão toda a superfície da Terra, tornando o Azoto do ar radioativo, eliminando qualquer possibilidade de vida.

Se, ao contrário, Deus na sua extrema bondade atender as súplicas dos que desejam viver, dos jovens esperançosos, e das risinhas crianças, e ouvir as preces de S. M. Papa e dos cientistas; então aqueles engenhos de destruição total serão abolidos como foram os gases e voltaremos a

nossa clássica Balística, e o Exército, Marinha e Aviação continuarão a constituir os esteios da Ciência, Honra e Soberania das Nações.

Só o futuro poderá dizer se NOS-TRADAMUS selou o destino da HUMANIDADE em suas profecias de fim do mundo: "O ano de 2000 não verás, pois dos céus virá o fogo que há de devastar os homens, seres e coisas", confirmando o Dia do Juízo Final de nossa religião.

DIRETOR-SECRETÁRIO

Por motivo de sua recente designação para instrutor da EsAO, solicitou exoneração das funções de Diretor-Secretário desta Revista o Major Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, que fôra eleito para exercer aquele cargo no exercício de 1958/60, juntamente com a atual Diretoria. Ao ensejo do afastamento deste brilhante camarada, desejamos agradecer-lhe os valiosos serviços prestados à Revista, no desempenho das funções de Diretor-Secretário, e também a esclarecida e competente colaboração que sempre dispensou aos esforços pelo constante aprimoramento deste tradicional órgão de difusão cultural do Exército.

Para substituí-lo foi eleito, de conformidade com os Estatutos, o Ten-Cel Ayrton Salgueiro de Freitas, que já fazia parte da atual Diretoria como membro do Conselho Fiscal, e cujo nome foi indicado à Assembléia pelo Próprio Diretor-Presidente.

O novo Diretor-Secretário, pelos seus predicados pessoais e pelos muitos títulos que possui, é um dos expoentes da intelectualidade do Exército, e por isso mesmo está plenamente capacitado para contribuir com grande eficiência ao escopo principal desta Revista, que sempre foi servir da melhor forma possível à ilustração profissional e geral de seus leitores.

Aos dois camaradas, acima referidos, consignemos aqui os nossos votos de muitas felicidades em seus novos e afanosos encargos.

A SITUAÇÃO AO SUL DA EUROPA

Tradução do Ten-Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

Ao Sul da Europa, o acidente geográfico que logo se destaca, como principal, é o mar Mediterrâneo. Reportando-nos à história e considerando seus ensinamentos válidos através do tempo, verificamos que o Mediterrâneo desempenhou, sempre, papel saliente em qualquer conflito que teve por cenário as regiões que o circundam.

O Mediterrâneo foi, durante muitos séculos, o centro do mundo antigo e por sua superfície deslizou a maioria dos barcos mercantes do mundo. Uma das três principais batalhas navais, das guerras napoleônicas, teve como cenário o Mediterrâneo e as outras duas se desenrolaram em sua porta de entrada. Durante a primeira e a segunda Guerra Mundial, foi o Mediterrâneo objeto de constante ansiedade por parte dos aliados, a perda de seu domínio em certas ocasiões, atrasou, de muito, as operações projetadas.

É útil recordar as principais características geográficas do Mediterrâneo para melhor ajuizar os problemas que o mesmo apresenta. Nos tempos pré-históricos é evidente que o mar era mais do que uma série de lagos limitada por faixas de terra que uniam a Europa à África. As ilhas e penínsulas, ainda hoje existentes, caracterizam a modificação sofrida. Lá estão o estreito de Gibraltar, as ilhas Baleares, Córsega e Sardenha; a península itálica com Sicília, Malta, Pantelária e seus satélites; a península grega com Creta, Chipre e as ilhas do Egêo; os Dardanelos, o mar de Mármara e o do Bósforo.

Devemos, ainda, recordar as nações que se debruçam sobre o Mediterrâneo. Partindo de Gibraltar e seguindo o sentido dos ponteiros do relógio temos Espanha, que não pertence à Nato, mas, que, em virtude das bases americanas instaladas em seu território, será, naturalmente, levada à guerra com a Nato. França e Itália, ambas membros efetivos da Nato, e que cooperam ativamente com suas forças na defesa da Europa Ocidental, embora, no momento, as tropas francesas estejam desfalçadas em virtude da guerra na Argélia. Seguindo o percurso encontramos a Iugoslávia, país comunista, mas que ainda não está submetido à União Soviética, não sendo, pois, fácil prever que atitude adotará numa Terceira Guerra Mundial, tudo levando a crer que, inicialmente, procurará manter-se neutra. Mais a Oeste, sem contato direto com a Rússia, encontramos um estranho país satélite. Trata-se da pequena Albânia, fiel ao bloco comunista do qual está fisicamente separada, mas que poderá servir de degrau para que os soviéticos alcancem o Mediterrâneo, pois este é o único acesso direto que a Rússia possui para o Mediterrâneo.

Depois deparamos com a Grécia e a Turquia, pertencentes à Nato, cujos pontos de vista divergem com relação a Chipre, criando certa animosidade entre gregos e turcos e quebrando, assim, a unidade do binômio deste canto da Europa. A Turquia é o traço de união entre Europa e Ásia. É na realidade um país asiático com

pequena parte de seu território encravada na Europa.

Resta citar, agora, os países asiáticos e africanos que bordejam o Mediterrâneo para sentirmos, desde logo, a complexidade dos problemas que existem na região. Temos, em primeiro lugar, Síria, Israel e Egito, como três focos em ebulição. Depois temos a Líbia que podemos considerar mais ou menos inclinada para o Ocidente em virtude das tropas britânicas que ainda ocupam seu território. Tunis, já independente, é, no momento em que escrevemos, a causa da inimizade francesa para conosco, em virtude de havermos enviado pequena quantidade de armas inglesas e norte-americanas para seus habitantes. Temos, enfim, a Argélia, chaga que atualmente corrói a política francesa e o Marrocos, a respeito do qual não teremos considerações. Como vemos, grande parte dos problemas que assustam o mundo está localizada na região do Mediterrâneo e parece fora de dúvida que, no momento atual, o motivo principal da Guerra Fria é o estabelecimento da União Soviética no Oriente-Médio e Norte da África, política que, aos poucos, vai se coroando de êxito. Muito temos discutido a respeito do estabelecimento de um sistema de comando apropriado aos complicados problemas da região. Antes de descrevermos a organização do comando adotada, é conveniente analisar a importância das principais bases existentes no Mediterrâneo.

Em sua entrada temos Gibraltar; no centro, Malta e no extremo oriental, Chipre, que, na realidade é somente uma base aérea em virtude de falta de calado em seu porto.

Em 1951, quando pela primeira vez foram organizadas as forças aliadas ao Sul da Europa, o problema que elas procuravam resolver era muito menos complicado que o atual. Grécia e Turquia ainda não haviam aderido à

Nato e o Oriente-Médio não se encontrava tão perturbado como atualmente. As Forças Terrestres do Sul (Nato), estabeleceram seu Quartel-General em Verona, para a defesa da fronteira NE da Itália. Devemos notar que tais Forças não têm contato direto com a Rússia, uma vez que a Austrália serve de obstáculo naquela região. Todavia, têm contato com a Iugoslávia, que de um modo a outro pode passar a engrossar o bloco oriental, particularmente em caso de guerra. Quando a Grécia e a Turquia se uniram à Nato, em 1954, estabeleceu-se em IZMIR (Turquia) o Quartel-General das Forças de Sudeste, que englobava as tropas distribuídas pelas referidas nações, embas em contato direto com o bloco oriental. Devemos notar que as Forças Terrestres Turcas e gregas, deverão estar aptas para a luta em terreno montanhoso, já que assim se apresenta o provável teatro, naquela região.

Caso a política soviética, no Oriente-Médio e ao Norte da África seja coroada de êxito é evidente que a Nato sentir-se-á ameaçada pelo Sul e podendo, daí, resultar encarniçada luta pelo domínio do Mediterrâneo.

Assim sendo, vamos considerar a organização da defesa marítima da região. Temos, em primeiro lugar, a Sexta Frota dos Estados Unidos, que é a Força de Combate e Apoio do Sul da Europa. Posteriormente, sentindo os aliados que o problema cada vez se tornava mais complexo, criaram, em dezembro de 1952, o Comando Aliado do Mediterrâneo com seu Quartel-General em Malta, abarcando as forças aéreas e navais fornecidas pela França, Grécia, Itália, Turquia, Inglaterra e Estados Unidos e tendo a seu cargo garantir as linhas marítimas de comunicação na referida zona e a realização de operações aéreas e navais em apoio aos Comandos vizinhos. Para tal efeito o Medi-

terrâneo está dividido em seis zonas:

- 1 — Gibraltar
- 2 — Comando do Mediterrâneo Ocidental
- 3 — Comando do Mediterrâneo Central
- 4 — Comando do Mediterrâneo Oriental
- 5 — Comando do NE do Mediterrâneo, incluindo Bósforo, Marmara e a águas territoriais do Mar Negro.
- 6 — Comando do SE do Mediterrâneo

Devemos assinalar que tal organização, embora pareça complexa, não afeta, de modo algum, a independência da Sexta Frota dos Estados Unidos em seu papel de Força Naval de Choque.

As seis subdivisões das Forças Aliadas no Mediterrâneo têm a seu cargo a defesa das comunicações marítimas em zonas de suas responsabilidades, cabendo assim, a elas, a luta, principalmente contra os submarinos, enquanto a Sexta Frota estiver empenhada em ataques vigorosos, que constituem seu papel primordial.

Em conclusão, podemos dizer que o principal problema ao Sul da Europa é conservar o domínio do Mediterrâneo, e a importância de tal problema reside no petróleo do Oriente-Médio que é o "sangue" da Europa Ocidental.

Face à NATO temos a URSS, com sua ambição de estender o

comunismo por todo o mundo. Contra tal desejo, a bomba de hidrogénio continua sendo o paliativo mais interessante, sob o ponto de vista militar. Tal bomba, por outro lado, favorece a defesa, pois ninguém será capaz de destruir aquilo que deseja conquistar, governar e explorar.

Por tal razão parece que a Guerra Fria há de continuar com intensidade crescente e que, seu principal objetivo, em futuro próximo será a extensão e consolidação da influência soviética no Oriente-Médio e Norte da África. É evidente que, se diversas nações do Oriente-Médio se converterem em satélites de Moscou, a Europa Ocidental ficará privada de obter o produto vital da referida zona, ou seja, o petróleo. Dizer que isto é provável, é naturalmente, esposar um ponto de vista deveras pessimista, mas o que é evidente é que, quantí mais a influência russa for dilatada, no Oriente-Médio, mais precária será nossa situação em matéria de petróleo. Além disto, se a influência soviética predominar ao Norte da África, a NATO será ameaçada em seu flanco sul e o domínio do Mediterrâneo tornar-se-á mais difícil. Podemos afirmar que os países do Oriente-Médio se deixam influenciar por todo aquele que se apresente como mais potente ou com poderio militar mais avançado. A propaganda do "Sputnik" colocou, por algum tempo, os soviéticos na dianteira. A NATO precisa fazer com que o fiel da balança penda para seu lado, mas, até o presente momento, temos tido pouca sorte.

NOTA DO TRADUTOR — O presente artigo foi escrito, em janeiro de 1958, por um oficial britânico, o Coronel E. Wyndhan, e publicado na revista "The Army Quarterly".

DEBATES EM REVISTA

Procurando dar maior ênfase à parte de Cultura Profissional, "A Defesa Nacional" acaba de criar a subsecção de "Debates em Revista" com a finalidade de acolher a opinião dos companheiros sobre assuntos profissionais, desde que a mesma não esteja em desacôrdo com os regulamentos militares.

No presente número publicamos um artigo de autoria do Major Antônio Erasmo Dias, Instrutor da EsAO, onde o autor expõe seu parecer com relação ao CCA e ao Morteiro 4.2.

COORDENAÇÃO DE ESFORÇOS

Major ANTONIO ERASMO DIAS

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

a. O que vamos analisar, tem como objetivo, apenas, dignificar o Exército.

Não descereamos a detalhes quanto às finalidades de cada Arma, apenas abordaremos certos aspectos mais de perto relacionados com a Infantaria e a Artilharia.

b. Inegavelmente, toda doutrina militar prescreve a guerra como combinação de esforços. Não existirá, portanto, a Arma insubstituível ou desprezível. Dentro de seu papel, todas serão importantes, umas mais que outras, face à determinada situação. Não encerrar o problema nesses termos será renegar o mais meridiano dos princípios. Que "o valor de um Exército se mede pelo valor de sua Infantaria", não se contesta, mas que tal axioma não desmereça o conjunto.

c. Sendo a finalidade do Exército preparar seus homens para a

guerra e, sendo o binômio Infantaria — Artilharia, uma daquelas formas de conjugação de esforços, não é possível se conceber divórcio em tal junção.

Entretanto, dia a dia se nota o desvirtuamento de certos princípios que ferem a fundo o referido binômio. Nota-se falta de vinculação entre a Infantaria e Artilharia, que em absoluto não poderá existir sob pena de não cumprirmos conscientemente a única missão que nos deve enobrecer: "instruir, preparando-nos para a guerra". E nisto, o entrosamento Infantaria — Artilharia, cada uma em sua missão, têm um valor desnecessário de se enaltecer.

d. Em dois pontos, parece-nos haver certos desvirtuamentos, de profundos reflexos em toda doutrina, e mesmo na integridade da própria Arma.

2. O CENTRO DE COORDENAÇÃO DE APOIO DE FOGO (CCAF)

a. Ensinam os manuais, desde o RI ao GO, que as Armas básica e de apoio, trabalham intimamente no planejamento de fogos. O entrelaçamento do Cmt RI e Cmt GO, entre O Lig e Cmt Btl OAv e Cmt Bia é, e será, a base de tal planejamento.

b. O CCF nada mais é que o batismo dêsse "tête a tête" que de há muito já existe. Tomemos por exemplo o CCAF/RI. Nêle trabalham o Cmt RI, Cmt GO, Cmt Cia Mrt 4.2, S3 e S2 do GO, S2 do RI, etc.

Tal órgão, sob a responsabilidade do Cmt RI tem no Cmt GO, o coordenador do apoio de fogo, em virtude de sob seu contróle encontrar-se maior potência de fogo.

A busca, coleta, seleção e difusão de informes e informações no CCAF, tem no S2 GO, o supervisor face a maior rede à sua disposição para tal fim.

Inegavelmente pois, ressaltam os pontos seguintes:

— O CCAF se estabelece, quando fôr o caso, a fim de melhor explorar os meios de fogo tendo em vista o sucesso da operação. Esta, sendo basicamente função da Infantaria, ao Cmt RI caberá indiscutivelmente a chefia e responsabilidade de tal órgão. Todos hão de trabalhar em proveito da Arma base, porém, como trabalhar, melhor opinará quem conhece e tem sob si o meio de fogo. Aqui aparecem as funções dos Cmt de GO e Cia Mrt 4.2 como assessôres do Cmt RI.

— O CCAF é o órgão vital dos informes e informações: ponto básico e capital; peça essencial no planejar fogos. Os S2 RI e GO têm no CCAF, o repositório, o ponto central a que tudo deve chegar. Um meio de apoio de fogo, necessita de alvos, alvos bem localizados, alvos previamente localizados, alvos absolutamente indiscutíveis. Como obtê-los? Só pelo CCAF, carregando de todas antenas da Infantaria e artilharia os informes sobre o inimigo. Prisioneiros de guerra,

observadores avançados, reconhecimento aéreo, patrulhas, relatórios de bombardeio, foto-interpretação, todos canalizarão ao CCAF seus informes. Ai então, pelo estudo, com o S2 GO como supervisor, serão obtidas informações sobre alvos para as Armas interessadas.

O CCAF é a expressão máxima, no âmbito Inf-Art, do que seja conjugação de esforços quando se procura atingir a dois princípios do combate: o alvo e o meio de fogo para bate-lo.

c. Vejamos como problema de tal magnitude tem sido encarado. Entretanto, no âmbito conjunto, deficientes combatentes, Razoáveis infante-artilheiros, não seria melhor?

Dentro da doutrina de combinação de esforços, julgamos que sim.

Desvirtuam-se as Armas, desvirtuando-se o Exército e seu papel primordial: o preparo para a guerra.

Urge corrigir tal anomalia, em que cada Arma faz de si um ser isolado.

d. Necessário será que o artilheiro ao disparar um tiro, raciocine com mil infantes. É preciso que o infante acredite na técnica do artilheiro. Impõe-se aprimorar tal técnica em proveito do infante, e não como mera produtora de demonstrações no vácuo, no vazio! O tiro do artilheiro deve ter no infante seu dignificador. Nada, absolutamente nada, será a Artilharia sem o infante sob suas trajetórias, conscio e confiante em seu apoio.

e. Ao infante caberá dignificar o artilheiro confiando sua vida e sua defesa à sua Artilharia! Não se poupará o infante utilizando as bocas de fogo do artilheiro? Não pertencem a eles, não trabalham para eles, e afinal de contas, não existem por causa deles? E então, por quê relegar o artilheiro? Em última instância estará relegando o que é seu, pois qual a função do CCAF? Colocar à mão do infante todo seu apoio de fogo.

3. O TIRO DO MORTEIRO 4.2

a. No Exército Americano o Mrt 4.2 foi incorporado à Artilha-

ria. Sendo uma arma potente tem sua técnica de tiro idêntica a do material de Artilharia de Campanha. Assim, a gama imensa de princípios de observação, preparação do tiro e de levantamento, tanto se aplica ao Mrt 4.2 como a Obus 105.

b. Assim sendo, seja na realização de tiros observados, como não observados, aptos estarão tanto o Can 240mm como o Mrt 4.2. Isso porque, como já se disse, a técnica o permite a par de meios para obtê-la: preparação experimental, preparação teórica, associação, regimagens, levantamentos precisos, etc. Essa técnica, logicamente, é do artilheiro. A organização da Artilharia tendo em vista acompanhar o aprimoramento da técnica, constantemente evolui principalmente na Era que atravessamos.

c. O tiro não observado apresenta na Artilharia o fim máximo a atingir: desencadeamento de fogo preciso e de surpresa, sem ajustagem. Para tal, a técnica de tiro entra em sua magnitude com uma série imensa de requisitos, que só o artilheiro, com seus meios apropriados, poderá resolver. De outro modo jamais se poderá ter um tiro não observado.

d. O tiro observado, isto é, o tiro que permite controlar seus efeitos, tanto a técnica do artilheiro como a do infante, face a seus meios, resolverão a contento. De há muito tem o infante os seus morteiros e cumprido têm sua missão.

e. Do exposto ressaltam os pontos seguintes:

— A técnica do tiro de artilharia, independente do tiro de material, tem em mira proporcionar tiros eficazes e dêstes sobressaem os tiros não observados, que têm no sistema de fogos de uma preparação, exemplo característico. Para isso obter, empenha-se toda a técnica de tiro e os meios à disposição da Artilharia.

— Outros tipos de tiros, os tiros observados, utilizados principalmente contra alvos inopinados, a técnica de tiro seja de Artilharia

ou Infantaria permitem resolver com sucesso.

f. Chegamos então ao ponto crucial do problema. A Infantaria, pretendendo empregar no tiro do Mrt 4.2, a técnica de tiro da Artilharia, ao que nos parece, desvirtua duplamente sua missão. Primeiramente porque, face aos meios à sua disposição, jamais estará apta a realizar tal técnica e, em segundo lugar, porque deprecia sua co-irmã, a Artilharia, fazendo de sua razão de ser, mero apêndice na Infantaria.

Analisemos com a mente fria tal problema e chegaremos à conclusão de que há algo a corrigir: a técnica com o técnico, a tática com o tático.

Parece-nos estar o infante desvirtuando em parte sua Arma que tem em sua missão precípua, o galar-dão de rainha do campo de batalha.

Não bastarão os problemas de manobra do infante? Não bastará o emprêgo do morteiro executando tiros observados? Responda o infante. O que é insofismável é o infante pretender realizar a técnica do artilheiro, sem meios para tal. Na própria Artilharia, com todo seu sistema montado e experiência de longos anos, é deficiente a técnica em diversos setores. Que dizer então da Infantaria com tais problemas uma vez que serão apenas mais uns dos muitos que já possui?

1. CONCLUSÃO

a. Procuramos, em largos traços, mostrar que está deficiente a coordenação Infantaria — Artilharia. Binômio precípua do que seria a conjugação de esforços, não tem sido explorado como seria de desejar. Apavoramo-nos com o CCAF. O infante relega-o quando tem nêle pedestal básico para o sucesso no combate. Urge conciliar, infantes e artilheiros visando o preparo para a guerra.

b. Procuramos mostrar que a técnica de tiro de Artilharia nas mãos do infante parece-nos desvirtuada, principalmente, pela falta de meios.

Substituirá uma Cia Mrt 4.2 toda a organização de um GO 105, na

elaboração da técnica de tiro de Artilharia?

e. Urge, para bem do Exército, que se conciliem as partes.

Que o infante dignifique sua Artilharia, pois esta tem sua razão de ser na Infantaria.

Que o artilheiro dignifique a Infantaria, pois ela é, e será rainha do campo de batalha.

Aprimoremos de seu séquito, a Artilharia, e que os ressentimentos sejam postergados pela nobreza de quem é majestade.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Dactilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em fôlhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última fôlha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

NOVOS TIPOS DE EXERCÍCIOS

Major LUIZ FRANCISCO FERREIRA

INTRODUÇÃO

A ECEME tem orientado seus trabalhos didaticamente no sentido de aumentar, cada vez mais, a participação ativa do aluno. Essa orientação, que começou a se fazer sentir no modo de conduzir as aulas pelos instrutores, foi-se expandindo e tomando corpo. Atualmente, ela está perfeitamente definida na própria programação geral. Como exemplo dessa evolução acentuada, analisaremos o EA — Exercício de Aplicação — e a nova conceituação didática adquirida pelo tradicional ET — Exercício no Terreno (manobras).

A maior participação dos alunos nos ET foi introduzida no exercício realizado em 1956, com o 2º ano, em CAMPINAS e seu sucesso ficou comprovado no mesmo ano, meses depois, em MATO GROSSO.

EXERCÍCIO DE APLICAÇÃO

1. DEFINIÇÃO

É o tipo de trabalho que visa a aplicação do método de raciocínio, de forma a criar e desenvolver reflexos e a realizar a complementação, integração e fixação dos conhecimentos adquiridos; utiliza o processo do trabalho em grupo, em que o problema a resolver é apresentado de forma a não permitir a divisão do grupo em sub-grupos ou a especificação de funções dentro do grupo. Comporta discussões e exposições pelos grupos de alunos, sobre as soluções dos problemas que lhes foram apresentados e uma conclusão pelos instrutores, se necessário.

2. DESCRIÇÃO

a. **Montagem** — Nesse tipo de trabalho a documentação inicial deverá ser bem completa a fim de que os alunos não necessitem de esclarecimentos adicionais. Aos diferentes pedidos, que são feitos parceladamente, só será apresentada a solução escolar quando esta for indispensável ao prosseguimento do exercício.

b. **Execução** — Para este tipo de trabalho a turma é dividida em grupos, de até 7 alunos, que estudam livremente o problema exposto. Dentro de cada grupo não deve haver especialização, isto é, todos os alunos devem estudar completamente o problema proposto e discuti-lo de modo que, ao fim do prazo estipulado, seja apresentada uma solução, que será a do grupo. Os diferentes grupos são reunidos e as soluções de cada grupo são apresentadas e discutidas. Nessas discussões, a intervenção do instrutor só se fará visando:

— impedir que se fixem idéias errôneas;

— tirar a discussão de um impasse do qual não possa resultar nada de proveitoso para a instrução;

— lançar à discussão pontos importantes ainda não abordados;

— manter a discussão em âmbito pedagógico.

Se o instrutor julgar necessário, fará um resumo conclusivo, antes de fazer um novo pedido aos grupos.

EXERCÍCIO NO TERRENO

1. DEFINIÇÃO

É um tipo de trabalho realizado no terreno, de forma a demonstrar a sua influência capital nas operações e permitir a visualização do espaço em que se desdobram e podem atuar as unidades; utiliza os processos de trabalho em grupo e trabalho individual, podendo ser conduzido de forma semelhante aos Exercícios de Aplicação ou às Manobras na Carta.

2. CONSIDERAÇÕES

O modo de condução dos ET é semelhante ao dos Exercícios de Aplicação ou às Manobras na Carta. Tem em vista a participação gradativa e crescente dos alunos desde o 1º ano. Assim, o trabalho começa inicialmente em grupos, para que todos participem com igual intensidade no exercício, e evolui para a constituição dos estados-maiores (EM), como acontece na Manobra na Carta.

3. DESCRIÇÃO

Neste tipo de trabalho podemos distinguir três fases: montagem, execução e crítica.

a. Montagem

(1) Parte tática. A situação criada deverá:

- permitir linhas de ação equilibradas, isto é, que não ofereçam vantagens ou desvantagens acentuadas quando da comparação entre elas. Este ponto é básico para o êxito do exercício, já que uma linha de ação nitidamente superior iria conduzir os diferentes grupos ou EM para a mesma solução, prejudicando o prosseguimento dos trabalhos;

- conter apenas os dados essenciais à compreensão do problema, evitando fornecer aqueles que possam ser obtidos pelos alunos, quer pela observação do ter-

reno, quer junto à figuração da tropa amiga.

A documentação a fornecer aos alunos descreverá apenas a situação particular a ser vivida, isto é, não apresentará solução, já que esta ficará a cargo dos grupos ou EM.

(2) Parte administrativa:

(a) A escolha do local de manobra deverá estar subordinada a fatores tais como:

- estacionamento da turma em região mais ou menos central de modo a diminuir os deslocamentos;

- possibilidade de obtenção de viaturas tipo de 1/4 a 3/4 t em grande número, de 5 a 8 por estado-maior;

- flexibilidade no processo de alimentação de modo a poder fornecer rações frias de acordo com as necessidades;

- instalações que permitam aparelhar um local coberto e reservado para cada estado-maior realizar as suas reuniões, e ainda um outro para a direção do exercício.

No exercício em Mato Grosso por exemplo, as instalações foram obtidas com uma composição ferroviária estacionada. Aí havia o estacionamento (vagões dormitórios), rancho (vagões restaurantes) e salas para os EM (vagões fechados de bagagem). A direção do exercício ficou no armazém de carga da estação.

(b) A parte administrativa que interessa diretamente aos executantes do exercício, como: constituição dos EM, alojamento, viaturas disponíveis, locais de trabalho, etc., é consubstanciada na documentação inicial.

A carta da região deve representar o terreno com fidelidade, convindo, se necessário, ser feita uma atualização pela direção do exercício.

b. Execução — Os alunos precisam estar bem orientados quanto ao modo de iniciar e desenvolver os trabalhos.

Após ambientados e constituídos os EM, recebem a equação do tempo e os diferentes pedidos com os prazos de entrega. Com esses elementos os EM reúnem-se e iniciam o estudo da situação na carta, visando fornecer aos comandantes os elementos básicos que lhe permitam baixar as diretrizes para o planejamento, aprovar o plano de reconhecimento e estabelecer o ritmo de trabalho de seu EM de modo a poder cumprir os prazos estipulados.

Os pedidos iniciais constam normalmente da decisão e dos cinco parágrafos dos estudos de situação dos diferentes chefes de Seção dos EM Geral e Especial.

O plano de reconhecimento, contendo distribuição, por equipes de reconhecimento, das viaturas atribuídas aos EM, itinerários a percorrer por equipe e horário aproximado, dá os elementos indispensáveis ao controle pela direção do exercício, quer da validade desse planejamento, quer da sua execução. Possibilita ainda o envio de socorro mecânico às viaturas que não regressam dentro do tempo previsto. Junto ao plano de reconhecimento, que é diário e feito de véspera, os EM enviam o pedido de viaturas e de rações frias para o pessoal que terá necessidade de almoçar no campo.

Conforme a situação seja de condução de operações, existindo já tropas em contato, ou seja de planejamento antecipado, ainda sem hostilidades ou em contato distante, os alunos terão que se limitar aos observatórios da tropa em contato ou poderão escolher aqueles que mais lhes agrade.

Durante o reconhecimento os alunos têm inteira liberdade; orientam-se, estudam o terreno e tiram as suas conclusões, tudo sem auxílio do instrutor. No caso de haver tropa em contato são representados os PC desses elementos e aí os alunos poderão obter informações sobre as atividades amigas e inimigas na região, e que o escalão considerado poderia ter conseguido por meio da obser-

vação, patrulhas, etc... Além disso, no PC da direção do exercício são representados os escalões superiores, vizinhos e de apoio ao vivido pelos alunos. As informações que podem ser fornecidas constam de documentos de direção do exercício e só serão dadas ao EM que as solicitar.

De posse dos dados colhidos no terreno e das informações solicitadas, os EM voltam a reunir-se, as diferentes seções chegam às suas conclusões e os comandantes à decisão. Se um dos comandantes necessitar, a qualquer momento, de mais algum dado do terreno, poderá ir completar o reconhecimento ou mandar algum oficial em uma de suas viaturas, comunicando o fato à direção do exercício.

Essa documentação é entregue à direção em tantas cópias quantos forem os EM. Após isto tem início o planejamento e são redigidos a ordem ou planos de operações além de outros pedidos específicos. Esses documentos são também entregues, no mesmo número de cópias, podendo ter apresentação resumida, isto é, em calco.

A direção recebe as diferentes cópias, e distribui uma para cada um dos outros EM e fica com uma delas. Esse será o primeiro contato de cada EM com o trabalho dos demais. Tem início, então, o estudo, por parte dos alunos, visando o debate das soluções, e por parte da direção visando o debate e a crítica. É interessante que os alunos possam voltar ao terreno nessa ocasião para que o debate se torne mais objetivo. Cada elemento do EM prepara-se para defender a sua solução e criticar as demais, devendo para isto organizar um roteiro.

Os debates, face ao terreno, constituem um ponto alto do trabalho e nêles devem ser focalizados os pontos capazes de trazer ensinamentos. A intervenção da direção só se justifica quando realizada com os mesmos objetivos

já expostos nos Exercícios de Aplicação, isto é:

— impedir que se fixem idéias errôneas;

— tirar a discussão de um impasse do qual não possa resultar nada de proveitoso para a instrução;

— lançar ao debate pontos importantes ainda não abordados;

— manter o debate em nível pedagógico.

A preparação dos debates por parte da direção consta do levantamento dos pontos controvertidos e daqueles que precisam ser ressaltados, isto na parte do ensino, e de fixação de medidas administrativas tais como observatórios a percorrer, tempo disponível e EM relator em cada um deles (esses elementos são regulados em função das soluções apresentadas), itinerário a percorrer, local de almôço, etc... É conveniente fazer uma reunião com os comandantes e chefes de EM para fixar detalhes.

Durante os debates, as divergências e dúvidas dos alunos são discutidas e os argumentos doutrinários vêm à tona, facilitando a compreensão do problema. Um dos instrutores deverá estar atento e anotando todos os pontos que o debate não tenha conseguido tornar suficientemente claro, tendo em vista a elaboração da crítica.

c. **Crítica** — É uma parte imprescindível neste tipo de trabalho. Enquanto nos exercícios tradicionais a crítica poderia, algumas vezes, deixar de existir sem que o todo se ressentisse, neste novo processo de instrução isto não acontece. Se tirarmos a crítica o exercício ficará incompleto. Ela completa o conjunto como uma das peças mais importantes. Serve para esclarecer dúvidas, corrigir conceitos e preencher lacunas havidas nas fases anteriores.

A crítica deve ser uma preocupação constante da direção do exercício, a fim de que não se perezam ensinamentos que irão cair em um terreno fertilizado

pela intensa motivação que o exercício proporciona.

São elementos para a elaboração da crítica:

— os planos de reconhecimento: através do estudo dos observatórios percorridos e da formação das equipes;

— a documentação entregue pelos EM: através de seu exame acurado;

— os pedidos de informações dirigidos aos escalões figurados: pela constatação de como foi acionada a busca;

— e as anotações feitas durante os debates.

4. CONCLUSÃO

A experiência tem levado os estudiosos do ensino a uma especialização constante da Didática. Assim temos a Didática da Matemática, da História, da Geografia, etc...

Cabe a nós militares e, particularmente, à ECEME, buscar a melhor maneira de ensinar a Tática. Pelo exposto neste artigo se verifica que a tradicional Escola da Praia Vermelha está consciente desta tarefa e, sem a veleidade de pensar que chegou à melhor solução, ela pesquisa, experimenta e procura melhorar sempre.

Já se tem dito que a tática se assemelha muito a uma arte. Se assim é, devemos observar os processos utilizados por esta e deles tirar o que nos pareça útil. Ao aprendiz de pintura, por exemplo, pode-se dar todas as tintas e materiais disponíveis, ensinar toda a técnica, mas só a prática o levará a ser um pintor razoável ou um gênio se seus predicados o permitirem.

Este tirocinio a tática também exige.

De posse da doutrina, de posse da técnica de emprêgo, é necessário praticar.

Esses exercícios têm tido boa receptividade de parte do corpo discente da Escola, o que é um indicio muito favorável.

A ECEME, contudo, não dorme sobre os louros e a pesquisa continua.



A PERCEPÇÃO SUBLIMINAL

Cap Art DIÓGENES VIEIRA SILVA

Segundo o "Dictionary of United States Army Terms" (SR 320-5-1), "Guerra Psicológica é o uso planejado, por uma nação ou grupo de nações, da propaganda e medidas de divulgação e informação afins, diretamente sobre grupos inimigos, neutros ou amigos, para influenciar opiniões, emoções, atitudes e comportamentos, de modo a que eles ajam de acordo com as políticas e desejos daquela nação ou grupo de nações".

Assim sendo, a Guerra Psicológica se acha intimamente relacionada com o problema da Opinião Pública, razão pela qual a ela nos referimos ligeiramente em aula que tivemos a honra de ministrar na EsIE, em seu primeiro "Estágio de Relações Públicas", e que foi divulgada em "A Defesa Nacional" (1). Ao terminá-la, afirmamos: "... de modo que a guerra psicológica, com muito mais forte razão, tem de

ser minuciosamente planejada e preparada desde os tempos de paz". O conceito de guerra, bem como o de paz, sofreu, já há algum tempo, modificações em seu significado original, trazendo como consequência a chamada "Guerra Fria", que nada mais é do que um perene estado de guerra psicológica, ao qual não falta, também, muitas vezes, o próprio fragor de lutas transformadas, por conveniências de parte a parte, em incidentes diplomáticos, escaramuças localizadas, etc. etc. Nessa "Guerra Fria", em que vive o mundo há mais de uma década, a propaganda e outras formas de influência da opinião pública, têm sido largamente utilizadas, pois elementos combatentes, oficialmente não regulares, são colocados dentro das instituições livres dos países alvos. Portanto, qualquer forma nova de propaganda suscetível de utilização para orientar opiniões tem de ser encarada como uma

(1) "A Defesa Nacional", n. 522, de janeiro de 1953.

nova arma potencial para a Guerra Psicológica.

Uma dessas novas armas surgiu recentemente em publicações esparsas, estando bastante divididas as opiniões quanto à sua eficiência ou ineficiência. De qualquer forma as publicações especializadas em propaganda dela se têm ocupado, e os planejadores, da campanha presidencial de 1960, nos Estados Unidos, não perderam seu tempo, já entrando em contato com os **experts** no assunto. Trata-se da Publicidade "Subliminal".

Muitas vezes os livros mais audaciosos em assuntos científicos, publicados por "visionários" ou "profetas" servem de chacotas para, anos mais tarde, serem realizados e, quase sempre, ultrapassados. Para não citarmos os conhecidos Júlio Verne e H. G. Wells, podemos recordar os anos de juventude em que nos deliciávamos com as aventuras mirabolantes de Flash Gordon ou Brick Bradford, e em que os aviões-foguetes, satélites artificiais e naves interplanetárias enchiam nossas mentes. O que, naquela época, era imaginação doentia, hoje é assunto diário nas discussões dos mais circunspectos cientistas. Assim sendo, podemos hoje buscar na imensa literatura de "Science Fiction", não apenas o que talvez ocorra em longo prazo, como também os problemas que inquietam a humanidade presente. Já essa literatura nos deu inúmeros exemplos de ditaduras instaladas no mundo futuro, pelo uso da psicologia e do domínio sobre as mentes humanas. Dentre eles, para não nos estendermos, podemos destacar George Orwell, em sua novela "1984", já publicada em português, e em que a psicologia é utilizada para dominar o mundo. Por outro lado, em "Re-volt in 2100", Robert A. Heinlein publica a novela "If this goes on", em que um diabólico ditador domina os Estados Unidos, no ano 2100, por meio do uso da psicologia.

Há mais de seis meses que nos Estados Unidos se faz experiências com a "Publicidade Oculta", "Venda Invisível", ou para os técnicos, as simples letras "P.S.", Percepção Subliminal. Que vem a ser essa nova forma de propaganda e como pode ela ter utilidade na Guerra Psicológica?

Freud e muitos outros psicólogos de sua época desenvolveram o tema de que o comportamento humano pode ser compreendido pelo que existe no subconsciente do indivíduo, razão pela qual o tratamento dos distúrbios psicológicos pelo método por eles preconizado, se baseia no levantamento do que existe e do que se passa na parte chamada "porão" de nossa mente. Por essa teoria, algo pode se introduzir no nosso subconsciente sem que disso tomemos conhecimento. Eis porque, então, a palavra **subliminal**. Derivando do latim *sub* (em baixo) e *limen* (umbral), o adjetivo **subliminal** caracteriza essa forma de percepção como toda aquela percepção que tem lugar além do umbral da mente consciente.

Para nossa mente tomar conhecimento de qualquer estímulo, ele tem de ser percebido durante um certo espaço mínimo de tempo, pelo menos por um dos nossos sentidos. Se o estímulo ocorrer em um espaço de tempo inferior a esse mínimo, nossa mente consciente não será capaz de apreendê-lo. Assim, uma imagem ótica projetada em 1/50 de segundo, é tão veloz que não nos apercebemos de sua existência. Mas, subconscientemente ela foi lançada em nossa mente, e se se repetir com certa frequência será capaz de se gravar em nossa cabeça, surgindo posteriormente como algo nascido de nosso próprio raciocínio. Isto é que os técnicos chamam de **percepção subliminal**, toda sensação recebida por via inconsciente e capaz de afetar as ações e reações de um indivíduo.

EXPERIÊNCIAS NORTE-AMERICANAS

Em setembro de 1957, o psicólogo nova-iorquino James M. Vicary convidou os jornalistas para uma reunião em que revelaria o valor publicitário da nova técnica, e para confirmar sua confiança no processo relatou a seguinte experiência:

Durante uma sessão cinematográfica realizada em Fort Lee, New Jersey, Vicary e seus colaboradores, no decorrer da projeção da película *Pic-Nic*, projetaram sobre a tela, cada cinco segundos, e com a duração de apenas três milésimos de segundo, as frases "Beba Coca-Cola" e "Tem fome? coma pipocas". Afirmou ele que a experiência durou seis semanas e que durante esse tempo, as vendas de Coca-Cola e de Pipocas aumentaram de 57,7% e 18,1%, respectivamente. A conclusão a que chegaram foi de que centenas de pessoas foram influenciadas sem que disso tivessem tomado conhecimento, passando a beber mais Coca-Cola e a comer mais Pipocas.

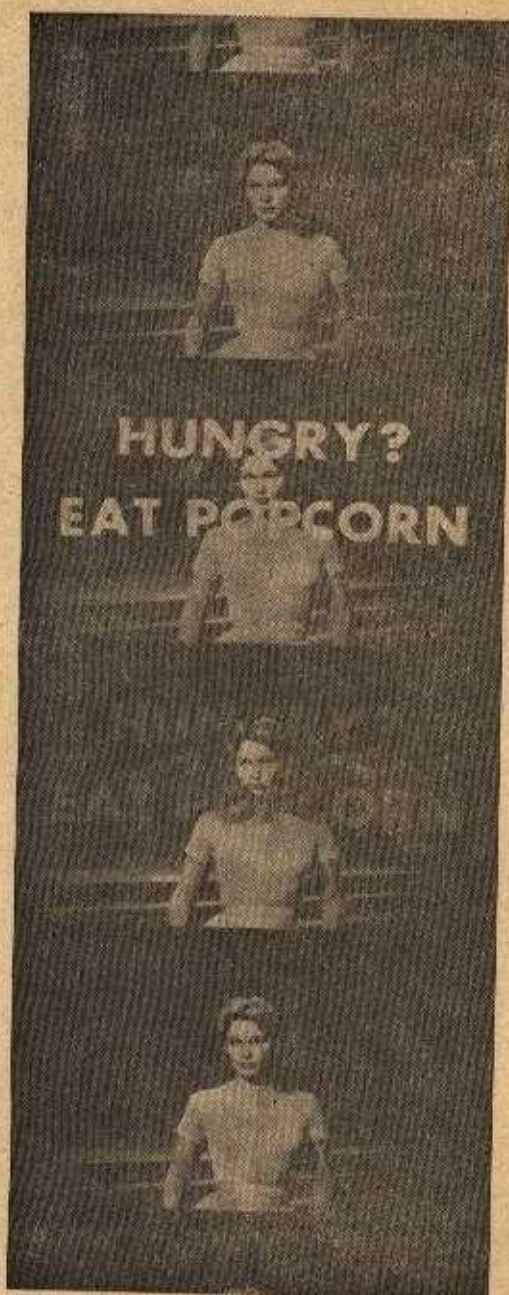
Fundou Vicary uma empresa, a "Subliminal Projection Company Inc.", solicitando imediatamente o registro das indispensáveis patentes para a exploração comercial da nova técnica, principalmente visando sua utilização na televisão, reduzindo o tempo gasto em anúncios, fazendo com que eles cheguem ao consumidor sem que o mesmo disso se aperceba.

O semanário norte-americano "Newsweek" (23 Set 1957) se ocupou do assunto, e imediatamente os partidários e os contrários da nova técnica iniciaram um amplo debate a respeito do tema, o qual atualmente já envolveu o próprio Governo dos Estados Unidos da América, principalmente pelas implicações morais que vieram à baila. No Senado norte-americano, o senador republicano pelo Estado de Mi-

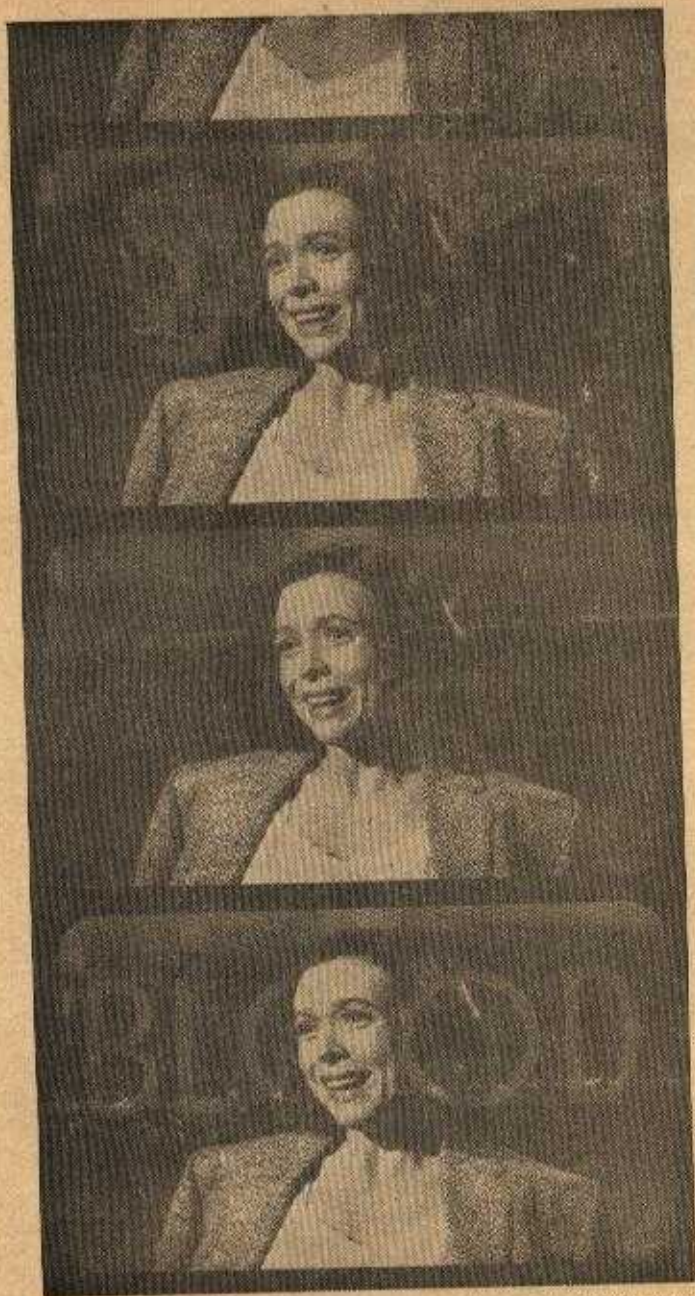
chigan, Charles Potter, solicitou informações à Comissão Federal de Comunicações, se estava pronta para proteger o público contra a nova ameaça. Inúmeras associações de classe norte-americanas também se movimentaram e, como resultado da celeuma, a Associação Nacional de Radiodifusão e Televisão proibiu a seus associados a utilização da Percepção Subliminal em seus programas.

Em janeiro do corrente ano, o mesmo Vicary apresentou outra demonstração de sua técnica, perante a Comissão Federal de Comunicações, projetando, no decorrer de um filme, propaganda de pipocas, e um convite para combater a poliomielite. As conclusões não foram favoráveis e julgaram os membros da Comissão que a nova técnica ainda não apresentava resultados que a credenciassem como algo sobejamente provado.

No entanto, a discussão continuou, e o Senado do Estado de New York aprovou por unanimidade um projeto de lei proibindo a publicidade subliminal, enquanto na Califórnia a estação de televisão KTLA, de Los Angeles, anunciava sua intenção de **marchando na vanguarda das novas técnicas de televisão, lançar, sob forma subliminal, anúncios preparados pela sociedade anônima "PRECON Process and Equipment Corporation"** (organizada por Corrigan, ex-professor de psicologia da Universidade de Tulane, e posteriormente consultor da Douglas Aircraft Company, em Long Beach, Califórnia, e Hal C. Becker, professor adjunto de neurologia experimental da citada Universidade, de Nova Orleans, Louisiana, e relacionados com campanhas de fins nobres, tais como "Guie seu carro com cuidado" e "Não lance papéis na rua". No entanto, foram tantas as cartas de protesto recebidas que resolveu suspender sua programação de Percepção Subliminal.



Na película *PIC-NIC*, com Kim Novak, foi sobreposto o anúncio P.S. "Tem fome? Coma pipoca", na experiência realizada em Fort Lee, por Vicary e seus colaboradores.



No filme "My World Dies Screaming", no momento em que Cathy vê um cadáver, a palavra "Sangue", e a imagem de uma caveira procuram lançar no subconsciente do expectador a idéia do terror.

Ainda nos Estados Unidos, a Estação de Televisão WTWO, de Bangor, Maine, resolveu executar um teste para provar a eficiência da nova técnica, em novembro do ano passado; e cada 11 segundos, com a duração de 1/60 de segundo, projetou a mensagem "Se vê este aviso, escreva à WTWO". Não houve aumento do número de cartas recebidas pela Estação, porém, esperam continuar com as experiências, antes de revelar qualquer conclusão.

Não apenas as estações de televisão, mas também as estações de rádio resolveram experimentar a técnica subliminal, lançando, no decorrer dos seus programas, mensagens sub-audíveis. Dentre várias experiências, uma merece destaque, por ter apresentado resultados positivos. Foi a realizada pela estação KYA, também de São Francisco que, entre dois discos, introduzia uma voz baixa que dizia rapidamente "Escreva hoje mesmo à KYA". Essa mensagem foi repetida dez vezes por dia, durante uma semana, e ao término da experiência, a estação havia recebido 87 cartas em resposta à sugestão. Uma dizia: "Creio ter ouvido que a KYA pede que se lhe escreva, e assim faço. Que se passa?", e outra afirmava: "Não sei por que querem que lhes escreva, mas aí vai, de qualquer modo".

Também Hollywood se interessou pela nova técnica e já se achava pronta a película "My World Dies Screaming", quando seu produtor, Williams S. Edwards, tendo conhecimento da P.S., entrou em ligação com Robert E. Corrigan, da PRECON, e introduziu na película palavras e imagens que normalmente trazem à nossa mente idéias de terror, de modo a intensificar essa impressão que se desejava transmitir ao espectador durante certos trechos da história. Também outro filme já está utilizando a nova técnica para transmitir noções de terror ao assistente, e é o "The Tur of the

Screw", uma história de fantasmas de Henry James.

Inúmeras outras experiências estão sendo levadas a efeito pelo catedrático da Universidade de New York, George S. Klein, em colaboração com os Drs. Robert Holt e Donald Spence, e, segundo parece, as conclusões têm sido favoráveis à nova técnica de percepção subliminal.

EXPERIÊNCIAS BRITÂNICAS

Além das inúmeras experiências de laboratório que têm sido executadas na Inglaterra, existe uma levada a cabo pela BBC, durante uma cena de ballet, em meio a um programa intitulado "Questão científica". Pelo espaço de 1/25 de segundo, se projetou uma mensagem, sem relação de espécie alguma com o programa e que dizia apenas "Pirie bateu o recorde mundial", mensagem essa que não foi apreendida nem pelo pessoal do estúdio. Terminado o programa, foi revelado aos telespectadores que, no decorrer do mesmo, se tinha passado algo diferente, e se solicitava, como colaboração, que todos procurassem identificar o que fora. A estação recebeu respostas de 430 assistentes, dos quais 20 citavam corretamente a frase, e outros 134 a recordavam parcialmente. Além desses, casos houve em que a frase foi lembrada, mas o assistente procurou dar-lhe explicação, como foi o caso de um deles que declarou ter sonhado com ela, sem a ter visto na televisão. Uma senhora afirmou também não ter visto conscientemente a frase, mas ter se lembrado dela posteriormente, quando lavava os pratos.

Os estudos e experiências continuam, havendo sérias divergências quanto à eficácia do método, desejando vários pesquisadores determinar qual deve ser a duração mínima, bem como a máxima, da mensagem subliminal. Para que possa atingir o subconsciente, sem a percepção consciente. Outros julgam que deverá ser

determinada a relação que deve existir entre a mensagem lançada sob forma tradicional, destinada ao consciente do assistente, e a outra, a P.S., para que possa ser recebida ou não no subconsciente.

SURGEM OS PROTESTOS

Já nos referimos, aos protestos do senador norte-americano Charles Potter, bem como à reação do Estado de New York. A discussão se espalhou na grande nação do norte, e nas Ilhas Britânicas, achando-se, atualmente, ambos os campos armados de argumentos ponderáveis na defesa dos respectivos pontos de vista.

No Brasil, vários escritores têm se preocupado com os resultados funestos para o regime democrático se tal prática fôr posta em uso, em futuras campanhas eleitorais. Foi a preocupação que levou Rubem Braga a escrever sua crônica "Arma Perigosa" ("Diário de Notícias" de 7 de maio de 1958), unindo sua voz à de outros jornalistas e escritores de todo o mundo, inclusive Aldous Huxley, conforme nos relata o telegrama abaixo, distribuído pela United Press:

"O escritor britânico Aldous Huxley, em entrevista para a televisão, advertiu existir o perigo de um desaparecimento dos processos democráticos, recorrendo-se nas campanhas políticas à "catequização subconsciente" através da televisão.

Huxley referia-se à técnica do anúncio subconsciente, pela qual, nos programas de televisão, são encaixadas mensagens instantâneas, que não chegam a ser registradas visualmente, mas cuja repetição é capaz de impressionar o subconsciente do espectador.

Disse que, no momento, o truque não constitui ameaça; mas que um dos expoentes dessa técnica já lhe asseverou que talvez seja empregada "até certo ponto" na campanha presi-

dencial de 1960. Assim, seria possível persuadir o público a votar por certo candidato, sem que os indivíduos tivessem conhecimento da pressão a que estariam sendo submetidos." ("Correio da Manhã", de 20 de maio de 1958).

E O FUTURO ?

Os técnicos de guerra psicológica norte-americanos empregam diferentes termos para caracterizar as técnicas de propaganda utilizadas na perseguição de certos objetivos de suas ações. Assim, chamam a propaganda de "branca", "cinzenta" ou "negra", conforme a maior ou menor possibilidade de identificação de sua fonte de emissão. A propaganda **negra** pode ter sua fonte de emissão nas próprias fileiras adversárias, isto é, em termos de país para país, pode ela ter lugar dentro do próprio território inimigo, seja utilizando a "quinta coluna", usada com tanta eficiência pelos alemães no último conflito, seja usando qualquer outro processo. Até o momento, a publicidade subliminal, P.S., ainda se acha no campo das conjecturas, sujeita a discussões. Mas, é um novo método de controle psicológico que surge, ainda muito discutido, como é de uso em regimes democráticos.

Assim, devemos encarar o que poderá se passar em terreno oposto, em regimes totalitários, nos quais não existe aquele "espaço livre" de que nos fala Maurice Mégrét (*La Guerre Psychologique*), mantido, pelos países democráticos, entre a conduta político-psicológica da guerra (*Guerre Política*) e o acompanhamento dessas ações pelas operações de guerra psicológica propriamente dita (*Guerre Psicológica*). Em países totalitários, a própria moral das tropas, civis ou militares, não apresenta uma existência autônoma, mas aparece como um produto de laboratório. Não deduzimos a moral do combatente

pela análise psico-sociológica, mas ela surge como uma resultante de um trabalho bem organizado, com objetivos definidos, para a obtenção dos quais lança-se mão de todas as fontes diretas do cosmos psicológico. Regime democrático nenhum, baseado no respeito ao indivíduo, pensou em estudar os procedimentos que deveriam ser usados em "lavagens cerebrais", mas o regime comunista, em várias oportunidades, revelou a que ponto chegaram seus "psicólogos".

Portanto, qualquer novo método de influenciar indivíduos, alterar procedimentos das massas, atuar direta ou indiretamente sobre o comportamento do futuro combatente, da linha de frente ou da retaguarda, deve ser convenientemente estudado, calculando-se qual a sua probabilidade de emprego, e qual a sua capacidade

de eficiência. Se um método de guerra psicológica surge, mesmo que fuja aos tradicionais já provados, devemos com ele nos preocuparmos, se não para usá-lo, pelo menos para nos munirmos das armas necessárias para nos defendermos do seu provável emprego pelo adversário futuro, que pode mesmo ser um aliado atual.

A publicidade subliminal ainda se acha em fase de estudos; ainda não satisfaz aos testes exigidos para que se imponha como nova forma de publicidade. No entanto, se apresenta com todas as características de uma futura arma de Guerra Psicológica, o que é o suficiente para que não a desprezemos sem maiores investigações. O desenvolvimento da humanidade cada vez mais nos mostra que o impossível de ontem, hoje é ultrapassado, para amanhã ser considerado obsoleto.

**COMPANHIA PROGRESSO INDUSTRIAL
DO BRASIL**

FABRICA BANGU

TECIDOS FINOS

EXIJAM SEMPRE A MARCA



QUE GARANTE:

CÔRES FIRMES, PERFEIÇÃO E DURABILIDADE

INTEGRAÇÃO HISTÓRICA DE MATO GROSSO NA COMUNIDADE BRASILEIRA

Maj HERNANI D'AGUIAR.

1 — INTRODUÇÃO

Poucos estados poderão jactar-se, como Mato Grosso, de uma história tão variada, rica e vibrátil. Seu território serviu de proscênio a verdadeiras epopéias e somente é brasileiro a trôco de heroísmo, suor e sangue.

Sua conquista nada apresentou de fácil — na realidade sofre, ainda, processo de completamento.

2 — HISTÓRIA

— Ao procurarmos fazer o breve epitome da história mato-grossense, devemos iniciar dizendo que, antes mesmo da descoberta do Brasil, os territórios do atual Estado de Mato Grosso pertenciam à coroa espanhola, por força do Tratado das Tordesillas — nunca haviam sido trilhadas pelas gentes de epiderme alva — e só não eram Res Nullius, em virtude da existência de numerosos aborígenes das nações Tupi-Guarani e Tapuia.

— Por pouco o Rio Paraguai ficaria inteiramente castelhano, apesar de ter sido um português — Aleixo Garcia — o primeiro branco a atingir suas águas, partindo, provavelmente, do litoral de Santa Catarina, atravessando o contingente por terra e, após haver cruzado o caudaloso Paraná, próximo das Sete Quedas.

— Portugueses e espanhóis orientaram de tal sorte suas conquistas e explorações no continente sul-americano, que os primeiros entrechoques tardaram, ainda, a chegar.

Os lusos se estabeleceram na orla atlântica das terras que acabavam de descobrir, galgaram o Primeiro Faredão e lançaram, em 1554, no Planalto de Piratininga, as bases da atual cidade de São Paulo.

Os castelhanos, mais preocupados com a prata do Peru, foram remontando, lentamente, os rios da bacia Platina, com Solís, Caboto, Mendonza e Ayolas, que fundou, em 1536, às margens do Rio Paraguai, um povoado a que deu o nome de Assunção.

Assunção e São Paulo passaram, de pronto, a ser os dois importantes centros de irradiação das iniciativas espanholas e portuguesas, no que interessa ao Mato Grosso.

— O espanhol Nuflo Chaves, em 1556, recebeu ordem de fundar nos Xaraies uma fortificação, mas, não vendo futuro na região, resolveu por sua conta criar uma "gobernación" nas encostas dos Andes. Foi assim que nasceu Santa Cruz de La Sierra; por um erro de Espanha, a nova localidade foi vinculada ao governo do Peru, em lugar de ficar na dependência do governo do Paraguai.

— Com Felipe, o 2º de Espanha e o 1º de Portugal, uniram-se as coroas ibéricas. Durante 60 anos durou a dominação felpina, tornando-se esmaecido e tênue o meridiano das Tordesillas e favorecendo a penetração bandeirante, que foi se processando, quase sem luta, até 1640, quando da Restauração da soberania portuguesa.

— Foi sendo, pois, Mato Grosso percorrido e conquistado pela tenacidade dos bandeirantes, desde os

meados do Século XVII e por toda a centúria seguinte: Desde o início sobressaiu a extraordinária figura do bandeirante número um — Antônio Raposo Tavares — que por diversas vezes palmilhou as latifúndias de oeste e, em sua mais célebre expedição, a de 1648, destruiu os povoados de Itatins, Santo Inácio, Santa Cruz de Bolafios, Nossa Senhora da Fé e Xerez, que os castelhanos haviam levantado, em território hoje sul-mato-grossense, contribuindo destarte para dificultar a implantação do poder espanhol.

“Na alheta de Raposo Tavares vão outros, na caça do índio e das pedras, seguindo todos a rota histórica: Tietê — Paraná — Pardo — Anhanduí — Aquidauana — Miranda — Paraguai. E, seguindo esse itinerário, Pascoal Moreira Cabral Leme encontrou ouro a flux, no local onde hoje se assenta a vestusta Cuiabá. Essa descoberta dá origem, a 8 de abril de 1719, ao nascimento do arraial nas lavras de Miguel Sutil, donde o ouro em nódulos ou pepitas era apanhado em abundância nas raízes das ervas arancadas. Cuiabá tornou-se um pólo de atração à gente de Piratininga e um marco de posse inabalável, irremovível, da gente lusitana. E, no dizer de Pedro Moura, uma das pedras angulares de unidade nacional.

O caminho para a Córte continuou sendo pelo Pardo e Tietê, mas foram abertas comunicações com o Amazonas, através do Madeira e Tapajós e quando foram descobertas as minas dos Guaianas, em Golás, na sede do ouro, foi aberta uma estrada para esta cidade, no sentido oeste-leste a partir de Cuiabá”. Ao mesmo tempo que se desorganizava a ação dos castelhanos, ia sendo o Estado explorado, conhecido e habitado.

— Em 1734 foi fundada Pouso Alegre pelos irmãos Paes de Barros.

Em 1748 foi criada a Capitania Geral de Mato Grosso, que, assim, foi desmembrada da de São Paulo. Seu primeiro governador foi D. Antônio Rolim de Moura Tavares.

Já no ano anterior, Pouso Alegre fôra elevada a categoria de Vila, com a denominação de Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, que foi a capital da Capitania até 1820.

O 1º governador construiu em 1759 a Fortaleza de N. S. da Conceição, na margem direita do Guaporé e que viria mais tarde a chamar-se Bragança.

Já desde 1750, pelo Tratado de Madri ficara firmado o princípio do *Ut Possidetis* e esboçados os lindes de Mato Grosso com as Colônias castelhanas.

O 4º governador D. Luiz Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, com sua extraordinária visão, vibrou golpes mortais contra as pretensões espanholas, de posse do Rio Paraguai com o levantamento de uma série de fortificações: Registro de Insua e Jauru (73-74); Estacada ou Presídio e o primitivo Forte de Nova Coimbra, em 1775; Forte da Beira em 1776 e o Presídio de Albuquerque, hoje Córumbá, em 1778.

— O definitivo Forte de Coimbra foi construído em 1801, pelo Tenente Cel Ricardo Franco de Almeida Serra e, nesse mesmo ano, foi por ele mesmo defendido vitoriosamente contra a investida dos espanhóis com Don Lázaro de Rivera Espinosa, à frente.

— Veio a Independência do Brasil e Mato Grosso integrou-se dentro do novel Império que se constituiu.

— Em 1825, ocorreu o curioso episódio da anexação da Província de Chiquitos, que fizera parte da primitiva Audiência Espanhola de Charecas, por solicitação de seu governador.

Sem o beneplácito de sua Majestade Imperial, o dirigente de Mato Grosso incorporou ao Império a referida Província e com esse ato, prontamente anulado, quase fêz desencadear verdadeira cruzada anti-imperialista contra o Brasil, comandada por Bolívar e incluindo as Repúblicas de Gran-Colômbia, Peru, Províncias Argentinas e Chile. Mato Grosso estava previsto

para ser o ponto de aplicação dessa verdadeira avalanche.

— Ocorre a Guerra do Paraguai. Mato Grosso viu-se invadido por duas colunas guaranis, uma pelo planalto e a outra ao longo do Rio Paraguai. Solano Lopes faz levar sua gente até Corumbá. O solo mato-grossense encharca-se de sangue que serve para escrever páginas de glória. A Província estava sem defesa com o bloqueio da Baía Platina; restava apenas o itinerário histórico do Tietê e a precaríssima comunicação por Campinas e Uberaba, por onde, atravessando quase todo o Brasil, veio a coluna com Camisão à testa, escrever a Epopéia da Laguna.

"Mato Grosso não parecia ser Brasil — na interessante expressão de Lima Figueiredo — e, para atingi-lo, tornava-se mister um longo percurso através do Dardanelos Platino. Durante a Guerra do Paraguai sentimos na própria carne a dor da imprevidência."

— "A expansão pastoril, semeando posses e fazendas, na região do sul, propiciou o aparecimento de arraiais e cidades inúmeras. Foi assim que surgiram: Nioaque, Entre Rios, Aquidauana, Campo Grande, Maracaju e, a mais recente — Coxim. Miranda desenvolveu-se. Santana do Paranaíba apareceu no primeiro momento dessa expansão enorme; foi o fulcro de todo o movimento.

A exploração da erva-mate, iniciada logo após a paz com o Paraguai, acarretou a criação de Pôrto Murtinho, Bela Vista, Nhu Verá, Campanário, sem falar nos arraiais de Caracol, Margarida, Cabeceira do Apa, Pôrto Felicidade e muitos outros que se perdem na imensidade dos ervais."

— Em 1903, Rio Branco resolveu sãbiamente a questão do Acre com a Bolívia, dando consistência aos limites de Mato Grosso, ao norte.

— Em 1905, 35 anos após a Guerra do Paraguai, num 15 de novembro, teve início a NOB, no então vilarejo de Bauru, rumo a este.

A construção em Mato Grosso foi atacada pelas duas extremidades e a 1º de setembro de 1914, na atual

Estação de Ligação, os trilhos se uniram e a ferrovia ficou concluída, após 8 anos e 10 meses e 27 dias.

O Estado estava efetivamente vinculado à Comunidade Brasileira.

— Esse auspicioso evento; o indômito caminhão que, pioneiramente, rasgou os rincões mato-grossenses e vai sendo seguido pela rodovia; a extraordinária mentalidade aeronáutica brasileira; estão propiciando ao Estado condições melhores para um desenvolvimento mais acelerado.

— Novas perspectivas surgem agora, com Brasília que, tornando efetiva, finalmente, a marcha para oeste, refletirá com sua força centrífuga, ação altamente benfazeja para Mato Grosso, auxiliando-o na ciclópica luta — cultivar os campos gerais, vencer a hileia, palmilhar as latantias sem fim, explorar os rios gigantescos — cooperando na construção da brilhante Civilização Brasileira.

3 — CONCLUSÕES

1ª — Apesar de terem sido os castelhanos que inicialmente se instalaram em terras mato-grossenses, o Estado acabou por integrar-se dentro da América Portuguesa. O Rio Paraguai é brasileiro em ambas as margens, desde as nascentes até a Baía Negra, porque:

— Nuflo Chaves deixou de fundar uma povoação nas barrancas do rio, conforme lhe fôra determinado e, Santa Cruz de La Sierra, erradamente foi vinculada ao Peru em lugar de ficar sob a jurisdição Platina;

— Os Bandeirantes não permitiram que se instalassem núcleos populacionais espanhóis, em caráter definitivo, na Província de Chiquitos.

— Pereira e Cáceres trancou o rio com Corumbá e Coimbra, cortando as ligações platino-bolivianas.

O restante chão do Grande Estado faz parte da Comunidade Brasileira:

— Mercê da união das coroas ibéricas que no interregno de 6 dé-

cadás destituiu a importância do Meridiano de 1494;

— Pela ação incansável dos Bandeirantes que, além de repelir as correntes hispânicas, percorreram o território em todas as direções;

— Pelo Tratado de Madri que firmou um princípio;

— Pelos diversos ciclos de povoamento que atraíram as gentes para estas plagas e foram semeando cidades, lentamente: o do ouro; o da borracha; o da expansão pastoril; o da exploração erva-teira e, novamente, o da garimpagem;

— Pela sábia condução e solução, pelo Barão do Rio Branco, da Questão do Acre, que teve reflexos sobre os contêrminos de Mato Grosso;

— Pela conclusão vitoriosa da Guerra de 64-70.

2ª — A NOB, segundo conceitos da Geopolítica, transformou Mato Grosso, de uma ilha, em península, ligando-o efetivamente ao núcleo central.

3ª — O binômio caminhão-rodovia e, o avião, estendem sua ação, pioneiramente, a todos os pontos do Estado.

4ª — Brasília será fator fortemente positivo no desenvolvimento de toda a região Centro-Oeste, proporcionando a Mato Grosso a oportunidade para retirá-lo do marasmo em que se encontra, mergulhado há mais de 4 séculos.

5ª — Há muito o que fazer, mas, quando as divíncias do Estado forem devidamente conhecidas e exploradas; quando o seu solo for suficientemente povoado; quando se instalar uma indústria em bases seguras e racionais; quando possuir um sistema viatório conveniente — Mato Grosso virá a desempenhar papel importante, dentro da Nação Brasileira.

BIBLIOGRAFIA

Melo e Silva — Fronteiras Guaranis.

Souza Júnior, Antônio de — Fronteiras Flutuantes.

Eduardo Barbosa — Raposo Tavares.

Rocha Pombo — História do Brasil.

Magalhães, Basílio de — História do Brasil.

Lima Figueiredo — A NOB e a Brasil-Bolívia — A Conquista do Brasil pelos Brasileiros.

Barreto, Aníbal — Fortificações de Mato Grosso (DEF NAC Nov-956).

Diversos — Anuário de Mato Grosso (1957).

Pontos ECEME (1956) — Os Transportes na Formação Político-Social do Brasil.



Banco Hipotecário

Lar Brasileiro S. A.



Um Banco
cujo presente
é o reflexo do
seu passado e
garantia do
seu futuro



A CONQUISTA DO RIO DE JANEIRO

HELIO VIANNA

A região em que se encontra a cidade do Rio de Janeiro tornou-se conhecida desde o primeiro dia do ano de 1502, quando descobriu sua baía uma frota exploradora portuguesa. Dêsse descobrimento a 1º de janeiro ressaltou o seu nome, não havendo nenhum erro na denominação *rio*, visto que assim chamavam e ainda chamam os lusitanos as barras de suas angras, como a do Tejo, a *ria* de Aveiro e outras.

A existência de tão grande abrigo para navios divulgou-se nos anos seguintes, crescendo o seu interesse por serem as margens da Guanabara muito ricas em pau-brasil. Não tardou que aí se estabelecesse uma feitoria para o tráfico da preciosa madeira de tinturaria. Por motivos não suficientemente esclarecidos foi pouco depois abandonada, de modo que, quando por aqui passou Fernão de Magalhães, em 1519, para a primeira viagem de circunavegação, dela apenas encontrou vestígios, inclusive restos de canavial.

Na mesma situação achou o Rio de Janeiro a frota de Martim Afonso de Souza que, em 1531, aqui esteve durante três meses, desembarcando gente e mandando explorar as vizinhanças. Uma oficina de ferro foi instalada em terra, onde também se montaram dois bergantins, necessários ao prosseguimento da viagem.

A esse tempo freqüentavam as costas brasileiras entrelopos franceses, que procuravam violar o monopólio português do pau-brasil, traficando diretamente com os indígenas, que logo aprenderam a distingui-los dos lusitanos, cha-

mando *mair* aos primeiros e *perós* aos segundos. O Rio de Janeiro era um dos portos usados pelos contrabandistas do pau-de-tinta, que se aproveitavam do fato de ainda não ter sido povoada a região pelo donatário da capitania de São Vicente, a que pertencia.

Quando pensaram os franceses em se estabelecer de modo definitivo na América do Sul, foi o Rio o local preferido por Nicolau Durand de Villegagnon, vice-almirante e cavaleiro da Ordem de Malta, que, com auxílio do influente Gaspar de Coligny, aqui tentou criar um núcleo em que se reunissem católicos e calvinistas, estes diretamente enviados de Genebra, pelo próprio Calvino. Chegando em 1555 e fortificando-se na pequena ilha de Sirigipe, que hoje tem o seu nome, Villegagnon não conseguiu evitar que as divergências religiosas européias aqui se reproduzissem. Retirou-se em 1559, ficando em seu lugar o sobrinho Bois-le-Comte, que outros reforços havia trazido da França.

No ano seguinte, registrou-se o primeiro ataque luso-brasileiro ao forte Coligny. Realizou-o, com o auxílio de indígenas amigos, o governador Mem de Sá, que conseguiu tomar e arrasar a fortificação, mas por falta de recursos não pôde consolidar a vitória pela fundação de uma povoação, cuja necessidade entretanto perfeitamente anteviu. No mesmo sentido escreveu ao cardeal D. Henrique o padre Manuel da Nóbrega, jesuíta que o acompanhava.

Os franceses, aliados aos indígenas tamoios, recolheram-se às

aldeias destes, inclusive a do chefe Biraoçu-mirim, situada na actual praia do Flamengo, onde desemboca o rio Carioca, um dos mais antigos topônimos do Rio de Janeiro, hoje designativo de seus habitantes.

Tornava-se cada vez mais necessária a expulsão dos intrusos e, para efetivá-la, veio de Portugal, com algumas forças, o capitão Estácio de Sá, sobrinho do governador. Recebendo reforços, inclusive indígenas, na Bahia, Espírito Santo, e São Vicente, a 1 de março de 1565 desembarcaram junto à barra guanabarina, entre os morros Cará de Cão e Pão de Açúcar. Aí estabeleceu um acampamento — povoação — que logo se transformou na cidade real de São Sebastião do Rio de Janeiro, assim denominada em indireta homenagem ao soberano então reinante, D. Sebastião I.

Dois anos de duras lutas teve de sustentar o bravo conquistador, enfrentando muitas dificuldades, de que não era menor a falta de mantimentos. Para diminuir-lhe mandou que se fizessem roças e hortas em direção do actual bairro da Urca. Muitas vezes, porém, para garantir o seu abastecimento, tinham os portugueses e seus aliados de assaltar, à noite, os mandiocais dos tamoios, que se estendiam pelas proximidades de Botafogo. Em compensação, frotas de canoas inimigas iam também atacar a nascente povoação, inclusive com setas incendiárias, escondendo-se previamente junto à ponta do morro da Viúva.

Apesar de mantida sua posição, não se resolvia a questão da posse francesa ou lusitana da Guanabara pela recíproca falta de recursos suficientes para a expulsão de um ou outro combatente. Indo à cidade do Salvador o irmão jesuíta José de Anchieta, a fim de ordenar-se, encarregou-o Estácio de Sá de expor a difícil situação ao tio governador. Compreendeu-a Mem de Sá e pela segunda vez veio ao Rio de Janeiro, disposto a definitivamente derrotar os intrusos. Assim foi realizado em janeiro de 1567, embora com o sacrifício de seu primeiro capitão e conquistador, falecido no mês seguinte, em consequência de flechada recebida no rosto. Por este motivo setas figuram nas armas da cidade, em lembrança tanto de Estácio como de seu romano padroeiro, São Sebastião, também morto a flechadas.

Até 1563 aqui permaneceu Mem de Sá, que nomeou governador da nova cidade outro sobrinho, Salvador Corrêa de Sá, que se tornou tronco de toda uma série de ilustres governantes do Rio de Janeiro. Transferindo a sua sede para o morro do Castelo e dotando-a dos recursos necessários ao aproveitamento de sua magnífica situação marítima e terrestre, muito contribuíram, todos, para o seu definitivo e jamais interrompido desenvolvimento, culminando com a elevação à categoria de capital do Estado do Brasil, em 1763, há 195 anos. A este tempo já tinha o título de "muito leal", a que se acrescentou, depois o de "heróica".

O Exército tem obrigação de estar preparado para a guerra. Temos que planejar as linhas de ação a serem seguidas se as hostilidades se iniciarem. Temos que possuir planos para o melhor aproveitamento de todos os recursos disponíveis, no caso de uma guerra.

O propósito final de um comandante em campanha é destruir o inimigo. Mediante previsão e cuidado com seus problemas logísticos, pode tê-los em ordem antes do dia da batalha e, assim, ficar livre para dedicar toda a sua atenção à luta.

General W. PALMER

IMPÕE-SE A COORDENAÇÃO DOS TRANSPORTES NO BRASIL

Ten.-Cel. FRANCISCO FERNANDES CARVALHO FILHO

A idéia de transporte está intimamente vinculada à de deslocamento. Deslocamento de pessoas e de cargas, com um sentido social e econômico.

As comunicações, a seu turno, visam a assegurar os entendimentos e relações humanas.

Transportar e comunicar constituem, assim, necessidades imprescindíveis ao bem-estar social, ao desenvolvimento econômico e à integração cultural e política.

É conhecida a função histórica desempenhada pelos transportes e comunicações.

Que seria da grandiosidade do Império Romano sem a magnífica rede rodoviária que uniu, administrativamente, as suas Províncias?

Como desconhecer a importância da rede persa de estradas e do sistema de comunicações postais no território de Creso?

Que seria, finalmente, do desenvolvimento industrial e comercial dos Povos sem a existência dos grandes barcos, das importantes ferrovias ou dos caminhos interiores de toda ordem?

OS TRANSPORTES E O MUNDO MODERNO

Com o desenvolvimento dos grandes sistemas de transportes, tornou-se possível a produção em larga escala, o conseqüente abaixamento dos custos e, em decorrência, a formação das chamadas economias externas.

O bem-estar social aumenta, igualmente, com a evolução dos transportes e comunicações.

De fato, as grandes Metrópoles são, disso, exemplo flagrante. O suprimento de maiores quantidades de bens de consumo (leite, produtos hortícolas, carne, etc.) contribui à baixa dos preços e ao crescente aumento de quantidades consumidas "per capita".

De outra parte, a facilidade de comunicações (telefônica, de rádio-difusão, etc.) sempre, satisfatoriamente, as necessidades culturais das populações.

No campo da política, não é menos evidente sua importância.

É por seu intermédio que se facilita a ação do poder de Governo, no cumprimento das leis e na execução de programas de interesse público que lhe incumbem realizar.

É, também, graças a eles que as pessoas de diferentes locais melhoram suas relações de intercâmbio e o sentimento pátrio mais se fortalece pela aproximação, assim permitida.

A segurança e soberania de um País só estarão, mesmo, asseguradas, pela integração de seus habitantes e pela possibilidade de, a qualquer tempo, serem deslocados recursos e meios aos diferentes pontos do território.

Não estaremos nós, portanto, trabalhando pela sobrevivência deste nosso País, de tão vasta área, extensos limites e de variadas condições social-econômicas, se não determinarmos medidas que visem, entre nós, a eliminar as diferenças e equilibrar desníveis do potencial econômico, dos valores culturais e de vida social. Só assim poderemos, ao mesmo tempo, garantir a

ação do poder político e militar sobre toda a superfície pátria, na preservação da sua integridade e da sua segurança.

OS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES COMO SERVIÇO PÚBLICO

O Estado moderno é organização complexa e seus atos administrativos abrangem todas ou quase todas as atividades de seu povo: educa, distribui justiça, protege a saúde, mantém a ordem pública, fomenta riquezas, etc. Inúmeras são, pois, as suas responsabilidades.

Bem e melhor executar os serviços públicos, constitui, sem dúvida, ponto fundamental de Governo.

Na verdade, os transportes e comunicações constituem, dentro do esquema dos serviços públicos, os de maior importância.

É que, sem eles, não pode, o Estado, administrar justiça, garantir a soberania, educar as populações, prestar-lhes recursos assistenciais, nem fomentar a própria economia nacional.

Nessa ordem de idéias, torna-se evidente incumbir, ao Poder Público, não só a implantação dos sistemas necessários e adequados, como o zelo em sua manutenção e crescente melhoria.

Como se sabe, os serviços públicos podem ser de exercício direto ou de concessão pelo Governo através de regulamentação apropriada e justa remuneração dos investimentos, tendo em conta a maior produtividade social.

Ora, para que consigam tais objetivos, existe uma pré-condição, que é a de se harmonizarem todos os serviços entre si e às necessidades públicas a atender.

Faltam, porém, em nosso País, os elementos fundamentais a essa harmonização, que só se conseguirá através de uma legislação adequada e efetiva fiscalização.

Com efeito, os serviços públicos brasileiros de comunicações e de transportes estão regidos, no momento, por um conjunto de atos a reclamar coerência e atualização. Em suma, é requerida uma política administrativa para tais setores.

Essa política, traduz, em última análise, a condução da solução do problema viatório e de comunicações, pelo estabelecimento de planos, programas, normas e diretrizes, a serem realizadas e de formas de execução, de modo a se preservar os interesses nacionais.

POLÍTICA NACIONAL DE TRANSPORTES

No Brasil, atualmente, a política nacional de transportes, apesar dos esforços de ilustres homens públicos em bem defini-la, ainda não se consubstancia em um único termo, sendo diversa e dispersa a legislação a respeito.

Realmente, o Plano de Viação Nacional, de 1934, representou grande interesse do Governo em estabelecer uma política geral em relação a transportes, mas, julgada insuficiente, já em 1946, foi determinada a sua revisão em bases de maior realismo. Pende essa matéria de tramitação no Congresso Nacional, que aprovará o Plano e um órgão centralizado de orientação: o Conselho Nacional de Transportes.

Existe, porém, implantada há mais de dez anos, uma efetiva política em determinado setor de transportes.

É a política rodoviária que, no Brasil, se consubstancia em termos positivos e objetivos, que lhe dão corpo e caráter definitivos. Conduzem-na: um Plano Rodoviário Nacional, uma Lei com dispositivos normativos e de execução, um órgão orientador, executor e fiscalizador, e recursos próprios para execução.

Dai, talvez, a evidência do sistema rodoviário no Brasil, sobre os demais sistemas de transporte.

A exemplo, impõe-se então a definição objetiva da política nacional de transportes, formulada em bases idênticas à rodoviária — Plano, Código, Órgão e Recursos — tudo visando unidade e coordenação.

Diante da situação atual da exploração dos transportes, julgamos assim, imprescindível, a existência, na administração pública brasileira, de um órgão superior, cujas atribuições visem à unidade política dos transportes, a ser alcançada

através das atribuições daquele órgão.

Unidade política dos transportes é finalidade de largo alcance como objetivo nacional, só poderá ser alcançada à base de normas disciplinadoras, executadas mediante atributos de autoridade de fato, que evidenciem, no nível nacional, o critério e orientação desejados pela Nação no setor transportes, e que só podem ser realizados, efetivamente, por uma eficiente ação de Governo.

O interesse público exige, realmente, um órgão superior de ação eficiente e positiva quanto à solução do problema viatório no Brasil. Para nós, esse Órgão deve ter atribuições que lhe confiram capacidade para dirigir e autoridade para mandar realizar, conforme o interesse que representa. Sua competência deve ser de decisão e não de opinião, de mandar fazer e não de recomendar, pois que assim o exigem a sua finalidade e as condições de particular e absoluta precariedade e de inadequação dos transportes brasileiros.

PLURALIDADE DOS MEIOS DE TRANSPORTE

Tornaram-se inócuas, presentemente, as disputas em torno do privilégio de determinadas formas de transporte, em detrimento de outras. Falta, a essas discussões, sentido prático, uma vez que a utilização do tipo depende de fatores vários, interdependentes e diversificados pela espécie de serviço a realizar.

A pluralidade deve ser, pois, a norma no campo da política de governo, não sem a consideração dos fatores de rapidez, segurança e custo.

De fato, nos tempos de hoje, nenhum tipo ou forma de transporte pode ser considerado exclusivo para atendimento das necessidades humanas.

Todos têm sua função específica, seus valores próprios e suas limitações, bem como sua adequação às diferentes condições geográficas e à natureza da demanda.

A competição desequilibrada que continua a ocorrer entre os diferentes tipos de transporte, contrariando legítimos interesses nacionais, tem sido, em geral, mais resultado da incompreensão do relevante problema, em todos os seus aspectos, do que de desatenção do Poder Público para melhor resolvê-lo.

Verbas têm havido e, por vezes, substanciais.

Falta-lhes, porém, programação adequada segundo escalas de necessidades, visando ao maior benefício da coletividade.

Em tese, a concorrência leal é útil ao progresso econômico.

Em se tratando, porém, de serviços públicos, a questão se há de examinar sob outros ângulos mais gerais.

Não é possível, por exemplo, que o Estado subvencione, de uma ou de outra forma, um tipo de transporte, em detrimento de outro.

Há que garantir-lhes, nesse aspecto, igualdade ou similitude de condições.

De outra parte, não se pode admitir que o Poder Público não proteja aqueles sistemas que se recomendam como de maior adequação a certas áreas, ou a certos tipos de atividades.

Como primeiro exemplo, surge o caso de subvenção indireta ao transporte em caminhões, através de um preço de gasolina ou óleo inferior ao de seu efetivo custo cambial, em detrimento das ferrovias.

No segundo caso, exemplifica-se com a adoção preferencial de transportes fluviais ou aéreos na Região Amazônica, ou de um sistema ferroviário para transporte pesado de minérios.

Evitar por todas as formas e meios as distorções na escolha e uso dos transportes deve ser, assim, tarefa e norma de interesse do Estado.

REAPARELHAMENTO DOS TRANSPORTES NO BRASIL

Em 1946, criou-se no Brasil a política rodoviária, com a aplicação coordenada de recursos para fins próprios.

Desde então, rompeu-se inteiramente o aparente equilíbrio econômico de nossas ferrovias, iniciando-se a era dos déficits, que se agravaram cada vez mais, como resultado de uma desorganização congênita, jamais corrigida em tempo oportuno com medidas justas e eficientes.

E que os erros se haviam acumulado, desde as práticas subvencionais impróprias no Império à interpretação falha da verdadeira finalidade econômica das estradas de ferro.

Da mesma forma, a falta de reaparelhamento oportuno, conjugada ao inadequado e arcaico sistema administrativo e operacional, levaram à situação de deficiência e de precariedade os nossos portos e transportes hidroviários.

Diante da caótica situação de tão importante setor da administração pública, decidiu o Governo, através de uma Comissão Mista, estudar as bases do reequipamento de nossos sistemas de transporte. Estudos tão elevados constituem, em verdade, nos dias de hoje, a melhor planificação a respeito do palpitante assunto.

Os projetos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos se vêm materializando, se bem que em proporções modestas e, as mais das vezes, ressentindo-se da ausência de um órgão orientador, como o será o Conselho Nacional de Transporte.

A falta de recursos, fruto da retração de financiamento em moeda estrangeira e de possível insuficiência de fundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, aliada ao encarecimento contínuo dos preços, que de muito ultrapassaram o montante das previsões orçamentárias daquela Comissão, representam as principais dificuldades ao tão almejado reaparelhamento.

Aos "Projetos da CMBEU" e aos recursos provenientes do BNDE, juntemos o Plano de Viação Nacional (1934) e os demais recursos arrecadados para a execução do sistema nacional de transportes: Orçamentários e Fundos.

Já então o montante é elevado, parecendo-nos que, se disciplinados e coordenados os investimentos, os

resultados obtidos teriam traduzido melhores benefícios na esfera nacional.

Assim teria sido se os recursos orçamentários e outros, também, se destinassem às realizações recomendadas naqueles projetos.

A POLÍTICA TARIFÁRIA

Argumenta-se que a inadequação de uma política tarifária também responde pela precariedade da situação reinante em nossos transportes, com a provocação de sérios desequilíbrios econômico-financeiros.

Não sabemos até que limite o sistema tarifário pode responder pela insuficiência dos transportes, mas argumentamos que as tarifas têm sido sucessivamente revistas e devemos cuidar para que preços proibitivos, frutos de continuas elevações de fretes, não venham a afetar, sobremaneira, o usuário, levando as empresas ao uso de propaganda em busca dos clientes, pela promessa de facilidades de créditos e pagamentos.

Em 1956, foram autorizados numerosos e sucessivos aumentos de tarifas ferroviárias e já são evidenciadas as críticas sobre a eficácia da medida, verdadeiro paliativo para moléstia de profundas causas.

Julgamos que o complexo problema dos transportes no Brasil não tem, ainda, os seus elementos estudados, em bases nacionais, que lhe possibilitem uma solução integral e conjunta, de reajustamento específico, mas de efeitos coordenados, de modo a que a exploração dos diferentes sistemas se faça, realmente, pela adequação da carga transportada ao veículo utilizado.

Assim sendo, reaparelhar transportes não é só reequipar sistemas, rever tarifas, adotar medidas financeiras em larga escala, mas é — e principalmente — tudo isso e mais: harmonizar os sistemas à carga a transportar, padronizar os meios e elementos constitutivos, corrigir despesas, eliminar os interesses restritos e injunções políticas, fazer o acompanhamento da evolução técnica, industrializar os sistemas de exploração; enfim, coordenar a ex-

ploração pela adequação do uso às condições e fins desejados.

Por isso, julgamos que a indiscriminação das inúmeras medidas já postas em prática para solução do palpitante problema não permitirá o alcance do fim almejado, sem a ação de Governo visando a um conjunto de medidas saneadoras, disciplinadoras e de coordenação, o que poderá bem ser traduzido através de uma política nacional de transporte.

O DESEQUILÍBRIO NA EVOLUÇÃO RECENTE DO SISTEMA DE TRANSPORTES

O enfático desequilíbrio no sistema brasileiro de transportes, assunto latente, obrigatório em todas as páginas de nossas fontes de informação e divulgação, traduz-se pela precariedade dos serviços em exploração e pelos déficits operacionais, a despeito do maior e crescente volume transportado.

Ele é muito mais sensível pelo desajustamento do meio à carga a transportar, onerando, desnecessariamente, o transporte e concorrendo, afinal, para o desequilíbrio econômico-financeiro do país.

Realmente, o transporte hidroviário é o mais barato, seguindo-se o ferroviário, o rodoviário e, finalmente, o aeroviário, numa relação de aproximadamente 1 (um) para o hidroviário, 3 (três) para o ferroviário, 7 (sete) ou 9 (nove) para o rodoviário e 15 (quinze) para o transporte aéreo.

Apesar desses valores e de nossa extensão, configuração e posição geográfica, dados estatísticos conduzem-nos ao gráfico de evolução dos diferentes sistemas de transporte, entre os anos de 1948 e 1956.

É muito difícil alinhar todas as causas da tendência traduzida no Gráfico, mas duas são por demais evidentes para não serem agora lembradas: o esgotamento de nossa marinha mercante e a interpretação falha da verdadeira finalidade econômica de nossas estradas de ferro.

Efeito principal: agravam-se as condições econômicas e financeiras do país, pelas dificuldades de circulação de suas riquezas.

Por outro lado, o levantamento dos recursos federais votados no decênio 1948-1957, para execução dos diferentes sistemas de transporte, conduz-nos ao gráfico de distribuição daqueles recursos, feito com base nos Orçamentos da República e nos do Fundo Rodoviário.

Julgamos os montantes bastante elevados, o que denota o interesse do Poder Público em buscar uma solução para angustiante problema. Cumpre ressaltar que no levantamento procedido, com a análise dos Orçamentos Anuais nesse período, desprezaram-se todos os recursos destinados ao custeio, tendo sido considerados, tão-somente, aqueles vinculados a obras, equipamento, auxílios ou subvenções para os diferentes setores de transporte.

Para responder à indagação de "o que foi realizado à custa desses recursos nesse prazo", podemos considerar os dados constantes dos Gráficos e Quadros apresentados.

O quadro n. 1 procura mostrar a evolução ferroviária no Brasil, de 1948 a 1955, e conduz à conclusão do pequeno vulto dos acréscimos alcançados face ao montante dos recursos que têm sido votados a esse fim.

De passagem, convém atentar para o pequeno percurso médio do transporte ferroviário de uma tonelada: apenas 246 km, apesar de nossa grande extensão territorial e da finalidade de transporte a grandes distâncias, pelas ferrovias.

Assim, conquanto crescente, nos últimos anos, esse índice de percurso médio, fica ele muito aquém de nossas possibilidades e exigências em matéria de transporte, máxime se atentarmos para confrontos internacionais com países de bem menor extensão territorial.

Pelo quadro n. 2, que apresenta a evolução da cabotagem (1948/1956), têm-se idéia do decréscimo nesse importante setor, pois que o aumento físico verificado é devido, principalmente, ao movimento da Frota Nacional de Petroleiros, e não à de carga geral.

Com o Quadro n. 3, é feito um confronto das características técnicas, em 1948 e 1954, dos 19 portos organizados do País. Ressalta uma fraca evolução, ainda mais acentua-

EVOLUÇÃO FERROVIÁRIA

A N O	EXTENSÃO DA REDE				ELETRIFICAÇÃO			CAMIÕES		VAZÕES		LOCOMOTIVAS			FONTE DAS - IV (MIDARE) (MIDARE)		
	Estreita	Corrente Larga	TOTAL	1,60	1,60	TOTAL	Nº	Capac.	Nº	Capac.	Vapor	Eletr.	Diesel	Potência HP			
1.948	1.070	53.254	2.228	35.825	503	586	1.089	4164	5395			3.491	155	182	502.454	32.395	7.599.148
1.956	1.062	53.406	2.624	37.092	855	1.127	1.980	894	6036			3.488	220	434	580.679	39.097	8.699.601
-	- 8	+1.152	+ 325	4 %	+ 350	+ 541	80 %	+100	+541			- 52	+55	+ 252	+378.245	+ 6.402	+2.200.453

EVOLUÇÃO DOS TRANSPORTES DE CABOTAGEM

ANO	EMBARCAÇÕES EM TRÁFEGO		TONELAGEM TRANSPORTADA		TONELAGEM DE MERCADORIAS NOS PORTOS (Milhares)	OBSERVAÇÕES
	Número	Tonelagem de carga	Peso	Frete (Cr \$)		
1.945	305	755.979	4.251.589	795.519	22.451	(a) 30 da Frota de Petroleiros
1.956	340(*)	879.273 (b)	6.678.000	2.425.000	40.761 (c)	(b) 214.044 da Frota de Petroleiros
-	+ 35	+ 125.294	+ 2.446.511	+ 1.679.681	+ 18.300	(c) Estimada.

[illegible]

da, em seu aspecto negativo, quando se excluem os dados relativos ao acréscimo de área útil de armazenagem do porto do Rio de Janeiro.

Ora, se é insuficiente o nosso equipamento portuário, mesmo à atual demanda, que se caracteriza, inclusive, pela forte retração do comércio internacional, é fácil imaginar as enormes dificuldades que advirão, ao se normalizarem essas circunstâncias.

Acresce o fato de que, cogitando-se do reaparelhamento intensivo de nossa marinha mercante, e da própria implantação da grande indústria de construção naval, no Brasil, mais sensíveis ainda se tornarão os efeitos da futura demanda sobre uma estrutura portuária em fase de insuficiente crescimento e melhoria.

Fenômeno inverso, mas que igualmente caracteriza a necessidade urgente de uma política de coordenação de transportes, vamos encontrar na aviação comercial brasileira.

Conforme relatório, recém-divulgado pela Seção de Assuntos Econômicos da Diretoria de Aeronáutica Civil, em 1955, apenas 3 (três) companhias nacionais de transporte aéreo ofereceram resultados industriais satisfatórios.

A elevação freqüente dos níveis tarifários, nas linhas domésticas, parece constituir-se na causa principal de uma certa estagnação no evoluir antes auspicioso de nossa aviação comercial, com uma certa rigidez na procura.

Como resultado, vem decaindo a taxa de aproveitamento de nossas aeronaves nos percursos oferecidos, perspectivas essas que se tendem a acentuar com a notícia da aquisição de mais meia centena de novos aparelhos comerciais de voo.

Dessa forma, enquanto em nossa estrutura portuária poderá sobrevir excesso de procura, sobre a atual aparelhagem, na aviação comercial, ao contrário, é crescente

a tendência na queda da relação de passageiros-quilômetro ou toneladas-quilômetro utilizadas em relação ao total correspondente de passageiros-quilômetro ou toneladas-quilômetro oferecidas.

CONCLUSÃO

Assim tem sido, em linhas gerais, a evolução recente dos transportes no Brasil.

Ignorando, seja pelo desconhecimento, seja pela conveniência, as causas do deficiente sistema, temos aplicado fórmulas de salvação de efeitos específicos, mas falhas para a solução genérica e fundamental do problema.

É imprescindível que todos os que tenham parcela de responsabilidade na Administração Pública, ou nas Classes Produtoras, estejam convencidos das leis que regem os fenômenos de transporte, para poderem não só justificar o valor da atuação governamental na respectiva coordenação, como a sua urgente necessidade para o próprio desenvolvimento das atividades econômicas.

Contemplando os erros que já se incorporaram aos métodos e sistemas de operação dos transportes no Brasil, parece-nos difícil que, de uma ou doutra forma parcial, nos libertemos de suas conseqüências.

Sabemos que a própria força da inércia é um empecilho ao firme propósito de superar tantos erros, mas a evidência de um descalabro é bastante suficiente para quebrá-la e indicar rumos certos para a solução buscada.

Uma vez que o problema é de alto alcance, consideramos urgente possa dispor o Estado de elementos que realmente o capacitem à condução na órbita nacional de um sistema administrativo nesse setor.

Só assim se harmonizarão os meios às condições desejadas, por uma coordenação que já é imprescindível ao Poder Público e à vida nacional.



N. 3

Coordenador: Major OCTAVIO TOSTA,
da Seção de Geografia e História do EME

I — DOCTRINA

Coronel GOLBERY DO COUTO E SILVA
do Estado-Maior do Exército

(Continuação do número anterior)

GEOPOLÍTICA E GEO-ESTRATÉGIA

1 — QUADRO CONCEPTUAL DA SEGURANÇA NACIONAL

A moderna conceituação, atin-
gida, através de longa evolução,
sempre — como vimos — no sen-
tido de uma generalização cada
vez maior — pelo termo Estrat-
égia, tanto referido à arte em si
mesma como à sua aplicação por
um dado Estado (ou coligação de
Estados) num determinado pano-
rama conjuntural, exigiria um
reajustamento de todo o quadro
conceptual da Segurança Nacio-
nal.

Definir-se-iam, em primeiro lu-
gar:

OBJETOS NACIONAIS — como
a tradução das aspirações e inte-
rêsses de todo o grupo nacional;

Distinguindo-se:

Os **Permanentes (ONP)** — ex-
pressando aspirações e interêsses
que perduram em determinada
etapa, mais ou menos longa, da

evolução do grupo nacional; como
núcleo constante e universal aí
figuram, sob formas mais agressi-
vas e positivas ou mais defensivas
e negativas, as idéias motoras de
integração nacional, autodetermi-
nação ou soberania, bem-estar e
progresso;

Os **Atuais (ONA)** — represen-
tando a cristalização dessas aspi-
rações e interêsses, à luz das li-
mitações impostas pelas possibili-
dades e circunstâncias do momen-
to, em particular pelos antagonis-
mos internos e externos, tanto
existentes como presumíveis.

A **POLÍTICA NACIONAL** seria,
pois:

— a governação do Estado com
vistas à consecução e salvaguarda
dos Objetivos Nacionais;

E a **ESTRATÉGIA NACIONAL**
poderia definir-se com precisão
como:

— a orientação e direção tanto
do desenvolvimento e reforço dos

recursos nacionais, como de sua aplicação, a fim de promover efetivamente a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais (Atuais), a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis.

Ora, **SEGURANÇA NACIONAL** caberia defini-la por certo como:

— o grau relativo de garantia que o Estado proporciona à coletividade nacional, para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos, a despeito dos antagonismos internos ou externos, existentes ou presumíveis.

Resultaria, então:

— a **ESTRATÉGIA** é a **POLÍTICA DE SEGURANÇA NACIONAL**.

Assim sendo, a Política abrange a Estratégia, restringindo-se esta àquele setor da Política que se acha sob a influência, direta ou indireta, de antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis.

Conforme as circunstâncias — maior dinamismo das relações internacionais, maior dependência do Estado em relação ao exterior, presença de antagonismos mais perigosos e prementes, maiores vulnerabilidades da Nação considerada — o âmbito da Estratégia poderá ampliar-se de muito e quase coincidir inteiramente com o da Política.

Em qualquer caso, a Política comanda a Estratégia, fixando-lhe os objetivos próprios — ONA, em função dos Objetivos Nacionais Permanentes. Aquêles são objetivos, pois, de caráter estratégico, enquanto os ONP são objetivos políticos.

Cumpriria definir o instrumento de ação da Estratégia:

PODER NACIONAL — é a expressão integrada dos meios de toda ordem (políticos, psico-sociais, econômicos e militares) de que a Nação dispõe, efetivamente, no momento considerado, para

promover, no âmbito interno e no campo internacional, a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, a despeito dos antagonismos internos e externos, existentes ou presumíveis.

Esse Poder Nacional é o instrumento unificante da Estratégia. Entretanto, para análise e planejamento, necessário é considerar quatro expressões interrelacionadas do Poder Nacional: o Poder Político, o Poder Psico-social, o Poder Econômico e o Poder Militar.

Com vistas às suas estimativas e avaliações sempre focalizadas num futuro mais remoto ou mais próximo, a Estratégia conceitua:

O POTENCIAL NACIONAL — expressão integrada dos meios de toda ordem (políticos, psico-sociais, econômicos e militares) suscetíveis de, em maior ou menor prazo, ser transformados em **PODER**, para fazer a guerra.

O Potencial considerado pela Estratégia é, assim, referido ao esforço máximo de que a Nação é capaz para enfrentar determinado antagonismo. Corresponde ao que também é denominado **POTENCIAL DE GUERRA**. É um máximo de Poder Nacional futuro, bem amarrado no tempo.

Como no caso do Poder, para fins de análise e planejamento, admitem-se também quatro expressões interrelacionadas do Potencial Nacional, apesar do caráter unificado dêste: Potencial Político, Potencial Psico-social, Potencial Econômico e Potencial Militar.

Quer o Poder, quer o Potencial Nacional que, aliás, é afinal um Poder "em ser" ou "Potencial de Poder", têm, pois, fundamentos políticos, militares, econômicos e também psico-sociais — vale dizer demográficos, étnicos, culturais, sociais e éticos — além dos fundamentos geográficos que a todos os demais, por sua vez, condicionam mais ou menos estreitamente.

QUADRO CONCEPTUAL DA SEGURANÇA NACIONAL

1. OBJETIVOS NACIONAIS { PERMANENTES - ONP
 (ASPIRAÇÕES e INTERESSES) - (OBJ. POLÍTICOS) -
 ATUAIS - ONA
 - (OBJ. ESTRATÉGICOS)
2. POLÍTICA NACIONAL { NÃO-ESTRATÉGICO (AUSENCIA de ANTAGONISMOS)
 CAMPOS (GOVERNAÇÃO DO ESTADO) { - POL. de BEM ESTAR e DESENVOLVIMENTO
 ESTRATÉGICO (PRESENÇA DE ANTAGONISMOS)
 - POL. de SEGURANÇA NACIONAL-ESTRATÉGIA
3. ESTRATÉGIA NACIONAL (GERAL, INTEGRADA, GLOBAL) -
 - CONSECUÇÃO E SALVAGUARDA DOS ONA
 - 3.1. INSTRUMENTO { DE AÇÃO - PODER NACIONAL

DESDOBRÁVEL PARA ANÁLISE e PLANEJAMENTO EM.....	{ PODER POLÍTICO PODER PSICO-SOCIAL PODER ECONÔMICO PODER MILITAR
---	--
 - DE AVALIAÇÃO - POTENCIAL NACIONAL (POT. de GUERRA)

DESDOBRÁVEL PARA ANÁLISE e PLANEJAMENTO EM.....	{ POTENCIAL POLÍTICO POTENCIAL PSICO-SOCIAL POTENCIAL ECONÔMICO POTENCIAL MILITAR
---	--
- 3.2. DESDOBRAMENTO PARA ANÁLISE E PLANEJAMENTO -
 ESTRATÉGIAS PARTICULARES { ESTRATÉGIA POLÍTICA
 ESTRATÉGIA PSICO-SOCIAL
 ESTRATÉGIA ECONÔMICA
 ESTRATÉGIA MILITAR
- 3.3. CONTINUIDADE NO TEMPO
 - DE PAZ
 - ÊNFASE NO FORTALECIMENTO DO PN.
 - DE GUERRA
 - ÊNFASE NA APLICAÇÃO DO PN.

Por outro lado, embora a Estratégia Nacional seja uma Estratégia Geral, necessariamente integrada — para análise e planejamento, também consideram-se, relativamente aos campos político, psico-social, econômico e militar, **ESTRATÉGIAS PARTICULARES**, subordinadas àquela e que visam a alcançar objetivos particulares fixados para cada um de tais campos.

Assim:

— a **ESTRATÉGIA POLÍTICA** — visando, em particular, a criar e fortalecer laços de coesão interna e de cooperação externa, em benefício da consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, ao mesmo passo que busca dissociar e enfraquecer a coesão e cooperação com que possam contar os antagonistas considerados;

— a **ESTRATÉGIA PSICO-SOCIAL** — visando, em particular, a fortalecer o moral da Nação e de seus aliados, quebrantando o dos antagonistas considerados;

— a **ESTRATÉGIA ECONÔMICA** — visando, em particular, a reforçar a estrutura econômica nacional e o seu rendimento, garantindo-lhe a complementação mediante recursos exteriores, ao mesmo passo que busca enfraquecer o sistema econômico dos antagonistas considerados; e

— a **ESTRATÉGIA MILITAR** — visando, em particular, reforçar a estrutura militar da Nação e empregar suas Forças Armadas contra os antagonistas considerados, contrapondo-se às Forças Armadas destes e derrotando-as, se necessário.

De um modo geral, a cada Estratégia Particular cabe, especialmente, reforçar a expressão correspondente do Poder Nacional e enfraquecer ou destruir o Poder dos antagonistas considerados, mediante ações conduzidas no campo que lhe é próprio.

A rigor, cada uma delas aplica, nesse seu campo de ação específico, tanto os instrumentos que lhe são peculiares, como, através das

Estratégias irmãs, os que são próprios destas. Concorrendo sempre várias Estratégias numa mesma ação, é normal classificar a esta pela denominação da Estratégia dominante. Em muitos casos, tão interrelacionadas agem as Estratégias Particulares que seria completamente artificial querer separá-las com nitidez.

De qualquer forma, a Estratégia Nacional — em sua justa expressão integrada que é a única de fato real, ou nos aspectos particulares em que vem decomposta apenas como expediente necessário à análise e ao planejamento — orienta a ação do Estado tanto na paz como na guerra.

E impõe-se, assim, caracterizar a guerra pelo emprego da violência organizada a serviço da Estratégia e, em última análise, da Política Nacional. A guerra-fria não é guerra, portanto — o emprego analógico do termo é, sem dúvida, mais pernicioso do que útil. Que restaria do conceito-chave de mobilização — como transformação acelerada do Potencial em Poder, tendo em vista a eclosão de uma guerra determinada — se tomássemos ao pé da letra aquela imagem feliz, mas não menos perturbadora?

A agigantada evolução tecnológica dos últimos tempos, aliada às características dinâmicas do atual sistema de Estados-Nações, deu lugar ao fenómeno, redivivo em nosso tempo, da totalização da guerra: extensão desta a todo o território amigo e inimigo, devido ao alcance aumentado dos meios de agressão e à imperiosa integração de esforço nacional; transbordamento a todos os campos — guerra política, guerra econômica e guerra psico-social, fora do âmbito propriamente militar — e recurso a instrumentos de toda a ordem; tendência à guerra global. Essa guerra total é, afinal, a guerra no seu máximo de violência e para ela o campo militar é nitidamente dominante.

Não obstante, guerras atenuadas — localizadas ou limitadas —

continuarão a ocorrer, sobretudo quando o perigo atômico, com os novos engenhos de difícil detenção, ameaça os contendores de recíproca destruição total. Nessas guerras atenuadas, o campo dominante pode não ser, na realidade, o militar, embora se deva admitir sempre o risco de que venha a sê-lo a qualquer momento, por um aumento subitâneo de coeficiente de violência. É que o campo militar, nessas formas de guerra, é, embora apenas potencialmente, também o campo dominante.

O conceito de guerra total é no fundo, afinal, um verdadeiro conceito-limite.

A estrutura conceptual da Segurança Nacional que vimos de esboçar em suas grandes linhas, haveria de corresponder uma metodologia de planejamento.

Todo o planejamento de Segurança Nacional não poderia deixar de basear-se nos Objetivos Nacionais Permanentes (OPN), guiar-se pelo princípio fundamental da adaptação recíproca dos meios e fins e adotar o método das aproximações sucessivas.

Assim, mediante uma Avaliação Estratégica da Conjuntura, estabelece-se — ou atualiza-se em permanência — um Conceito Estratégico Nacional (CEN), o qual define:

— os Objetivos Nacionais Atuais; e

— as correspondentes Políticas de Consecução (linhas de ação adotadas).

Nesse CEN, vêm também referidas:

— as Hipóteses de Guerra (HG) que se devem considerar — antagonismos que podem levar à guerra; e

— as Áreas Estratégicas principais.

Diretrizes Governamentais definirão, a seguir e para cada campo

(o político, o psico-social, o econômico e o militar):

— os objetos particulares a alcançar;

— as correspondentes linhas de ação;

— as condições de planejamento e de execução.

Quanto ao planejamento propriamente dito, é conveniente dobrá-lo em:

— planejamento da Informação Estratégica;

— planejamento do Fortalecimento de Potencial Nacional; e

— planejamento de Guerra (inclusive para a segurança interna).

A referência feita acima a áreas estratégicas, desde logo, põe em evidência um possível e útil dobramento, no planejamento e aplicação da Estratégia Nacional que, a rigor, será sempre global ou universal, em Estratégias regionais, entre as quais cabem as Estratégias de âmbito continentais. Semelhantemente, distinguir-se-iam, quando conveniente, e com referência ao território nacional, uma Estratégia de aplicação interna e outra para a ação externa, correspondentes aos tradicionais setores da Política.

Com base em idêntica estrutura de conceitos, entender-se-ia, ademais, a formulação da Estratégia de coligações de Estados ou de organismos regionais de segurança coletiva, fundamentadas estas em objetivos comuns que traduzam as aspirações e interesses coletivos, como tais reconhecidos por todas as Nações integrantes — as voluntariamente de fato ou sob coação mais ou menos sutil seria particularmente a considerar devidamente, mas que não teria decisiva influência na geral conceituação do problema.

Importa ainda observar que a conjuntura internacional, em cada período histórico, se caracteriza sempre pela manifestação de um antagonismo dominante entre duas nações ou coligações de na-

ções — um dêles, o "grande perturbador", na terminologia do Almirante Castex — o que, na realidade, empresta um colorido especial a todo o sistema de relações internacionais no planeta. Isso é sobretudo verdadeiro no mundo de hoje, dado o maior entrelaçamento de interesses entre os povos todos da terra. Assim, não há Estratégia Nacional que valha, se não buscar enquadrar-se numa perspectiva objetiva da conjuntura mundial, que só poderá fornecer-lhe a análise estratégica do

antagonismo dominante do momento.

Para traçar a sua Estratégia, um Estado qualquer, por mais fraco que seja, precisa olhar, assim, o mundo ao largo, em sua totalidade global, e não só discernir aí as tensões dominantes que o agitam, mas captar-lhes a intensidade, sentir-lhes a evolução e prover-lhes o desfêcho.

Não fará boa Estratégia, o Estado que não disponha, nos dias que correm, de um sismógrafo estratégico da maior sensibilidade.

"Não existe em absoluto uma ciência geral da geopolítica que possa ser aceita por todas as organizações estatais. Existem tantas geopolíticas quanto sistemas estatais em conflito, em lutas sob condições geográficas que, por exemplo, no caso de potências terrestres e potências navais, são fundamentalmente distintos. Há uma "Geopolitik" alemã e uma "geopolitique" francesa, há geopolíticas para os Estados Unidos e para a Inglaterra."

WEIGERT.

*
* *

"Pensamos em termos geopolíticos, quando atravessamos uma rua, quando selecionamos o local para uma loja ou fábrica, determinamos uma colina ou uma árvore para posto de observação, ou escolhemos a localização de um aeródromo: este conceito geográfico é uma parte essencial de todo planejamento urbano e regional e deve, também, preceder a preparação para a campanha militar, quer em um reconhecimento de cavalaria através da montanha, quer em uma invasão continental na guerra global."

SPYKMAN.

*
* *

Para Haushofer o geopolítico deve possuir:

- "O talento de um jornalista e o agudo senso para as novidades";
- "o treino de um oficial de estado-maior com a precisa medida para avaliação das informações mais diversas"; e,
- "a sábia erudição de um acadêmico."

II - ESTUDOS E ENSAIOS

OS FATORES GEOGRÁFICOS E O MUNDO EM QUE VIVEMOS

Ten-Cel JOAO BATISTA PEIXOTO

do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Nenhum organismo vivo pode escapar à influência do seu meio. Desde o nascimento até a morte, é ele escravo dos fatores físicos, químicos e psicológicos do mundo exterior.

Os fatores geográficos exercem uma influência tão grande sobre a produção e a circulação da riqueza em todos os recantos da terra, que a evolução dos povos não é mais do que uma legítima resultante do meio físico em que eles vivem, pois é das características fisiográficas deste meio (posição, extensão, configuração, estrutura, relevo, hidrografia e clima) que derivam direta ou indiretamente os elementos básicos da produtividade, tanto da terra como do elemento humano, tais como, os recursos naturais, o trabalho, o capital, a técnica e a própria cultura.

Ao examinarmos a influência dos fatores geográficos sobre a vida dos povos no *quadro mundial*, verificamos certos fatos já muito conhecidos da Geografia e da História Universal, que não podemos deixar de ressaltar aqui, a fim de orientar o raciocínio que desejamos fazer.

O primeiro, é que a maior parte da superfície terrestre do nosso planeta está localizada no Hemisfério Setentrional. Só a América do Sul, a África Meridional e a Austrália, ficam abaixo do Equador.

Como consequência disso é que os grandes acontecimentos da História têm-se desenrolado na faixa compreendida entre as latitudes de 30 e 60 graus norte.

Podemos verificar também, que na direção geral dos paralelos, existe no Hemisfério Norte, uma rota que no passado foi o caminho de expansão da civilização, e, no presente, é a artéria vital do mundo, pela qual circula grande parte da riqueza universal.

Essa importante linha de comunicações, que circunscreve o globo, atravessando os maiores oceanos e os mais populosos continentes, passa por Gibraltar, Suez, Aden, Ceilão, Singapura, Filipinas, Ilhas Marshal, Ilhas Havaí, São Francisco da Califórnia, New York e Ilhas Britânicas.

Sobre a excepcional importância econômica e política dessa rota transoceânica, basta dizer que ela atravessa as maiores jazidas petrolíferas do mundo e liga as maiores concentrações demográficas do Globo.

Praticamente, as demais linhas de comunicações são apenas tributárias dessa grande artéria que contorna o mundo na privilegiada zona temperada Norte.

Podemos ainda observar que no Hemisfério Ocidental apenas se encontram as três Américas, estando localizados no Hemisfério Oriental, todos os demais continentes; não sendo portanto razoável dizer-se que o atual conflito que divide o mundo é uma luta entre o Ocidente e o Oriente. Talvez fôsse mais exato dizer-se que estamos diante de um choque entre uma expansão continental e o poder marítimo, ou ainda, um gigantesco duelo entre u'a massa continental (A Eurásia)

e dois grandes oceanos (o Atlântico e o Pacífico).

Aliás, nos primeiros anos do século atual, o célebre geógrafo inglês Halford Mackinder disse que a história do mundo sempre foi e será feita pela pressão, que numerosos povos (continentais) do coração da Eurásia, exercem sobre os povos (marítimos) estabelecidos em torno deste supercontinente, acrescentando que quem dominasse a "Ilha Mundial" dominaria o Mundo. De fato, a história tem confirmado esta luta épica entre a Terra e o

Unidos da América do Norte alcançaram, em pouco mais de um século, a invejável posição que hoje ocupam entre as nações mais ricas e poderosas do mundo. A par de outras consequências, essa extraordinária prosperidade entrelaçou profundamente a grande nação norte-americana com o mundo inteiro, estendendo suas vinculações à Europa e à Ásia.

Prevalecendo-se, por sua vez, das circunstâncias de ordem econômica e social decorrente da Segunda Guerra Mundial, a U.R.S.S., re-

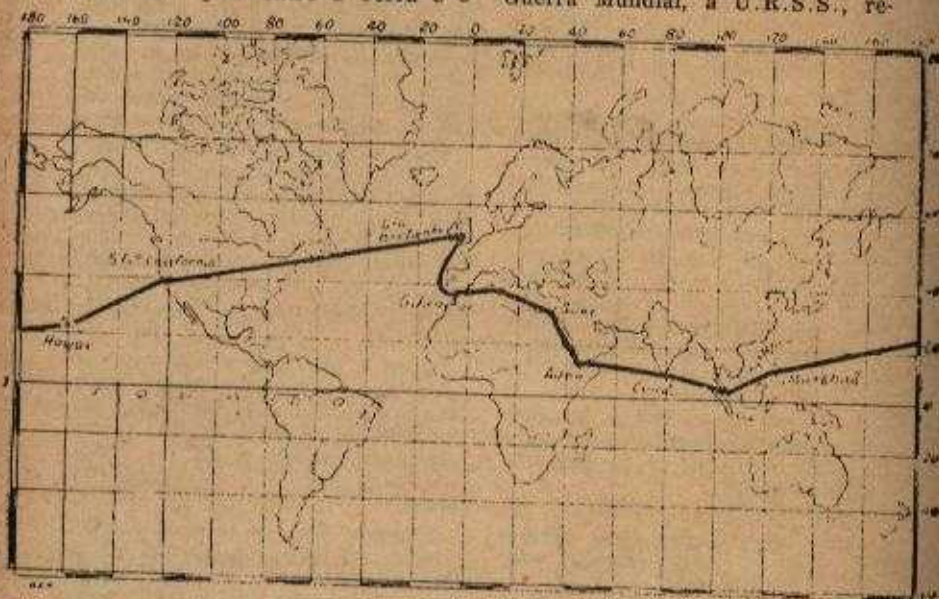


Gráfico demonstrativo da mais importante linha de comunicação, que circunscreve o globo

Mar, cujas proporções têm aumentado cada vez mais. Apenas ninguém conseguiu ainda dominar a Europa e muito menos o Mundo.

O atual conflito que divide o Mundo entre duas ideologias rivais, não deixa de ser em grande parte um reflexo das fatalidades geográficas impostas a dois grandes grupos de nações.

Possuindo condições fisiográficas inteiramente favoráveis ao seu pleno desenvolvimento econômico, especiais características étnicas e sólida formação política, os Estados

tornou a executar a velha política expansionista da Rússia na Eurásia, pretendendo certamente alcançar o domínio deste supercontinente — sonho dourado de todos os conquistadores da História.

A primeira expansão ocorreu em 1482, quando Ivan III foi proclamado Czar de todas as Rússias e então uniu pequenos principados, lançando as bases de um grande império.

Em 1558, invadiram a Sibéria e, em menos de um século, alcançaram o Pacífico (1638).

A despeito da oposição do Império Chinês, avançaram até o mar de Bhering e passaram para o Alasca, que ficou sendo província russa até 1887, quando foi vendido aos norte-americanos.

A expansão para o Sul, à procura de uma saída no Mediterrâneo, não alcançou o estreito de Dardanelos, graças à reação do Império Otomano e dos exércitos anglo-franceses (1855), mas a Criméia acabou sendo incorporada ao território russo.

No fim do século XIX, arrendaram Porto Artur (1898) e no começo do século atual concluíram a famosa estrada de ferro Transiberiana, ligando Vladostok à Rússia Européia (1903).

Posteriormente fizeram um ramal dessa ferrovia para o sul, até Porto Artur, onde construíram uma base militar. Depois disso, tentaram conquistar a Mandchúria, mas a reação dos japoneses impediu a concretização desse avanço (Guerra russo-japonesa — 1904) o que, todavia, foi realizado sem grandes dificuldades no final da Segunda Guerra Mundial, quando os nipônicos já estavam virtualmente derrotados pelos norte-americanos.

No ano de 1917, os bolchevistas, sob a liderança de Lenine, derrubaram os czaristas e trucidaram todos os membros da família imperial, instalando um regime de extrema violência, inspirado no famoso manifesto comunista de 1848.

Esta radical transformação na ordem interna do país não modificou, entretanto, os planos de expansão da Rússia na "Ilha Mundial". Apenas retardou a sua execução. Entre outros motivos, havia então dois grandes obstáculos, tanto a Leste como a Oeste: a Alemanha e o Japão, que também tinham propósitos expansionistas, conforme ficou comprovado pelo Pacto de Berlim assinado em 1940.

Porém, após a Segunda Guerra Mundial, o território da U.R.S.S. foi grandemente aumentado com a incorporação dos Estados Bálticos, de províncias finlandesas, do leste da Polónia, da Bucovina, da Bessa-

rânia, da Prússia Oriental e da Mandchúria. Além disso, o círculo de influência da Rússia estendeu-se até os Bálcans e à Europa Central. Na Ásia, a China, o Tibet, a Indochina, a Malásia e a Coreia, foram as últimas vítimas do expansionismo soviético.

Ao mesmo tempo em que os E.E.UU. se apresentam como a rica e poderosa nação do Mundo, a Rússia é a maior potência da Eurásia. Este fato será provavelmente tão decisivo para o futuro da humanidade quanto foi a conquista dos mares pela Inglaterra, em Trafalgar, e a derrota do pan-germanismo em 1945.

Este gigantesco impacto dividiu o mundo entre dois grandes e poderosos grupos antagônicos, cujas divergências poderão lançar a humanidade em profundo abismo se não forem resolvidos pela razão, porque os tormentos, causados por uma nova conflagração mundial certamente tornarão a vida extremamente difícil, pois as possibilidades de recuperação serão excessivamente exiguas.

* *

O quadro continental não é menos sombrio. Possuindo uma extensa região agropecuária na fértil e amena Bacia do Prata, ricas jazidas minerais no escudo cristalino brasileiro e na cordilheira dos Andes, grande quantidade de petróleo na faixa erogénica andina, desde o lago Maracaibo até a Patagônia, e um extraordinário potencial hidrelétrico, o continente sul-americano tem em seu solo imensa riqueza natural, nas mãos de uma população relativamente empobrecida e atrasada.

Não dispondo de recursos suficientes para elevar a produtividade do trabalho, os povos sul-americanos, cuja renda "per-cápita" é dez vezes inferior à do norte-americano, vivem numa situação verdadeiramente angustiosa, sem poder aproveitar plenamente os imensuráveis recursos que possuem.

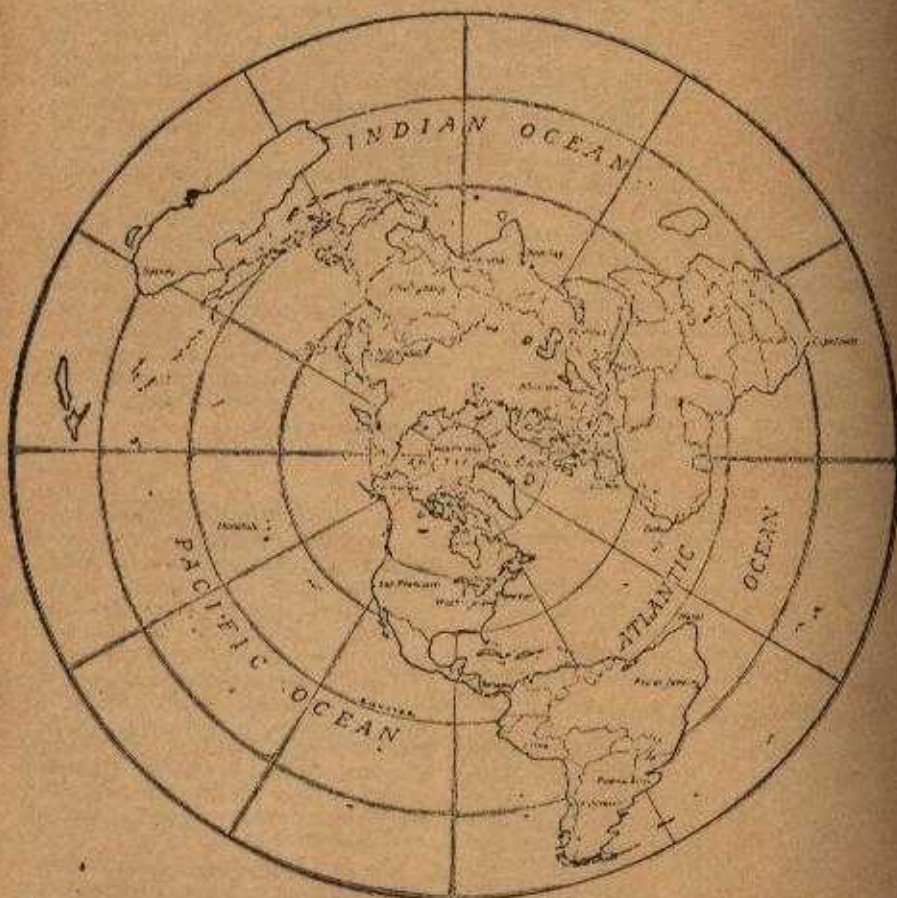
Uma das causas deste panorama constrangedor é que os países lati-

no-americanos permaneceram muito tempo sob dependência econômica, não possuindo por isso, uma estruturação adequada para acompanhar o ritmo do progresso dos povos mais adiantados.

Primeiro, ficaram três séculos sob o domínio das metrópoles ávidas de ouro e prata.

eletricidade, passaram a ser meros fornecedores de matéria-prima do gigantesco parque industrial norte-americano.

A América Latina é hoje, depois da Europa Ocidental, o segundo mercado mundial para as exportações americanas e uma das princi-



Depois da emancipação política passaram a viver sob a tutela da Inglaterra, durante todo o tempo que os transportes marítimos e terrestres dependeram do carvão.

Finalmente, com o deslocamento do centro de atração da economia mundial para os Estados Unidos, após o advento do petróleo e da

país fontes de abastecimento de matérias-primas dos EE.UU.

Atualmente o intercâmbio se faz em bases mais ou menos recíprocas, mas durante muito tempo os países latino-americanos foram grandemente sacrificados, sobretudo pelas imposições e flutuações do mer-

cado comprador de seus produtos básicos.

Esta é, certamente, uma das razões por que as nações latino-americanas têm reagido até hoje contra todas as espécies de colonatos, desde as suas gloriosas lutas pela independência.

Todavia, o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do continente sul-americano, tem sido justamente as dificuldades impostas à produção e à circulação da riqueza, pelas fatalidades geográficas.

O continente sul-americano é u'a massa terrestre que tem acentuados contrastes fisiográficos, decorrentes de sua própria morfologia.

No sentido longitudinal, contrastam-se a vertente do Atlântico e a vertente do Pacífico; o planalto brasileiro e a cordilheira dos Andes.

No sentido transversal contrastam-se a Bacia platina e a Bacia amazônica; o clima temperado da região meridional e o clima tropical da região setentrional.

Como consequência natural destes verdadeiros transtornos fisiográficos, o Leste e Oeste, assim como o Norte e o Sul, do continente, apresentam aspectos demográficos e econômicos bem diferentes.

Abrigando grandes metrópoles, inúmeras cidades, importantes centros de comunicações terrestres e aéreas e os principais portos do continente, a orla marítima do Atlântico possui um tráfego muito mais intenso do que a do Pacífico.

Durante vários séculos, os países da costa do Pacífico, estiveram praticamente isolados dos seus vizinhos do Atlântico e até do resto do mundo. Felizmente porém, o vertiginoso progresso da aviação nos últimos anos, tem-se encarregado de atenuar cada vez mais este isolamento.

Do mesmo modo é flagrante o contraste entre a pródiga natureza do Sul e as adversidades do Norte.

Na região setentrional, a imensa Bacia Amazônica, da qual fazem parte seis países, ocupa uma área de 7,5 milhões de quilômetros quadrados, que até hoje permanece

praticamente desabitada a despeito de sua excepcional importância geopolítica.

Guarda, em seu seio inóspito, fabulosa riqueza, escondida sob o manto da mais densa formação florestal do mundo — a Hiléia, cuja exploração "para o bem-estar da humanidade" já chegou a ser objeto de uma convenção internacional.

Contrastando com a impressionante fisionomia da Amazônia, existe na região meridional uma rica Bacia, na qual a estrutura do solo, a hidrografia e o clima são inteiramente favoráveis à produtividade da Terra e do Homem, desde as suas nascentes no planalto até ao seu estuário na planície.

Esta privilegiada região, na qual os portugueses e espanhóis estiveram disputando questões de limites durante três séculos, foi cenário de graves conflitos que prejudicaram muito a fraternidade continental: a Guerra da Cisplatina (1827/28); a Guerra contra Oribe e Rosas (1851/52); a Guerra da Triplice Aliança contra o Governo do Paraguai (1834/70) e a Guerra do Chaco entre a Bolívia e o Paraguai.

Tais acontecimentos afetaram tanto a harmonia continental que até hoje tem contribuído para dificultar a evolução econômica e social dos países platinos.

A Bacia do Prata, pertence atualmente a cinco países e alguns trechos de seus rios formadores servem de limite entre esses países.

A cidade de Buenos Aires, na planície, e a cidade de São Paulo, no planalto, são os dois maiores centros demográficos e econômicos da região.

O progresso dessas duas grandes metrópoles é uma legítima expressão da competição entre duas economias complementares, uma agrícola e outra industrial.

Por outro lado pode ser considerado um singular duelo entre a nascente e a foz daquela grande Bacia hidrográfica.

Concluindo esta exposição sobre o panorama continental, podemos acrescentar que, se os povos sul-americanos fossem mais unidos, tal

vez a situação econômica e social dos mesmos seria melhor. Infelizmente porém quase todos os países têm velhas questões com seus vizinhos, acentuando assim as dificuldades impostas pelas fatalidades geográficas ao pleno aproveitamento dos recursos naturais e conseqüentemente à elevação do padrão de vida de suas populações.

A interdependência das nações é hoje um imperativo da vida contemporânea, sobretudo para aquelas que têm economias complementares. Se as Repúblicas deste continente permanecerem isoladas como têm estado até agora, dificilmente poderão recuperar o atraso em que se encontram em relação às nações mais adiantadas do próprio Hemisfério e sendo assim, continuarão indefinitivamente na situação de subdesenvolvimento em que se encontram, expostas a explorações econômicas e ideológicas de toda ordem.

O quadro brasileiro na atual conjuntura, não podia deixar de sofrer os reflexos da situação internacional e do panorama continental que acabamos de descrever.

Não pretendemos entretanto analisar aqui a influência de tais fatores sobre o nosso país.

Examinaremos apenas, de maneira resumida a influência de certos fatores geográficos sobre a nossa evolução econômica e social.

Herdamos, não há dúvida, uma precária estruturação baseada na monocultura, no latifúndio e no trabalho escravo, que tem contribuído muito para retardar o nosso desenvolvimento.

Como conseqüência deste e de outros fatos, inclusive vários acontecimentos históricos e muitos erros acumulados, nos encontramos hoje numa situação verdadeiramente angustiosa, com todos os problemas da infraestrutura econômica (produção primária, transportes e energia) demasiadamente atrasados e sem recursos suficientes para resolvê-los de acordo com os imperativos do próprio desenvolvimento social.

Tem o nosso país um imenso território de rica estrutura geológica (um escudo cristalino coberto de

rochas sedimentares) com regiões situadas em zonas de clima temperado, semitemperado e tropical, entrecortadas de várias bacias hidrográficas de planície e de planalto, a irrigarem solos de grande fertilidade e a fornecerem abundantes fontes de energia hidráulica para impulsionar o seu progresso; recursos estes que representam incontestavelmente uma imensurável gama de riquezas em estado potencial.

No entanto, podemos afirmar que todos os nossos problemas sociais e econômicos, derivam não somente de certas deficiências étnicas, mas sobretudo de uma série de fatalidades geográficas contrárias ao pleno aproveitamento de nossas riquezas naturais.

Todos eles têm sua origem no próprio meio físico e no povoamento do solo.

Entre as fatalidades geográficas adversas se encontram: a própria extensão e configuração territorial; o contraste entre a imensa faixa litorânea voltada para o Atlântico e a longínqua fronteira terrestre engastada nas fraldas da cordilheira andina; a acentuada disparidade entre a pródiga natureza do sul e as adversidades do norte, particularmente na pujante bacia amazônica e no árido polígono das secas; finalmente, a acidentação orográfica do Brasil meridional, barrado nas proximidades do litoral marítimo por uma cadeia contínua de montanhas.

A conseqüência fatal destes inextoráveis fatores, teria de ser o crescente desequilíbrio demográfico e econômico entre o interior e o litoral e entre o Norte e o Sul, que outras circunstâncias, tais como a excêntrica posição da metrópole, a imperfeita divisão territorial e graves defeitos de organização administrativa, têm contribuído para acentuar cada vez mais, juntamente com o vertiginoso surto de industrialização e urbanização que vem ocorrendo entre nós desde que terminou a Segunda Guerra Mundial.

Mal providos de meios de transportes desde as etapas iniciais de

nossa evolução, não tivemos oportunidade de acompanhar o progresso que vem ocorrendo em outras nações desde o fim do século passado, sob o impulso da vertiginosa evolução industrial gerada pela invenção da máquina e seu constante aperfeiçoamento.

A precariedade de nossas vias de comunicações justamente quando o mundo entrou numa nova fase de desenvolvimento, não nos permitiu transformar a primitiva organização econômica que possuímos, da mesma forma que fizeram outros povos mais favorecidos pelos meios de circulação.

A crise que ora atravessamos não é propriamente uma crise de desenvolvimento, mas na verdade uma crise de atraso resultante de impacto do crescimento demográfico sobre a nossa precária situação estrutural.

Fatores que deveriam atuar como forças propulsoras de nosso desenvolvimento têm sido verdadeiros entraves à nossa expansão.

As nossas estradas convergiam, não para o centro econômico-político e administrativo do País, mas simbolicamente para o estrangeiro, isto é, serviram para drenar nossos produtos do interior para o mar.

Assim, a economia nacional desenvolveu-se, não como um todo, mas como um arquipélago de economias quase autônomas, ao longo da costa.

E, quando mais recentemente, o mercado nacional começou a tomar forma e consistência, encontrou-se a braços com um grave problema de transporte. Era mister recomençar, abandonando investimentos consideráveis ou aceitando os ônus de sua exploração antieconômica.

A deficiência dos transportes é hoje a grande responsável pelo estrangulamento do fluxo abastecedor dos mercados de maior consumo, pelo desestímulo às atividades agrícolas, pela redução e encarecimento dos produtos da lavoura e finalmente pela irregularidade e insegurança das iniciativas agrícolas.

Precisamos ampliar a nossa rede de comunicações para descongelar a circulação da riqueza.

Cerca de 80 % dos nossos meios de transportes estão localizados nas regiões Leste e Sul, onde se encontram as melhores rodovias, os principais eixos ferroviários, os maiores portos marítimos e os aeroportos mais movimentados.

A região Leste é a zona por excelência dos minérios; a região Sul é o celeiro agrícola do País. Em conjunto, estas duas regiões, abrigam 90 % dos estabelecimentos fabris do Brasil.

Para completar este quadro de forças aglutinadoras, há a considerar ainda, o fato de estarem localizadas nestas regiões os dois maiores centros de produção e consumo do País: São Paulo e Rio de Janeiro.

Existe por conseguinte, uma grande concentração de meios nestas duas regiões, em contraste com o que ocorre no resto do País.

Esta parece ser uma das causas porque o "gigante pela própria natureza continua deitado eternamente em berço esplêndido"; a deficiência de circulação em seu organismo, cujo corpo imenso já não tem forças para sustentar uma cabeça que absorve e consome todas as suas energias.

Precisamos, portanto, acelerar a solução de nossos problemas básicos, quase todos demasiadamente atrasados. Todos estes problemas estão entretanto intimamente entrosados. Por isso não deverão ser resolvidos isoladamente. Pelo contrário, exigem soluções conjugadas no tempo e no espaço. A interdependência dos problemas é pois um imperativo para o entrosamento das soluções, mediante planos conexos, baseados em análises metódicas e objetivas não só das circunstâncias existentes como dos fatores influentes.

No quadro econômico pontificam os problemas de energia e transportes, e no quadro social, destaca-se o problema de alimentação, como básico para a saúde, para a educação e para o rendimento do trabalho da população.

Acontece, porém, que o volume de investimentos para execução das

obras necessárias, vai muito além dos nossos recursos financeiros.

Parece, portanto, fora de dúvida, que não podemos prescindir da contribuição do capital externo, nem da colaboração de elementos humanos alienígenas mais adiantados, a fim de suprir as nossas deficiências.

Imenso, de população reduzida e mal distribuída, carente de recursos financeiros e imigrantes, o Brasil aguarda de seus filhos a realização de uma obra colossal, qual seja a racionalização de seus esforços, materiais e espirituais, mediante o aproveitamento, a serviço da civilização, nas mais variadas formas, das forças naturais, de molde a manter o seu domínio no espaço aéreo, em terra e na superfície líquida, assegurando assim, condições sociais e econômicas realmente favoráveis à prosperidade e à segurança da Pátria.

* *

Da exposição que acabamos de fazer, podemos avaliar quanto importante e decisiva é realmente a grande influência do fator geográfico sobre a evolução social, econômica e política dos povos, conceito este já exposto de modo convincente no começo do século atual pelo famoso geógrafo britânico Halford Mackinder, cujas idéias, associadas às teorias do célebre professor Frederico Ratzel sobre a Geografia Humana, e às teses do cientista sueco Rodolf Kjellen sobre a Geopolítica, terminaram por consagrar definitivamente a Geografia como verdadeira ciência.

Pesquisando os antecedentes e as causas determinantes dos fatos, ana-

lisando o desenvolvimento destes fatos e interpretando as suas consequências, realiza o historiador, um laborioso trabalho, que em geral exige qualidades invulgares de paciência, de perseverança e de senso, a par de outras não menos importantes, tais como, o culto da verdade e também um exato sentimento da Geografia.

O estudo da Geografia nos permite compreender a História e inversamente. Uma coisa no entanto é por demais evidente: não é possível entender a História quando se carece de toda noção da Geografia, ou pelo menos, de conhecimentos de certos fatores geográficos que de conformidade com os problemas apresentados ao Homem, desempenham papel ativo na História.

É igualmente certo que, somente levando em conta o papel da História, é possível se fazer um estudo da Geografia, pelo menos no que se refere às suas relações com a vida humana.

A Geografia ocupa-se de estudar o Espaço e as relações entre os seus elementos componentes: a História estuda esses diversos quadros em tempos sucessivos.

Nem a Geografia se subordina à História, nem esta àquela. São duas ciências complementares, que se auxiliam e se completam.

Constituem um verdadeiro binômio cujas constantes e variáveis devidamente equacionadas, nos revelam coisas de imensurável valor e utilidade, sobretudo porque, estudadas à luz da razão, têm o mérito de nos ensinar a ver o Mundo por um prisma mais realista.

"O poder é em última instância, capacidade de sustentar uma guerra, e na geografia estão as chaves que decifram os problemas de estratégia militar e política."

SPYKMAN.

* * *

"O crescimento dos Estados se processa pela amalgamação e absorção de unidades menores."

RATZEL.

III - FRONTEIRAS

O CASO DA ILHA SNIPE

Major OCTAVIO TOSTA
do Estado-Maior do Exército

I — O INCIDENTE DE AGOSTO

No dia 11 de agosto do corrente ano, a imprensa informou que o Chile havia protestado energicamente junto ao governo argentino, contra o desembarque de marinheiros armados na ilha Snipe, no extremo sul do território chileno. O protesto foi entregue pelo Ministro do Exterior Alberto Sepulveda ao Encarregado de Negócios da Argentina, Ernesto Nogués, dizendo: — "O meu Governo faz chegar à República Argentina, por intermédio de V. S., um enérgico e formal protesto contra esses fatos, de evidente gravidade para as nossas boas relações de amizade, que o Chile se tem esmerado em cultivar".

Esta foi a segunda vez que marinheiros argentinos desembarcaram na ilha Snipe. O protesto declara que o governo recebera informações, no sábado (9 de agosto) de que o contra-torpedeiro argentino "San Juan" ancorara ao largo da ilha e disparara quatro tiros de canhão. Em seguida realizara-se o desembarque de marinheiros, os quais apagaram e destruíram o farol ali existente.

No dia 13 de agosto o Chile repeliu o que classificou de "ameaças veladas" feitas oficialmente pela Argentina a respeito do litígio da ilha Snipe. A rejeição está contida numa nota expedida pelo embaixador chileno em Buenos Aires, José Maza, a qual repelle categoricamente a alegação

argentina de que a referida ilha está sujeita a litígio. O Governo chileno, citando documentos históricos, afirma que Snipe está exclusivamente sob soberania chilena.

Em face dos acontecimentos houve numerosas manifestações de protesto no Chile. O Ministro da Defesa, Gen. Luís Vidal, declarou que diante da violência, os chilenos responderão com energia a que estão habituados. O Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Ulisses Correa, exortou o Governo a denunciar oficialmente à Organização dos Estados Americanos, os fatos relacionados com o que denominou de "violação de nossa soberania". Numerosos estudantes realizaram uma manifestação em frente ao consulado argentino de Valparaíso. Em Santiago também houve protestos diante da embaixada da Argentina, porém, com reduzido número de pessoas.

Enquanto aqueles fatos se passavam no Chile, o Governo de Buenos Aires se mantinha oficialmente em silêncio. Todavia, fontes semi-oficiais alegaram que o incidente denunciado pelo Chile fôra uma consequência do fato de ter aquele país violado o "Statu quo".

As relações entre os dois países agravaram-se com a retirada do embaixador chileno na Argentina. A medida foi anunciada no dia 13 pelo ministro secretário-geral do Governo, Mário Ciudad, após aprovação unânime pelo Conselho de Ministros.

Novas manifestações antiargentinas se processaram. O Consulado da Argentina em Concepción foi apedrejado. Bandeiras argentinas foram queimadas na Praça de Armas (Santiago).

Posteriormente, o subsecretário de Relações Exteriores, Alvaro Droguett esclareceu que a retirada do embaixador Maza não significava interrupção nem rompimento de relações. O Embaixador havia recebido ordem de viajar imediatamente para Santiago por causa do desembarque dos 80 (100?) homens da Marinha argentina na ilha Snipe. Todavia, foi determinado ao embaixador Maza que deixasse como encarregado de negócios o ministro conselheiro Raul Elgueta.

No dia 15 de agosto foram publicadas as seguintes bases propostas pelo Governo da Argentina para solução do incidente:

- 1) Restabelecimento do "Statu quo" para o canal "Beagle" sobre as ilhas "Picton", "Lenox", "Nueva" e "Snipe".
- 2) Retirada pela Argentina das forças que ocuparam a pequena ilha de "Snipe".
- 3) Compromisso do Chile de não colocar baliza ou farol que signifique alteração do "Statu quo" sobre a dita ilha.
- 4) Preparo de um acordo posterior definitivo sobre essa ilha.

Obs. Segundo o comunicado "a informação foi colhida em fontes extra-oficiais, mas dignas de crédito". As mesmas fontes acrescentaram que o Ministério das Relações Exteriores (Chile) estava estudando essas propostas, as quais foram levadas em mensagem verbal do Presidente Arturo Frondizi ao Presidente Carlos Ibañez, pelo Embaixador do Chile em Buenos Aires, Senhor José Maza.

No mesmo dia 15 de agosto o Sr. Raul Elgueta, encarregado de negócios do Chile em Buenos Aires, fez entrega de uma nota de protesto no Ministério das Relações Exteriores contra a manifestação antichilena que se verificou na cidade de Mendoza, durante a qual um grupo de estudantes quebrou algumas vidraças do Consulado do Chile.

O incidente terminou no dia 17 de agosto com a assinatura da seguinte *Declaração Conjunta* em Santiago pelo ministro das Relações Exteriores, Alberto Sepulveda e o encarregado dos negócios da Argentina, Ernesto Nogué:

"Os governos das Repúblicas do Chile e Argentina, animados do comum desejo de superar todo motivo de desinteligência que obste o propósito de resolver amistosa e dignamente as divergências de limites existentes entre os dois povos da região insular a que se refere o art. 3º do Tratado de 1881, em consonância com os vínculos que através de sua história têm mantido e com os princípios de confraternidade continental que compartilham, declaram:

- 1) que concordam em retroagir a situação de fato e de direito na ilha Snipe à que existia antes de 12 de janeiro passado e, conseqüentes com os anelos de paz e harmonia, convém na retirada das forças argentinas que se acham na mesma ilha;
- 2) que confirmam sua intenção de recorrerem aos meios de solução pacífica de controvérsias internacionais para chegarem, com brevidade, à solução dos problemas limítrofes pendentes na mencionada zona, concordando na manutenção da situação existente até que se faça a demarcação definitiva".

O chanceler Sepulveda em entrevista coletiva declarou que o embaixador do Chile em Buenos

Aires regressaria na 3ª feira (20) e acrescentou que não havia nenhum expediente nem argentino nem chileno na OEA sobre o incidente, já agora feliz e inteiramente resolvido.

II — A REGIÃO DO LITIGIO

O Canal Beagle foi descoberto em princípios de março ou abril de 1830 por Mr. Murray, "prático" da canhoneira inglesa "Beagle". (1)

O canal é profundo e abre-se entre costas contínuas e escarpadas cobertas por bosques que se

estendem até à altitude de 450 metros. (2) Acima desta emergem elevadas montanhas com os seus cumes cobertos de neve perpétua. O sistema montanhoso da Terra do Fogo constitui os últimos contrafortes dos Andes Patagônicos. Seu maciço central encontra-se na parte chilena da ilha e o ponto culminante está no monte Darwin, próximo do canal Beagle.

A cidade argentina de Ushuaia (vide Fig. 5) é a mais importante da região. Está situada na margem N do canal, a 30 metros de altitude e possui mais de 2.000 habitantes.

O clima de Ushuaia apresenta as seguintes características:

MESES	Temperatura média	Temperatura máxima absoluta	Temperatura mínima absoluta	Humidade relativa %	Precipitação
Janeiro	9.7	29.5	— 2.0	70	43
Fevereiro	9.5	26.2	— 2.5	69	51
Março	8.2	23.5	— 3.0	72	65
Abril	4.7	18.2	— 6.2	78	48
Maiο	2.6	17.0	— 20.2	80	41
Junho	0.7	14.0	— 18.2	83	58
Julho	0.9	12.5	— 21.0	84	52
Agosto	1.8	14.0	— 14.5	79	34
Setembro	4.0	15.5	— 8.0	76	36
Outubro	6.1	21.0	— 4.2	74	43
Novembro	6.9	23.5	— 6.0	73	39
Dezembro	8.4	21.6	— 3.0	71	46
Anual	5.3	29.5	— 21.0	76	556

(1) J. Guillermo Guerra — "La Soberanía Chilena en las Islas al Sur del Canal Beagle".

(2) Luis Riso Patron — "Diccionario Jeográfico de Chile".

As ilhas (vide Fig. 1), consideradas em litígio por causa das diferentes interpretações dadas à

boca oriental do canal Beagle, são as seguintes: ilhotas Snipe, Solitário, Becasses (dois), ilha Pic-



(Figura 1)

ton, ilhotes Garden, Reparo, ilha Nueva, ilhote Augusto e ilha Lennox.

1. Ilhote Snipe possui 0,4 Km2 de superfície. É maciço, arredondado e rochoso com altitude máxima

54° 57'

67° 10'

de uns 40 m. (3) A grande importância de Snipe no atual conflito explica-se pelo interesse que a Argentina tem na sua posse para evitar que os seus navios passem por águas territoriais chilenas para chegarem a Ushuaia.

2. Ilhote Solitário possui, apenas, 0,1 Km2 de superfície. É branco, baixo e está cercado de sargaços.

54° 58'

67° 09'

3. Ilhotes Becasses possuem, em conjunto, uma superfície aproximada de 0,5 Km2. São baixos e estão cercados de sargaços.

54° 57'

67° 02'

4. Ilha Picton possui uns 89 Km2 de superfície, apresenta o cimo de seu relevo de forma cônica e a costa alta e escarpada na parte S. (4)

55° 65'

66° 55'

"A ilha possui dois pequenos portos apropriados para embarcações de pequena tonelagem: Picton e a enseada Banner e na costa ocidental as angras Baxade e Piedras". (5)

O Sr. Saenz Valiente afirmou sobre a ilha no "Derrotero do Canal Beagle":

"O porto principal da ilha é Banner que está formado por uma reentrância da costa N e protegido dos ventos desta parte pela ilha Garden".

"Este pequeno porto, realmente, só tem importância para pequenas embarcações, pois as suas dimensões são tão reduzidas que o acesso de embarcações de algum porto é impossível ou perigoso".

"O ancoradouro principal de Picton encontra-se a SE voltado para a ilha Nueva. O ilhote Reparo, próximo à estação 43 de nossa triangulação, protege-o do vento N mas o mar de SE e as ressacas do SO penetram no ancoradouro e varrem a costa com tal intensidade que os fragmentos de penhascos são constantemente lançados formando uma espécie de cobertura que se projeta sobre o mar, por baixo da qual pode passar uma embarcação completamente encoberta do céu, mas recebendo uma saraivada contínua de pequenos fragmentos e exposta a acidentes inevitáveis caso se produzam grandes arrebentamentos do "stratus" argiloso que constitui o barranco".

O então tenente da Marinha Segundo R. Storni no "Boletim do Centro Naval Argentino", n. 258 de maio de 1965, declarou sobre a ilha:

"Picton apresenta, na sua costa oriental, entre o cabo de Santa Maria e o ilhote Reparo, uma cômoda enseada para a navegação; o porto Banner é um excelente abrigo para navios menores e na ilha Nueva há ancoradouros

(3) Luis Riso Patron — Obra citada.

(4) Luis Riso Patron — Obra citada.

(5) J. Guillermo Guerra — Obra citada.

de emergência que, uma vez descobertos, poderão ser de grande utilidade".

5. *Ilhote Garden* tem 0,5 Km2 de superfície; é elevado, rochoso, escarpado na sua parte NE, e está coberto de bosques e arbustos. (6)
- 55° 01'
- 66° 57'

6. *Ilhote Reparo* tem 0,5 Km2 de superfície e está localizada na baía Moat. (7)
- 55° 03'
- 66° 50'

7. *Ilha Nueva* possui uns 84 Km2 de superfície, seu solo está coberto de pasto bom e abundante, apre-
- 55° 15'
- 66° 35'

senta algumas elevações mais visíveis do lado L do que de W. O relevo termina a L por uma proeminência com a forma de sela; suas costas são barrancosas, especialmente as de W. (8) As praias do N são pouco acessíveis por causa da violência do mar. A ilha não possui ancoradouro e o seu acesso só é possível pela angra de Las Casas cujo desembarque é difícil e só pode ser feito por meio de lanchas que, às vezes, têm que esperar durante vários dias o mar tranqüilo, para poderem tocar à praia. Arelas auríferas já foram exploradas em algumas praias da ilha.

8. *Ilhote Augusto* possui 1,9 Km2 de superfície; está no passo Richmond próximo à costa
- 55° 16'
- 66° 44'

W da ilha Nueva formando com esta um canal com muita correnteza. (9)

9. *Ilha Lennox* tem 130 Km2 de superfície, vegetação abundante, pouco pasto e terras inade-
- 55° 18'
- 67° 00'

quadas à agricultura; dos seus barrancos de argila, já foram extraídas pepitas de ouro acompanhadas de magnetita, piritas, etc. Suas águas são piscosas, possui aves silvestres e água doce. (10)

A ilha apresenta dois ancoradouros: a enseada Goerée, na parte ocidental com entradas pelo S e pelo N e a angra Lennox na parte oriental que só serve para pequenas embarcações. (11)

III — TRATADOS CHILENO-ARGENTINOS

Os limites chileno-argentinos na região do canal Beagle foram estabelecidos pelo art. 3º do Tratado de Limites de 23 de julho de 1881 (ver fig. 2), pelo qual:

"Na Terra do Fogo se traçará uma linha que, partindo do ponto denominado Cabo do Espírito Santo, na latitude cinqüenta e dois graus e quarenta minutos, se prolongará para o sul, coincidindo com o meridiano ocidental de Greenwich, sessenta e oito graus e trinta e quatro minutos, até tocar no canal Beagle. A Terra do Fogo, assim dividida, será chilena na parte ocidental e argentina na parte oriental. Quanto às ilhas, pertencerão à República Argentina a ilha dos Estados, os ilhotes proximalmente imediatos a esta e as demais ilhas existentes sobre o Atlântico a oriente da Terra do Fogo e costas orientais da Patagônia; e pertencerão ao Chile todas as ilhas ao sul do canal Beagle até o ca-

(6) Luís Riso Patron — Obra citada.

(7) Luís Riso Patron — Obra citada.

(8) Luís Riso Patron — Obra citada.

(9) Luís Riso Patron — Obra citada.

(10) Luís Riso Patron — Obra citada.

(11) J. Guillermo Guerra — Obra citada.

bo de Hornos e as existentes a ocidente da Terra do Fogo".

Com o objetivo de dirimir algumas dúvidas surgidas na demarcação dos limites estabelecidos pelo Tratado de 1881, foi assinado um Protocolo Aclaratório no dia 1 de Maio de 1893.

pelas disposições do referido tratado a soberania de cada Estado é absoluta, de tal sorte que o Chile não pode pretender ponto algum para o lado do Atlântico como a República Argentina não pode pretender ponto algum para o lado do Pacífico".



(Figura 2)

Pelo título segundo do referido Protocolo:

"Os abaixo assinados declaram que, a juízo de seus respectivos Governos, e segundo o espírito do Tratado de Limites, a República Argentina conserva o seu domínio e soberania sobre todo o território que se estende a oriente do encadeamento principal dos Andes, até às costas do Atlântico, como a República do Chile o território ocidental até às costas do Pacífico; entendendo-se que,

Pelo Protocolo de 28 de junho de 1915, a questão da soberania das ilhas foi submetida à arbitragem do Rei da Grã-Bretanha. O Protocolo não foi ratificado e a questão continuou pendente até 1938, quando novo Convênio de Arbitragem foi assinado, sendo escolhido para árbitro o Ministro da Justiça dos Estados Unidos, Senhor Homer Cumming.

O Protocolo de 1938 ficou inoperante por falta de árbitro, pois o Sr. Cumming renunciou ao seu

alto cargo, vindo a falecer pouco depois. Não houve acordo para a designação de novo árbitro e a questão ficou paralisada por largo tempo, durante o qual, a Chancelaria argentina modificou sua orientação sobre o assunto, preferindo resolver a controvérsia por entendimentos diretos entre os dois Governos. O Chile recusou formalmente qualquer negociação que contrariasse o estipulado pelo Tratado de 1881.

Em abril de 1954 o Governo argentino tenta novo entendimento direto e propõe a criação de uma comissão mista para ajustar diretamente a fixação dos limites na região do canal Beagle. A resposta do Chile foi contrária a qualquer negociação para fixar limites na referida região, os quais estavam, no entender do Governo chileno, claramente estabelecidos no Tratado de 1881; além disso, o Chile manifestou seu desejo de que as dúvidas sobre os limites podiam ser resolvidas de acordo com o art. 6º do Tratado de 1881, segundo o qual:

"Toda questão que por desgraça surgir entre ambos os países, seja por motivo desta transação, ou seja por outra causa qualquer será submetida à decisão de uma Potência amiga, ficando em todo caso como limite inmutável entre as Repúblicas o que se expressa no presente convênio".

A Argentina aceitou em maio de 1955 a contraproposta chilena. Todavia, a situação permaneceu sem solução até os dias atuais.

IV — DIVERSAS INTERPRETAÇÕES

1. O Governo do Chile tem sido intransigente na interpretação do art. 3º do Tratado de 1881. Para os chilenos o canal Beagle corre na direção oriente-poente; vindo do Pacífico, segue a linha da costa argentina da Terra do Fogo. É o canal histórico e o seu curso natural. (Vide Fig. 3) Portanto, tudo que fica abaixo

dessa linha aquática pertence ao Chile como as ilhas Snipe, Picton, Nueva, Lennox e outras.

Por outro lado, explicam que "durante a negociação do juízo arbitral do ano de 1902, sobre a demarcação da linha limítrofe na Cordilheira dos Andes, a defesa argentina solicitou a aplicação de uma série de princípios de hermenêutica, o primeiro dos quais declara:

"1. As palavras de um tratado devem ser tomadas no sentido em que elas eram comumente usadas na época em que se firmou o tratado".

Nessas condições a expressão "canal Beagle", contida no Tratado de 1881 designa, para os chilenos, "a via que naquela época era conhecida com esse nome e que terminava por uma só boca na sua parte oriental, com uma extensão total de 120 milhas contadas desde a baía Cook até o cabo San Pio, estando a boca oriental ao N magnético da ilha Lennox". (1)

O Governo chileno tem sempre apelado para a solução arbitral e antes do Sr. Ibañez, cinco Presidentes defenderam e quiseram utilizar esse processo para solucionar os litígios de fronteiras.

2. Há diversas teses apresentadas pelos argentinos (vide Fig. 4) sendo que a mais favorável à Argentina é a de que o canal Beagle segue a direção oriente-poente, apenas até atingir a borda oriental da ilha Navarino, onde o costado desta se torce para o sul.

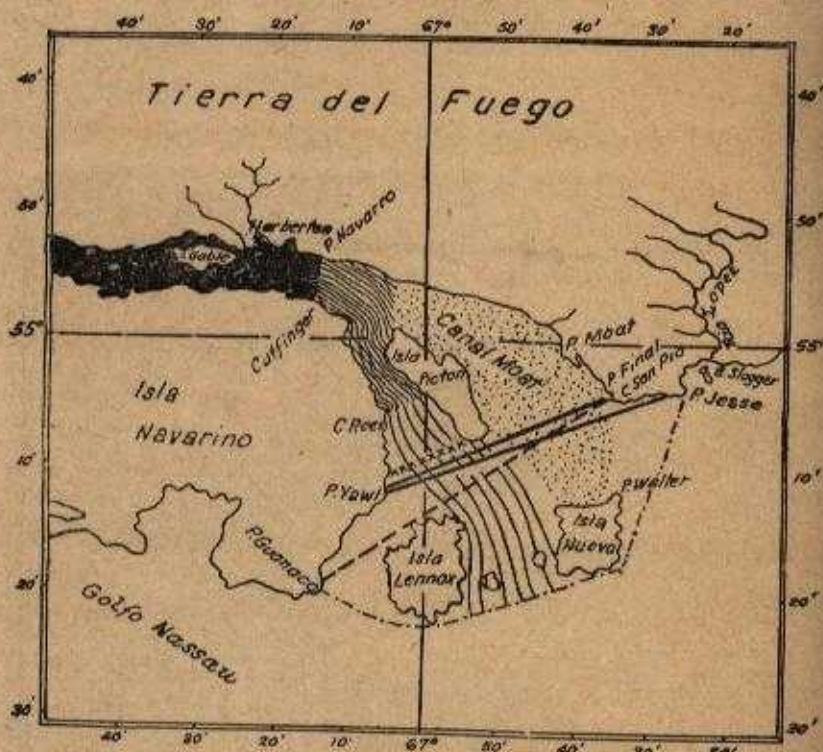
Neste ponto, a linha nítida que seguia o canal se abre em ângulo formando um delta. O canal Beagle acompanha o desvio de todo o costado oriental da ilha Navarino. As ilhas disputadas estão a oriente e não ao sul do canal, logo devem pertencer à Argentina.

Também, segundo opiniões argentinas, "o que deve ficar estabelecido é que nem o Tratado de 1881, nem o Protocolo de 1893 impedem que as citadas ilhas ou

Researches into the Natural History and Geology of the countries consignedas como pertencentes à visited, etc, etc". Londres. Argentina.

Entre as páginas 44 e 45 há um "Mapa General de la Republica" (Distribution Argentina", no qual, as ilhas Pic-des Feuilles) apresentando o li-

INTERPRETAÇÕES ARGENTINAS DA BOCA ORIENTAL DO CANAL BEAGLE



1. Boca oriental del canal Beagle, a $67^{\circ}15'$ de longitude (Chancelaria Argentina — 1915)
2. Boca oriental (maiores profundidades) de Saenz Valiente
3. Boca oriental (compêndio, de Popper (1892)
4. Boca oriental ao N. astronômico de Lennox, segundo a oficina Hidrográfica Argentina (1905)
5. Boca oriental com duas bocas, segundo o Dr. Zeballos (1915)
6. Boca oriental com duas bocas (duas hipóteses) segundo M. Groussac
7. Boca oriental com três bocas, segundo Storni (1905)
8. Canal Moat, de acordo com Saenz Valiente (1901)

(Figura 4)

mite meridional da Argentina com o Chile passando entre as ilhas Lennox e Nueva.

Entre as páginas 86 e 87 no "Schéma des Chaines des Points de Premier Ordre de La République Argentine" apresentando, apenas, o território argentino, na região da Gob. de Tierra del Fuego aparecem, além da ilha dos Estados, a Picton, Nueva e Lennox.

2. O "Nuevo Atlas Geográfico de la Argentina" de José Anesi, na sua II Edición

tre as ilhas Navarino a W e Picton e Lennox a L.

3. No "Atlas de la República Argentina" do Instituto Geográfico Militar (1^a Edición Año 1953) o limite entre os países está entre as ilhas Navarino a W e Picton e Lennox a L. Estas últimas e a Nueva estão consideradas argentinas.
4. O "Mapa de Chile" "Ejecutado por ordem de S. E. el Presidente de La Repú-



Fig. 5 — USHUAIA capital do Território Nacional da TERRA DO FOGO vendo-se ao fundo a vegetação e o relevo característicos da zona do canal BEAGLE.

(1947) atribui à Argentina as ilhas Picton, Lennox e Nueva.

A V Edición (1958) do mesmo atlas continua a considerar argentinas as mesmas ilhas e define o limite entre a Argentina e o Chile, como passando en-

blica Exmo. Sr. D. Pedro Montt" — "Oficina de Mensura de Tierras" — "Edición Cantenaria" — 1910 atribui ao Chile as ilhas Picton, Lennox e Nueva e consigna o limite internacional entre a Terra do Fogo argentina e as ilhas Picton e Nueva.

5. O "Mapa de Chile" do Ministério de Fomento — Departamento de Tierras e Colonización (Servicio de Mensura e Clasificación de Tierras — 1929 — Esc. 1: 500.000) também consigna o limite internacional entre a Terra do Fogo argentina e as ilhas Picton e Nueva.
 6. A "Carta Nacional" da "República de Chile" — 1945 também assinala a linha divisória como passando entre a Terra do Fogo argentina e as ilhas Picton e Nueva, atribuindo ao Chile, as ilhotas Snipe, Becasses, Reparo e outras, além do arquipélago Lennox.
 7. O "Atlas International Larrousse" "Politique e Economique" atribui ao Chile as ilhas Picton, Lennox e Nueva (estampa 16)
 8. O "World Atlas" ("Enciclopédia Britânica") 1942-43 — Trade Edition (Published by C. S. Hammond & Company, Inc. — NY) atribui ao Chile todas as ilhas situadas ao S da Terra do Fogo (estampa 84-85).
 9. O "Grande Atlante Geografico" do "Instituto Geografico de Agostini" — Novara (IV Edizione — 43) assinala as ilhas Picton, Lennox e Nueva como estando em litigio.
 10. O "Atlante Universale" do "Instituto Geografico de Agostini" — Novara — 1955 indica o litigio na região das ilhas Picton, Lennox e Nueva.
 11. O "Atlas Universal Aguilar" de Aguilar, S. A. de Ediciones Madrid, 1954 apresenta duas interpretações nos limites:
 - 1) passando entre as ilhas Picton, Nueva e a Terra do Fogo argentina;
 - 2) passando entre a ilha Navarino (chilena) e as ilhas Picton e Lennox.
- Todavia, as ilhas Picton, Lennox e Nueva são representadas como pertencendo à Argentina.
12. O "Nuevo Atlas Geográfico Metódico Universal" de "Ediciones Geográficas José Anesi" (VII Edición — 1943) Buenos Aires atribui à Argentina as ilhas Gable, Picton, Lennox e Nueva.
 13. O "Atlas Metódico de Geografía Moderna" (Curso Superior de Geografía) do Dr. Luiz Visintin, do Instituto Geográfico de Agostini — 1921 assinala o limite entre o Chile e a Argentina passando entre a ilha Lennox (Chile) e as ilhas Picton e Nueva (consignadas para a Argentina).
 14. A "Sout America" ("Map of Americas" — Esc. 1: 3.000.000 — Second Edition — 1944) da "American Geographical Society of New York" consigna duas interpretações nos limites:
 - 1) passando entre as ilhas Picton, Nueva e a Terra do Fogo argentina;
 - 2) passando entre a ilha Navarino (chilena) e as ilhas Picton e Lennox.
 15. A "AAF Aeronautical Chart" — "Strait of Magallanes, folha 1668

— Escala 1: 1.000.000 atribui à Argentina a ilha Gable e também consigna duas interpretações nos limites:

- 1) passando entre as ilhas Picton, Nueva e a Terra do Fogo argentina;
- 2) passando entre a ilha Navarino (chilena) e as ilhas Picton e Lennox.

16. O "Atlas de Geographie Moderne" por F. Schrader — Paris — "Librairie Hachette et Cie" — 1891 assinala o Canal Beagle passando entre a Terra do Fogo e as ilhas Picton e Nueva; estas e a Lennox estão atribuídas ao Chile.

17. O "Stieler Grand Atlas de Geographie Moderne" — "10^a Edição par Dr. Hermann Haack" "Gotha: Justus Perthes" 1939 atribui ao Chile as ilhas Picton, Nueva e Lennox.

VI — CONCLUSÕES

1. A posse de Snipe pelo Chile representa para a Argentina:

- a) a necessidade das suas embarcações transitarem por águas territoriais chilenas para atingirem Ushuaia. E nesta localidade há depósitos de petróleo, aeródromo com três pistas, pequeno arsenal e instalações para tropa, além de hospital, escola, etc;
- b) o direito do Chile reivindicar outras ilhas da região, inclusive Picton que

apresenta condições para o estabelecimento de uma pequena base naval;

c) o possível controle pelo Chile da navegação no canal Beagle que, apesar de ser um tanto precária, possibilita a ligação do Atlântico com o Pacífico.

2. A posse de Snipe pela Argentina representa para o Chile:

- a) o possível controle da entrada oriental do canal Beagle;
- b) o direito da Argentina reivindicar outras ilhas da região;
- c) o possível direito da Argentina estender suas reivindicações às terras antártidas com base provável no prolongamento da linha imaginária descrita pelo canal Beagle.

Em 1902 a Argentina e o Chile experimentaram "uma das maiores e mais perigosas tensões políticas da história sul-americana" (11) e "quase recorreram à guerra" (12) mas, felizmente, triunfou o espírito americanista e o litígio pôde ser resolvido graças ao elevado espírito de compreensão e amizade de chilenos e argentinos.

Para apagar aquela mancha na tradicional amizade dos dois grandes vizinhos foi inaugurado no dia 13 de março de 1904 na linha limítrofe dos dois países, junto ao caminho do passo de Uspallata, um monumento ao Cristo dos Andes. No dia 17 de janeiro de 1937, argentinos, chilenos e uruguaios reuniram-se em comvente cerimônia junto ao sugestivo monumento dos Andes e colocaram em sua base uma placa de bronze com as seguintes palavras: "Estas montanhas não de converter-se em pólvora antes que argen-

(12) Paula Cidade, Cel — "Notas de Geografia Militar Sul-Americana".

(13) Gordon Ireland — "Conflitos de Limites y de Posesiones en Sud América".

tinios e chilenos quebrantem a paz que juraram manter aos pés de Cristo Redentor".

BIBLIOGRAFIA

1. "Notas de Geografia Militar Sul-Americana"
Paula Cidade, Cel
2. "La Soberania Chilena en las Islas al sur del Canal Beagle"
J. Guillermo Guerra
3. "Limites de la República Argentina"
César Diaz Cisneros
4. "Intereses Argentinos en el Mar"
Segundo R. Storni, Cap. Frag.
5. "Conflictos de Limites y de posesiones en sud América"
Gordon Ireland
6. "Sobre la Tierra del Fuego"
Gunther Pluschow, Cap

7. "Antártida Argentina Islas Oceánicas Mar Argentino"
Primavera Acuña de Mones Ruiz
8. "Ensayo Sobre la Geografia Militar de Chile"
J. Boonen Rivera, Cel
9. "Historia y Geografia de la Antartica Chilena"
Oscar Vila Labra
10. "El Sexto Continente"
Alberto Luis Quaranta
11. "Diccionario Jeografico de Chile"
Luis Riso Patron
12. Atlas, mapas e cartas referidos no título V

OBSERVAÇÃO:

Convém ler "Contradições Geográficas e Geopolíticas — Erros nos Mapas do Chile", do Ten-Cel Galvarino Montaldo B, do Exército chileno.

"A geografia é o fator fundamental para a política exterior, porque é o mais permanente. Vão e vêm os ministros, morrem os ditadores, todavia as montanhas permanecem inamovíveis."

SPYKMAN.

* *

"O espaço dos Estados aumenta com o crescimento da cultura."

RATZEL.

* *

"A fronteira é o órgão periférico do Estado, e, como tal, é o indicio do crescimento, da força e das mudanças do organismo (Estado)."

RATZEL.

* *

"No seu crescimento, o Estado procura incluir regiões valorizadas politicamente: litorais, leito de rios, planícies, regiões ricas em recursos."

RATZEL.

IV - CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO

INSTITUTO RIO BRANCO — MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

(Programa de Geografia do 2º ano do Curso de Preparação
à Carreira de Diplomata)

I — GEOGRAFIA POLITICA E GEOPOLITICA

A "politische Geographic" de Ratzel. O conceito do espaço (Raum) e do espaço vital (Lebensraum). Halford Mackinder: a "Heartland" e o arco periférico. A geopolítica no sistema de

Rudolf Kjellen; o "Estado como Organismo". Karl Haushofer e os postulados da geopolítica nacional socialista. Geografia e Política Exterior.

II — BASE GEOGRAFICA DA ECONOMIA NORTE-AMERICANA

As grandes regiões geográficas. A especialização geográfica na economia norte-americana. As regiões econômicas. A orla do Pacífico. Os Planaltos Intermontanos. As Montanhas Rochosas. Os Grandes Planos (Great Plains) — região de pecuária extensiva e triticultura. A Região de Flores-tas e Lagos; a faixa de laticínios de Wisconsin-Minnesota. A faixa do milho (corn-belt). A faixa al-

godoeira (cottonbelt). A região Ozark-Apalachiana. A costa do Atlântico e do Golfo. Geografia da Manufatura Estadunidense. Distrito Siderúrgico de Pittsburgh-Cleveland. A Nova Inglaterra industrial. Nova York. Seção industrial Centro Atlântico. Detroit e a indústria automobilística. Projeção internacional da geo-economia norte-americana.

III — BASE GEOGRAFICA DA ECONOMIA SOVIETICA

Dificuldades específicas de quaisquer estudos sobre a URSS. A escala dos fenômenos geográficos: a "continentalidade" da geografia soviética. As grandes regiões naturais. A ocupação da estepa; a invasão do mundo polar, a invasão da taiga. O elemento humano; povos e "nacionalidades". Poderio humano da União Soviética. Trabalho escravo na URSS e nos satélites — repercussão geo-

econômica. A estrutura político-administrativa da URSS. A agricultura soviética — os fatores geográficos (solo e clima). A socialização da agricultura (Kolkhozy, Sovkhozy); exame crítico dos resultados. Recursos minerais. Energia. A indústria e os fatores geográficos. Os transportes. O comércio. A verdadeira significação da URSS nos mercados mundiais.

IV — BASE GEOGRAFICA DA ECONOMIA PLATINA

As grandes regiões naturais da Argentina e sua exploração econômica. O Pampa. O papel unificador dos trilhos. Problemas atuais da indústria argentina. A Argentina e o Comércio Internacional. O Uruguai, uma terra de transição.

Atividade econômica: a agricultura e seus problemas; a produção pecuária e as indústrias derivadas. A importância da rede de transportes. A produção paraguaia e o problema de seu escoamento. O Chaco.

V - ARTIGO ESTRANGEIRO

CONTRADIÇÕES GEOGRÁFICAS E GEOPOLÍTICAS

Erros em mapas do Chile

Ten-Cel GALVARINO MONTALDO

Para os chilenos é muito interessante saber que o Ministério da Educação não permite a circulação, no país, de mapas do Chile que contenham erros e revelem desconhecimento da soberania nacional sobre regiões do território chileno.

O Ministério da Educação proibiu a entrada da Enciclopédia Britânica no país, porque, nela foi incluído um mapa do Chile, que, ao parecer daquele Ministério, continha vários erros.

Não há dúvida de que se está realizando um trabalho patriótico. Entretanto, há um caso curioso que ainda não foi mencionado por organismos estatais: o folheto "As Repúblicas Americanas num relance", publicado em 1956 pela Organização dos Estados Americanos (OEA) — onde nós, chilenos, temos como representantes um numeroso grupo de compatriotas — apresenta um artigo, "Esbôço do Chile", que contém um mapa e uma descrição geográfica do nosso país. Há no mapa, figurando como território nacional, apenas 57% das terras chilenas e a descrição está cheia de incorreções.

O folheto "As Repúblicas Americanas num relance" é uma obra feita para difundir, nos países americanos, suas informações histórico-geográficas — a "última palavra" de correção, exatidão e seriedade. Não podemos atribuir à OEA as inúmeras e graves in-

correções existentes no mapa e na descrição geográfica. Certamente, os representantes de cada país daquela organização foram chamados a cooperar na elaboração da obra e, neste caso, cabe aos representantes chilenos a responsabilidade pelas incorreções verificadas na parte referente ao Chile.

O público ainda não teve conhecimento de qualquer pronunciamento do Ministério da Educação e das Relações Exteriores, com vistas a esse fato.

Que nós poderíamos informar o presidente da delegação chilena junto à OEA sobre o "Esbôço do Chile" contido no folheto "As Repúblicas Americanas num relance"? Cremos que a lei "não foi igual para todos" — por isso, não se deve permitir que circule esta publicação no Chile. Além disto, para que não se repitam fatos prejudiciais ao país, devemos pedir o pronunciamento do presidente de nossa delegação a fim de que seja esclarecido qual o responsável ou responsáveis pelo fornecimento de dados errôneos para o Esbôço, como foi permitido que a OEA desse publicidade a esses erros e qual o procedimento diante dos fatos consumados.

Se há culpa de chilenos neste assunto, pelo menos uma sanção moral deverá subsistir, sanção muito superior à destinada a um editor estrangeiro que visava apenas a interesses comerciais.

O GRANDE MAR GLACIAL ANTÁRTICO

O Grande Mar Glacial Antártico é o único mar em forma de anel que rodeia um continente — Continente Antártico — e mar que tem como limite Norte o paralelo 60° Sul (linha de convergência antártica) e suas águas superficiais e profundas são águas antárticas que chegam até à zona subtropical sul como águas intermédias e profundas.

Este grande mar atualmente é conhecido e mencionado como "oceano" e, como tal, figura em quase todos os mapas, geografias e dicionários do mundo.

Segundo alguns dicionários "Oceano é o termo empregado para designar extensões d'água que, de um modo contínuo e ininterrupto, rodeiam as massas terrestres continentais".

Se nos ativermos a esta definição, o Glacial Antártico é um oceano, mas, de acordo com ela, é o único existente na terra; ou seja, tal definição foi feita exclusivamente para o Glacial Antártico ou coincide unicamente com este.

Os dicionários também dizem que "rodear" significa andar em roda de alguma coisa. O Glacial Antártico rodeia o continente antártico (massa terrestre continental), mas nenhum dos oceanos, como o Pacífico, o Atlântico, o Índico e o Glacial Ártico, rodeia continentes ou massas terrestres continentais; todos eles, isso sim, — com exclusão do Glacial Antártico (que não é oceano) — "estão rodeados" por continentes ou massas terrestres continentais.

A definição de oceano dada por alguns dicionários (já comentada) dá, tacitamente, aos continentes, características de "grandes ilhas", e aos oceanos as de "grandes lagos". Uma vasta extensão d'água que rodeia continentes, os oceanos, segundo estes dicionários, podem ser uma extensão imprecisa, à qual o homem deve fixar todos ou quase todos seus limites. Estes

serão linhas imaginárias e instáveis, pois que as razões de sua fixação podem sempre ser alteradas, em franca luta de teorias.

Segundo o Dicionário Enciclopédico Ucha — 1953 — pág. 1163, "Oceano" (do latim *oceanus*): Em sentido amplo o termo *oceano* é equivalente ao de mar como massa d'água que cobre a maior parte da terra; em sentido restrito corresponde às grandes divisões de mar limitadas por massas continentais distintas: Oceano Atlântico, Índico, Pacífico e Ártico.

A palavra foi usada pelos gregos para designar uma corrente vasta e profunda que circundava a terra, idéia que já se encontrava na Babilônia, no Egito e em alguns povos do Oriente; com a mesma significação ou então a de um extenso mar que circunda as terras.

O conhecimento geográfico antigo limitava à região do Mediterrâneo e de um mar situado para além das Colunas de Hércules, mar que se supunha ser o oceano conhecido na parte meridional como o "Mare Erythreum". A existência do oceano da região setentrional era mera suposição. Os descobrimentos geográficos foram demonstrando que o mar estava constituído de partes definidas, independentes de certo modo, representado "por grandes extensões compreendidas entre continentes às quais se dá atualmente o nome de oceano".

Este dicionário, em síntese, diz: "oceano é uma extensão d'água compreendida entre continentes ou uma grande divisão d'água limitada por massas continentais distintas", acrescentando que os oceanos são: o Atlântico, o Índico, o Pacífico e o Ártico.

O Glacial Antártico não é mencionado, simplesmente porque não é "oceano" e não é assim considerado de acordo com a clara e lógica definição já exposta.

Na acepção verdadeiramente geográfica, o Oceano Glacial An-

tártico existe pois se trata da criação de alguns geógrafos que já levaram outros a dizer que o limite Norte erradamente foi estabelecido no paralelo 60° sul, quando o correto, por uma série de razões que apresentam, deveria ser no paralelo 40° sul, isto é mais de 2.000 km ao norte do limite atual.

As razões de considerar e procurar justificar como oceano o Grande Mar Glacial Antártico são "precedentes" que se procura estabelecer para que os oceanos — Pacífico, Atlântico e Índico — sejam divididos e "repartidos" em muitos oceanos, à medida que suas águas se aproximam do norte ou se afastam da Linha Equatorial. Assim teríamos vários oceanos, cada um deles caracterizado pela flora, fauna, salinidade, viscosidade e outros aspectos de suas águas diretamente influenciadas pela latitude e pela zona climática de região em que se localizassem.

O Glacial Antártico é um grande mar com características "sui-gêneris", o único que rodeia um continente com águas que pertencem aos oceanos Pacífico, Atlântico e Índico.

Este Grande Mar, banhando todo o litoral do continente antártico, banha o litoral do território chileno antártico, mas como mar do Bellingshausen no oeste, ou seja no Pacífico, e como mar de Weddell no leste, ou seja no Atlântico.

Não existindo o Oceano Glacial Antártico, o Chile, país do Pacífico sul-oriental, **tem no mar de Weddell, no Oceano Atlântico**, um litoral de cerca de 2.000 km; todavia, apesar disso, tal fato não foi levado em conta pela Argentina durante a gestão do Pacto do Atlântico sul-occidental, que erroneamente esta chama Pacto do Atlântico Sul.

Razões? Cada leitor poderá deduzi-las...

O TERRITÓRIO NACIONAL DO CHILE

Os chilenos estão de acordo em muitas coisas, jamais, porém, com o modo como está formado o nosso território nacional e com as designações de suas diferentes partes. Há os que acreditam que o território nacional é formado por dois territórios: o continental e o antártico, ambos banhados por um mar que também circunda as ilhas chilenas. Estes estão convencidos de que o território antártico não pertence a um continente. Outros designam os dois territórios como metropolitano e antártico, certos de que o antártico é uma espécie de colônia, um território temporariamente sob domínio do Chile. Outros, ainda, dividem a faixa sul-americana de terras chilenas em território Continental, compreendendo as terras localizadas entre Arica e o Canal de Chacao, e Território Insular abrangendo as que ficam entre o Canal de Chacao e o Estreito de Drake.

Permito-me, diante de tanta liberdade, apresentar ua modesta opinião a este respeito.

1 — O território chileno continental (na América e na Antártica).

- a) **O subterritório chileno sul-americano** (na América);
- b) **O subterritório chileno antártico** (na Antártica).

Neste território estão incluídas as ilhas, ilhotas e rochedos próximos a seu litoral.

2 — O território chileno insular (nas ilhas da Oceania e ilhas esporádicas do Pacífico).

Este território está formado por ilhas, ilhotas e rochedos afastados do litoral do território chileno continental, como são as ilhas: San Félix, San Ambrosio, Sala y Gómez, Pascua, Juan Fernandez e Diego Ramirez, mais as ilhotas e rochedos próximos a estas ilhas.

3 — O mar chileno (no Pacífico e no Atlântico) 200 milhas de extensão ao largo dos litorais chi-

lenos e ao redor das ilhas chilenas no quadrante sul-oriental do Pacífico e no mar de Weddel no Atlântico. (Entre os diversos trechos do mar chileno no Pacífico há uma grande extensão de "mar internacional" que carece de ilhas ou possessões estrangeiras).

4 — O céu chileno é formado pela matéria gasosa compacta ou com vazios, de uma capa de espessura (altura) igual ao raio da Terra sobre terras e águas chilenas.

Se, por linhas imaginárias unirmos os extremos de terras e águas chilenas, a superfície obtida sobre a terra cai dentro do triângulo Arica, Pascua, Pólo Sul; triângulo que contém apreciável superfície do "mar internacional" no qual não há uma só ilhota estrangeira.

Este triângulo não representa a superfície total do Chile; devemos acrescentar-lhe tudo o que há debaixo dele até chegar ao centro da terra e sobre ele até chegar a um "teto" de altura igual à do raio da terra; logo, o **território nacional do Chile tem forma de pirâmide invertida com o vértice apoiado no centro da Terra.**

Todavia, tanto o céu chileno como o subsolo e as águas visíveis, o Chile não as tem incorporados ao seu território.

Há alguma necessidade de incorporá-los?

Todos os estudos e esforços que se façam e resoluções que se tomem para materializar os limites do nosso território nacional sob e sobre a superfície visível — sem atentar contra a soberania de outros países — creio que seria acertado; e quanto mais rápido, melhor; pois não sabemos os meios que a "ciência" nos pode proporcionar para trabalharmos com eficiência, segurança e higiene muitos quilômetros abaixo ou acima da superfície das terras

e das águas, para a exploração de riquezas até agora desconhecidas.

Se determinarmos o "volume" do nosso território nacional, do qual hoje apenas conhecemos a superfície, defenderemos riquezas ainda desconhecidas, impediremos que no futuro outros países — sem a nossa autorização — violem a nossa soberania no subsolo ou no ar; impediremos que navios, projetis, engenhos ou elementos de quaisquer espécie construídos pelo homem — naveguem, transitem ou cruzem o nosso céu sem autorização nossa, e proibiremos, até onde seja possível, ou reclamaremos a quem de direito, se o nosso céu for invadido ou cruzado por matérias sólidas, líquidas ou gasosas, por ondas, luzes, correntes e forças — visíveis ou invisíveis — que sejam daninhas, nocivas, inconvenientes, desagradáveis ou surpreendentes ou que produzam transtornos de energia ou luz solar, atmosféricos ou climáticos, etc., tudo isto, efeito de emprêgo de armas, projetis, navios, explosivos, engenhos, elementos de qualquer natureza ou experimentos acionados, dirigidos, impulsados, iniciados ou realizados fora ou dentro do nosso território.

Propor fixar os limites de volume do nosso território nacional não é uma "loucura geográfica". Eles deviam ter sido fixados há muito tempo por um desses órgãos estatais que tratam dos limites do país.

Poderão criticar desfavoravelmente a divisão que apresento do território nacional do Chile, mas estou convencido de que tudo o que está abaixo ou sobre as terras e águas que pertencem ao Chile — devemos incorporar ao território nacional, tal como se fez anos atrás com o mar chileno das 200 milhas.

PÁCTO DO ATLÂNTICO SUL-OCIDENTAL

O Atlântico é um oceano rodeado pelos territórios da Europa,

África, Antártica e América e pelas águas do Oceano Ártico.

O eixo transversal do Atlântico é a linha equatorial no meridiano 60° W de G e segue até a Antártica para tomar contato com o meridiano de Greenwich. Para precisar a situação ao tratar de um setor do Atlântico diz-se Atlântico-norte-oriental, Atlântico-norte-ocidental, Atlântico-sul-oriental. As linhas mencionadas são limites destes setores.

Desde meados de 1956, a Argentina colocou no cenário internacional a celebração de um pacto do Atlântico que ela menciona como "sul", mas, como se refere aos países americanos sem participação dos africanos, na realidade é "sul-occidental".

Tratando-se do setor sul-occidental, vejamos que países têm litorais nêle, mencionando-os de norte a sul: Brasil, Uruguai e Argentina na América e Chile na Antártica (o mar chileno de Weddel a Este do território antártico).

O curioso do caso para alguns — mas não para o autor destas linhas — é que a Argentina não considerou o Chile, ao qual de fato nega o direito ao litoral no mar Weddel e, portanto, à Terra de O'Higgins.

Se nos colocássemos no caso "irreal" de que o Chile não tivesse litoral no mar de Weddel, tão pouco a Argentina poderia deixar ao Chile fora do pacto que ela dirige, pois o Chile é o único país americano que toma contato com o Atlântico sul-occidental desde o Oceano Pacífico através dos estreitos de Magalhães e de Drake, que são chilenos de margem a margem e de boca a boca. Estes estreitos marítimos são as únicas comunicações marítimas "naturais" que possuem entre si o Pacífico e o Atlântico e portanto de grande importância estratégica.

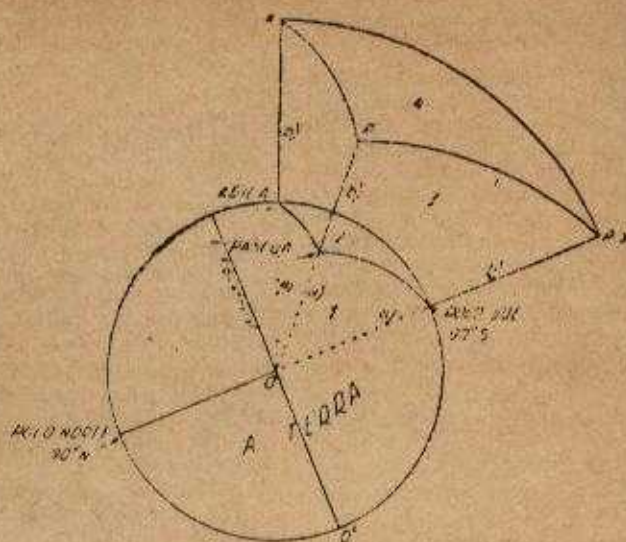
O mais cordato, lógico e natural seria, então, dar ao Chile as-

sentido, palavra e voto no pacto que se realiza, mas isto não sucederá porque a Argentina não o deseja.

O presidente do Brasil, em declarações à imprensa feitas durante a reunião de Presidentes Americanos no Panamá, em meados de 1956, e feitas nos países pelos quais passou em viagem de regresso à sua pátria depois da reunião "assegurou" que o seu país não faria parte de pactos, tratados ou alianças regionais ou de agrupamentos de países, porque isto seria atentar contra direitos e o prestígio da Organização dos Estados Americanos. Sem a participação do Brasil no pacto do Atlântico sul-occidental, este ficaria reduzido ao Uruguai, Argentina e Paraguai.

Paraguai, pequeno "país mediterrâneo" que tem livre navegação no Rio Paraná que desemboca no estuário do Prata, para o qual contribui com certa quantidade de águas fluviais paraguaiás, país que carece de esquadra marítima, está considerado no pacto; todavia o Chile, país com 2.000 km de litoral no Atlântico — no mar de Weddel e na posse dos estreitos que representam as "únicas entradas" de oeste do Atlântico sul-occidental e que por estarem em seu território — país com uma boa esquadra marítima — representam a segurança do setor, não foi convidado a participar com direito a palavra e voto.

Este pacto que erroneamente a Argentina chama do Atlântico-Sul, antes de existir, deixa de cumprir a finalidade que a Argentina exteriorizou, mas que não é a real. Se o Brasil cede e participa do pacto, sem que o Chile participe dele, consumir-se-á o fato histórico mais injusto e parcial da América do Sul no século atual e romper-se-á a harmonia internacional-sul-americana existente até agora.



Explicação do gráfico:

- a) raio da Terra (mais ou menos 6.371 km);
 - b) altura do céu chileno igual ao raio da Terra.
 - a) b) mais ou menos 12.742 km
 - o) centro da Terra.
- 1 — Elementos que formam a Terra (massa ígnea, terras e águas) entre o centro da Terra e a superfície de terra e águas chilenas (e o mar internacional) entre Arica, Pascua, Pólo Sul.
 - 2 — Superfície de terras e águas chilenas (e mar internacional) entre Arica, Pascua, Pólo Sul.
 - 3 — Céu chileno (massa gasosa) sobre a superfície de terras e águas chilenas (e mar internacional)

nal) entre Arica, Pascua, Pólo Sul.

4 — "Teto do céu" a mais ou menos 6.371 km sobre terras e águas chilenas (e mar internacional) entre Arica, Pascua, Pólo Sul.

1 — 2 — Pirâmide invertida (O — Arica — Pascua — Pólo Sul) parte do território nacional do Chile formada por fogo (materiais em combustão), terras e águas.

3 — Tronco de pirâmide invertida (Arica — Pascua — Pólo Sul — A — P P S') parte do território nacional do Chile formada por massa gasosa.

1) 2) 3) TERRITÓRIO NACIONAL DO CHILE (1 — 3 — Chile todavia não os tem incorporados ao seu território).

"O primeiro impulso para o crescimento territorial chega ao Estado primitivo de fora, de uma civilização superior. (O grande Estado como "Kultur" leva suas idéias aos povos primitivos que, através do aumento e o adiantamento da população, adquirem a necessidade de expansão)."

RATZEL.

VI — ÍNDICE BIBLIOGRÁFICO

Major OCTAVIO TOSTA,
do Estado-Maior do Exército

(II — REVISTA DO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL)

(De 1943 a 1954)

1) "A Geopolítica da África do Norte"

A. de Lyra Tavares, Ten-Cel — n. 4-43, págs. 47-53 — 6 figs.
(Conf sob o título "Impressões da África do Norte" — n. 4-43,
págs. 37-57 — 7 figs.).

SUMÁRIO

A importância do continente africano

Porque devemos estudar a África

As primeiras impressões

África do Norte

A Geopolítica da África do Norte

(O Marrocos, Argélia, Tunísia e o Sahara)

A Religião

Conclusão — na qual o autor mostra a importância
econômica e estratégica da região.

2) "A Redivisão Territorial Política e o Território do Tocantins"

Lysias A. Rodrigues, Cel Av — n. 544, págs. 31-50.

O autor, analisando as origens da nossa divisão territorial afirma que "a consequência desse erro primário foi que os fatores geográficos atuaram livremente, trazendo um desenvolvimento desigual das capitais". Para justificar uma nova redivisão política mostra que se traçarmos uma linha acompanhando o curso do rio Tocantins e seu afluente o Araguaia, continuando pelo rio Paraná abaixo, verificaremos que essa linha divide o Brasil em duas porções quase iguais; à direita encontraremos uma vintena de organismos estatais, enquanto que à esquerda, só três Estados. Pode-se verificar pelo censo que a zona à esquerda da linha traçada é francamente despovoada e até desconhecida dos civilizados. "Impõe-se, pois, uma nova divisão política do país, capaz de atender ao imperativo da "conquista do Brasil pelos brasileiros, antes de povoá-lo e civilizá-lo".

Preconizando a criação do Território do Tocantins esclarece que "plantado no coração do Brasil, não pode nunca a zona tocantina gozar facilmente das benesses da civilização do litoral".

Terminando o artigo declara que "lutar pela redivisão política é lutar pela grandeza do Brasil".

3) "Geopolítica — Novo Conceito da "Heartland"

Lysias A. Rodrigues, Brig-do-Ar — n. 15-49, págs. 25-44. (Pal realizada no "Instituto Brasileiro de Geopolítica" a 31 Agô 49).

O autor, após fazer algumas considerações sobre a evolução do poder, mostra o aparecimento de uma geopolítica alemã com o Barão Bietrich von Bulow em 1799. Analisa a atuação de Bismarck como defensor das fronteiras estáticas. Mostra a influência das doutrinas de Ratzel na política alemã e o desejo de Haushofer de unir a Alemanha à Rússia a fim de constituírem a "Heartland" de Mackinder. Finalmente, apresenta um novo conceito de "Heartland" em face do Poder Aéreo e admite o deslocamento do coração do mundo para o Ocidente, colocando-o nas Américas.

4) "Valorização e Defesa da Amazônia" — "Estudo Geopolítico"

Lysias A. Rodrigues, Maj-Brig — n. 16-49, págs. 97-118.

SUMÁRIO

A Luta pelo Domínio Mundial

Substituição dos Partidos Políticos pelos Exércitos

Grandes Potências dominando grandes espaços

Era Imperial

Transformação da Amazônia em espaço econômico

Focos Geopolíticos criados e por criar

Concluindo o trabalho, o autor afirma que "o panorama geopolítico da progressão imperial do Brasil rumo aos seus altos destinos, nos próximos anos, é dos mais alentadores, desde que as medidas apontadas sejam adotadas, assim como, a defesa e valorização da Amazônia só pode ser feita realmente, com a criação ali de novos Territórios Federais".

5) "O Triângulo Geopolítico do Nordeste"

Lysias A. Rodrigues, Maj-Brig — n. 18-50, págs. 13-28.

SUMÁRIO

Caracterização do Triângulo Geopolítico do Nordeste

Forças Geopolíticas

Os Vértices

— Fernando Noronha

(Significação. Relêvo. Clima. População. Economia.)

Os Vértices de Base: Fortaleza e Recife.

Encerrando o trabalho, o autor prevê "para breve um desbordamento econômico e social do Nordeste rumo dos sertões goianos e piauienses, à guisa do que se passa com S. Paulo e os Estados vizinhos. Assim, com o crescimento da riqueza Nordestina, mais que nunca é preciso providenciar a sua salvaguarda".

6) "Estrutura Geopolítica da Amazônia Brasileira"

Lysias A. Rodrigues, Maj-Brig — ns. 19-20/51, págs. 87-114.
(Conf prone CI Militar em 31 Jul 51).

SUMÁRIO

Introdução

As Forças Geopolíticas

- Rio Amazonas
- Costa Atlântica
- Mar Caribe
- Canal do Panamá
- Hinterlândia

Bastões Geopolíticos

- Território do Amapá
- Território do Rio Branco
- Território do Acre
- Território do Guaporé

Nós Geopolíticos

- Tabatinga
- Manaus
- Óbidos
- Belém do Pará

Outros nós Geopolíticos

O autor na *Palavra Final* do seu artigo, declara que: "Só há um caminho a seguir para obter esse avanço da Amazônia brasileira rapidamente: seguir o caminho apontado pela geopolítica, dividindo todas as regiões ermas, vazias, em Territórios Federais, porque, só por esse meio e sob a égide do Governo Federal tais regiões podem ser vitalizadas e progredir".

7) "Estrutura Geopolítica da Amazônia Brasileira"

II — "Plano Geopolítico na sua Redivisão Territorial". Lysias A. Rodrigues, Maj-Brig-do-Ar — n. 22-52, págs. 87-95 — 1 fig.

O autor declara que o Plano de Redivisão Territorial da Amazônia Brasileira comporta três aspectos:

- I — Estados que têm sua área reduzida;
- II — Território Federal que tem sua área alterada;
- III — Novos Territórios Federais.

Na parte relativa aos Estados, sugere novos limites para os Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás. Indica uma alteração no Território do Acre e a criação do Território de Tarauacá.

Na parte relativa aos "Novos Territórios Federais" declara que poderiam ser criados os seguintes: "Óbidos", "Trombetas", "Rio Negro", "Tabatinga", "Cáceres", "Purus", "Jurueña", "Tapajós", "Xingu", "Araguaia" e "Roraima".

Concluindo o seu Plano afirma que "está nas nossas mãos materializar a solução geopolítica de transformar o espaço físico da Amazônia em espaço econômico".

8) *"Spengler e o Brasil Imperial de Amanhã"*

Lysias A. Rodrigues, Maj-Brig-do-Ar — n. 23-53, págs. 23-28.

O autor mostra que em 1933 Spengler já fazia sérias previsões sobre o papel da Força Aérea no futuro e previa os EE UU com o "auge do poder naval com o qual alcançaria o domínio dos dois grandes oceanos". Afirma que a grande massa dos nossos dirigentes políticos, "insuficientemente educada para as altas funções do mundo político e desconhecendo os mais elementares problemas do Brasil mostra-se incapaz de estruturar e dar forma aos partidos políticos nacionais que tendem a desaparecer como organismos políticos para deixar sobrelevá-los, dentro das premissas de Spengler, apenas as figuras dos chefes que pensam e agem como verdadeiros caudilhos".

Admitindo que hoje em dia é "impossível a quem quer que seja alhear-se ou declarar-se neutro nessa dura luta que se avizinha a largos passos entre o Ocidente e o Oriente para o domínio mundial", declara que "o Brasil está fadado de novo a intervir nessa gigantesca contenda".

Analisando a "Classificação dos Estados" de Ratzel, conclui que: "o Brasil satisfaz a condição primordial para ser um império estatal no futuro próximo e que dentro de cinquenta anos será uma grande potência".

9) *"Panorama Sul-Americano"*

Felício Lima, Gen — n. 23-53, págs. 77-108.

SUMÁRIO

Situação Geográfica do Brasil — Sua Defesa
A Unidade Política e Econômica do Brasil
O Sonho do Ditador Rosas
Divergências Diplomáticas
Uma Campanha Injusta
Ainda Zébalos e a Confraternização das Nações

Na parte relativa à "Situação Geográfica do Brasil" o autor cita os três "puncti dolentes" existentes nas nossas fronteiras:

1. Território de Iguazu, Território de las Misiones (Argentina), regiões das quedas d'água.
2. No triângulo boliviano Cochabamba, Saucos, Santa Cruz de La Sierra, região petrolífera.
3. Na fronteira equato-peruviana, com centro na cidade de Leticia, próximo a Tabatinga (Brasil), nó de transportes de toda classe.

Terminando o trabalho, admite não parecer "utopia a união dos povos, comungando os mesmos ideais" e que "em época futura teremos a harmonia das nações, não pelos laços políticos, mas sim pela fraternidade universal...".

10) "Política Aérea do Brasil"

Lysias A. Rodrigues, Maj-Brig-do-Ar — n. 24-53, págs. 125-149.

SUMÁRIO

I — O Poder Aéreo

II — Equacionamento da Política Aérea

A — Ambito Universal

B — Ambito Continental

1º — Visão Global do Mundo

2º — Aceleração do Transporte

3º — Continentalismo

C — Ambito Sul-Americano

1º — Guianas

2º — Grã Colômbia

3º — Fronteira Sul

III — Política Aérea

A — Organização

B — Dotação

C — Localização

Na "Palavra Final" o autor declara que "no mundo de hoje, o Poder Aéreo é a máxima expressão de Poder, e o Brasil deve e necessita subir quanto antes à mesma linha das grandes potências".

11) "O Polígono Geopolítico do Sul do Brasil"

Lysias A. Rodrigues, Maj-Brig-do-Ar — n. 25-54, págs. 33-72.

SUMÁRIO

I — O Palco Geopolítico

II — Formação Histórica Territorial

III — Forças Geopolíticas

Nesta parte, o autor admite que "as forças geopolíticas de maior vulto que pressionam o polígono geopolítico do Sul do Brasil são :

1. Costa Atlântica.

2. Rio da Prata.

3. Estado Tampão ; e,

Florianópolis e Tórres).

IV — Nós Geopolíticos (Porto Alegre, Barra do Rio Grande, Jaguarão, Sant'Ana do Livramento, Barra do Quaraá, Uruguaiana, Foz do Iguaçu, Florianópolis e Tórres).

Na "Consideração Final" o autor declara que "a estrutura geopolítica do "Sector Dolens" do Sul do Brasil é uma afirmação categórica do seu grande valor" e que, "novas e mais poderosas forças geopolíticas que surgiram, estão modificando profundamente a situação política de um século de paz, e já agora, devem os habitantes desse polígono (formado pelos nós geopolíticos) estar alertas, porque as forças geopolíticas em ação agora, podem de um momento para outro conferir-lhe o mesmo glorioso papel que coube aos seus antepassados dos séculos anteriores, de asseguradores da honra e soberania do Brasil".

12) "Geopolítica do Brasil"

Adalardo Fialho, Cel — n. 26-54, págs. 161-186.
(Conferência pronunciada na EAO, no dia 7 Agô 53.)

SUMÁRIO

- 1ª Parte (compreendendo algumas noções sobre Geopolítica nas quais fala em Ratzel, Djellén, Haushofer, Mackinder e Evarardo Backheuser.
2ª Parte — Geopolítica do Brasil

I — Morfopolítica (Forma, Linha Periférica, Leis sobre fronteiras e Espaço):

Relativamente ao "Espaço" o autor refere-se ao físico, ao político e ao econômico. Admite que a "enormidade do Brasil aliada à geografia dissociativa do país, agiu decisivamente nos quatro ciclos político-sociais do Brasil: ciclo colonial, ciclo imperial, ciclo republicano e ciclo também republicano mas atual". Passa em revista "os problemas de geopolítica interna que surgiram no nosso colossal espaço", citando o de "Revisão Territorial" e "Mudança da Capital".

II — Fisipolítica.

III — Topopolítica:

O autor inicia esta parte afirmando que "o Brasil é, antes de tudo, uma potência atlântica e, como tal, não pode fugir ao seu "destino atlântico".

Refere-se aos pontos de interesse estratégico ("hot-spot" mundiais) da América do Sul (contrôle sobre as vias de comunicações):

- Canal do Panamá;
- Pequenas Antilhas (entrada do mar das Antilhas);
- Natal — Fernando de Noronha;
- Ilhas Falkland;
- Estreito de Magalhães.

Mostra alguns pontos de tensão política ou de instabilidade geográfica (reclamados por diversos Estados): Choco, Letícia, Taena e Arica.

Cita os seguintes "punctum dolens" nas fronteiras do Brasil:

- Ponto de trijunção de fronteiras — Brasil — Argentina — Paraguai — ou região das quedas d'água;

- Fronteira face o triângulo Cochabamba — Santa Cruz — Sucre, ou região petrolífera;
- Região Leticia — Tabatinga, onde o Peru disputa com a Colômbia e onde o Equador também se interessa;
- Guiana Francesa, vital para a defesa da embocadura do Amazonas e que pode ganhar importância excepcional se a França submergir ante a Rússia.

Conclusão, na qual, o autor mostra "que o Brasil desempenha um papel destacado, na Geopolítica do nosso continente" e admite ser "fatal chegarmos a um organismo disposto de um exército internacional próprio, com poderes para policiar o mundo, porque só assim a humanidade sobreviverá".

BIBLIOGRAFIA

- A Geopolítica Geral e do Brasil, Everardo Backheuser.
- Geopolítica do Brasil, Brig Lysias A. Rodrigues.
- A Geografia na Política Externa, Gen Jayme Ribeiro da Graça.
- Aspectos Geográficos Sul-Americanos, Gen Mário Travassos.
- Problemas do Brasil, Cel Adalardo Fialho.

"O crescimento dos Estados segue outros sintomas de desenvolvimento: idéias, produção comercial, atividade missionária."

RATZEL.

* *

"Há neste pequeno planeta espaço suficiente para um grande Estado somente."

RATZEL.

* *

"Onde não se oferecem ao crescimento razões naturais ou econômicas, uma terra extensa esparsamente povoada é um grande Estado do futuro."

RATZEL.

* *

"O problema real não é como viver separadamente, senão como viver juntos. Todos estamos no mundo para permanecer nele. Não pode haver evasão. Este é o fato fundamental da Geopolítica."

JAMES FAIRGRIEVE.

* *

"Geopolítica é o ramo da política que estuda o Estado como organismo geográfico ou como fenômeno de espaço, portanto como "país", "territorium" e "dominium," ou, mais exatamente, como Reich."

KJELLÉN.

A RECENTE HOMENAGEM DO JOCKEY CLUB BRASILEIRO AO EXÉRCITO NACIONAL

Integra dos brilhantes e eloquentes discursos proferidos pelo
Dr. Mário de Azevedo Ribeiro e pelo General
Augusto Maggessi Pereira

No Hipódromo da Gávea, quando, ao ensejo da "Semana de Caixias", o Jockey Club Brasileiro, como anualmente procede, homenageou o Exército Nacional. Cabe, agora, darmos, na integra, os importantes discursos proferidos por ocasião do almoço que reuniu em torno do Presidente e demais diretores do Jockey Club Brasileiro os generais aqui sediados e que se realizou no belo Salão das Rosas, do Hipódromo Brasileiro.

A saudação ao Exército Nacional

O Dr. Mário de Azevedo Ribeiro, Presidente do Jockey Club Brasileiro, produziu a seguinte oração, saudando o Exército Nacional:

"Senhores Generais, Meus Senhores,

É uma grata satisfação, para os dirigentes do Jockey Club Brasileiro, em novo encontro, poder assegurar os laços da grande cordialidade que sempre existiu entre o Exército Nacional e a instituição de maior projeção do nosso turfe.

Desde os primórdios da fundação da sociedade, ficaram vinculados aos objetivos comuns de preparar o advento do cavalo puro-sangue nos campos de criação e o conseqüente aproveitamento na formação da raça equina.

Atendendo, principalmente, às necessidades da cavalaria militar, os primeiros impulsos filiaram-se ao provimento de boas correntes de sangue, a fim de obter, em condições satisfatórias, o animal útil aos serviços da tropa.

Sem perder a finalidade precípua, as agremiações turfistas identificaram-se, ainda, com o programa de alcance cívico e social que desenvolvem as classes armadas no amplo círculo de influências exercidas em favor do progresso e do futuro da nossa terra.

Convencido do alto destino que está reservado à nação brasileira, o espírito de mútua cooperação, nos diversos ramos das atividades empreendidas, há de constituir o instrumento eficaz à realização do nobre ideal das aspirações levantadas.

A compenetração dos deveres, a que está cingida a vida na caserna, reflete, nos múltiplos aspectos, a complexa elaboração da personalidade do verdadeiro soldado. A escolha do vulto admirável do

Marechal Duque de Caxias, para símbolo da corporação revela a intuição superior de associar, nos seus predicados essenciais, os dotes do militar às características do cidadão. É a tradução exata de uma escola de continuado civismo.

No corrente ano, o Jockey Club Brasileiro já aplaudiu a magnífica idéia de tão patrióticos ensinamentos. Ao ensejo do sesqui-centenário de Marechal Marquês do Herval, a figura legendaria de Osório, aderiu às comemorações da efeméride solenemente festejada pelo Ministério da Guerra.

É sob este prisma, da mais elevada compreensão do papel relevante que cabe ao Exército, na sua função meritória de evocar feitos de coragem e bravura, sobretudo incentivando o amor à Pátria, ou educando o povo no culto dos seus legítimos heróis, que desejaria trazer a solidariedade de nossa instituição que também sabe prezar tão altivos sentimentos.

Ligados pelo mesmo pensamento de um país forte e venturoso, só poderemos conseguir a afirmação dos imperativos da consciência coletiva, prosseguindo, irmanados, na tradição gloriosa, de que herdamos as honradas virtudes.

Em nome dos meus colegas de Diretoria, formulo os mais ardentes votos pela grandeza do Exército Nacional e pela felicidade do Brasil!"

O agradecimento do Exército

O General Augusto Maggessi Pereira, em nome do General Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra, assim agradeceu à homenagem recebida do Jockey Club Brasileiro:

"Senhores:

— Numa data em que todos os brasileiros elevam o pensamento para a grandeza da Pátria e nós, em particular, componentes do Exército, somos convidados e fidalgamente distinguidos porque usamos o uniforme e seguimos, tratando e pelejando, a doutrina de Luiz Alves de Lima, o excelso Duque de Caxias, cabe-nos, como imperativo da profissão, dizer algumas palavras a respeito dele, e, ao mesmo passo, manifestar nosso reconhecimento pelo gesto nobre e patriótico desta grande agremiação que é o Jockey Club cujos destinos tão sábia-mente estão confiados ao eminente concidadão, Dr. Mário de Azevedo Ribeiro.

Não há negar quanto nos desvanece esta incumbência há pouco recebida do Sr. Ministro da Guerra, General-de-Exército Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott. Caxias era a figura máxima do Chefe Militar, do cidadão ao serviço das armas, de guarda efetiva e imediata à nossa Bandeira, como integrante de um organismo que é, a um tempo, a expressão da Idéia e da Segurança Nacional e uma excelente escola para a mocidade brasileira. O sentido profundo de sua vida e o alcance de sua coragem moral e de suas lutas, que realçam um alto destino, em boa hora deram origem ao Aviso Ministerial n. 366, de 1925, que o escolheu Patrono do Exército, sendo o seu aniversário natalício festejado como "Dia do Soldado."

É do conhecimento geral que as sociedades, máxime as sociedades democráticas, não podem privar-se de um exército forte, nem do cul-

tivo das virtudes militares, sob pena de se votarem à decadência ou à anarquia, o que vem a ser a mesma coisa. O Estado poderoso apoia-se em forças armadas essencialmente nacionais, sobretudo num exército regular, sem o que não pode subsistir. "Boas leis e boas tropas", tal era uma das Sentenças do tão discutido Machiavel, cuja elevada finalidade era familiar ao condestável do Império, quando afirmava serem as organizações militares decorrentes de uma lenta mas ininterrupta **evolução das idéias** e das concepções sociais e políticas. Verdade histórica, insofismável, confirmada ainda hoje, no mundo moderno em que vivemos, caracterizado por um extraordinário adiantamento tecnológico e científico, que obriga o elemento primordial da potência defensiva-agressiva de um país, a **renovar-se** constantemente; que tem ampliado de modo considerável os horizontes dos Chefes Militares, em todos os escalões, acarretando maior soma de responsabilidade. Já, agora, o Comando chamado a dirigir e combinar meios muito mais numerosos e complexos, fixando-lhes as condições de emprego, suas decisões e iniciativas são de maior vulto, exigindo-lhe, portanto, conhecimentos mais profundos. E a carreira militar, que outrora se afigurava mais simples, vem assumindo aspectos cada vez mais distintos e delicados, consoante a notável expansão atingida pelos empreendimentos humanos.

Este conceito, porém, não exclui ou faz esquecer o legado dos nossos maiores, cujas qualidades, através da história, — como verdadeiro agente da marcha geral da nossa civilização, — Caxias sintetiza de uma forma infável; pelo contrário, aconselha-nos a venerar sua memória, tais os seus magistrais ensinamentos, frutos de incansável disposição, competência e valor. Não se trata mais, para nós, do presente ou do futuro, mas da **herança do passado, com as suas forças mágicas, válidas para sempre**; não ocorre somente aludir à **função da inteligência**, senão também à **expressão da alma**; não mais às **disposições do espírito** e sim às **qualidades morais** que — desde que existem soldados sabendo servir e morrer, — imprimiram seu sinete à instituição que os governa sob o duplo testemunho da retidão e da dignidade no emprego da vida. Hoje, como no seu tempo, perdura o sacerdócio que exige dos seus ministros os predicados cardiais de coragem e espírito de sacrifício, firmeza no decidir, respeito à justiça e devotamento ao bem comum, colocando os interesses particulares aquém do interesse geral. Cultua-se o senso da disciplina e das obrigações, a religião da honra... Pois bem, todos estes dotes, assim alinhados, enfeixam-se num ramo de tradições sem preço, que valeram ao Duque de Caxias a auréola que imortalizou o seu nome.

A única prova do homem que comanda reside nos seus atos. O valor de suas palavras, a autenticidade de suas idéias, só se definem e se evidenciam de modo irrefutável, **através das suas ações.** O homem resoluto é aquele capaz de agir sem perda de tempo, face as circunstâncias, como quem encarna uma sensibilidade a **serviço do pensamento que julga e uma vontade que se propaga**, porque a força do instinto dominada converge nele com o esplendor da cultura e da virtude.

Este, um modesto retrato de Caxias. Nos fastos militares do Brasil não há personalidade mais notável e que melhormente tenha honrado e enaltecido o nosso pendão, sobre cuja intangibilidade exerceu poderosa influência. Chefe na extensão do termo, nas situações difíceis, à maneira do famoso Suwarow, tinha o senso da oportunidade distinguindo na confusão dos fatos e dos informes, a questão simples cuja solução se impunha de imediato. Inigualável pela elegância

técnica e moral dos seus triunfos, era Caxias, verdadeiramente empolgante, em plena guerra, realizador de autênticas **obras primas de estratégia**, de que pedimos licença para citar: o contôrno de Humaitá, as operações do Chaco e do Pykissiry, planejava e executava suas manobras, **em puro estilo napoleônico**. À maneira do genial corso, depois de cada vitória, poderia êle sempre dizer: "Tout se ramène, dans l'action, à la connaissance et à la conduite des hommes". Vale dizer, **o Exército de hoje ainda é o de Caxias**, o mesmo "mutatis-mutandis", que aquêlê varão illustre soube conduzir vitorioso em tôdas as suas numerosas campanhas e intervenções pacificadoras; o mesmo, enfim, com que exalçou a nossa Pátria mantendo-a íntegra, unida e pujante, consolidada em sua histórica soberania. Se ainda hoje e amanhã continuarmos a não medir esforços na conquista dos nossos ideais, sempre atentos aos seus notáveis exemplos e lições, por vêzes fazendo até o que se nos afigure, se nos apresente aparentemente impossível; se guardarmos fidelidade ao roteiro que nos traçou a sua alma heróica, então teremos aprimorado, gradativamente, os reflexos necessários ao êxito em quaisquer conjunturas e sentiremos, com intensidade crescente, a alegria de viver, a confiança nos nossos destinos e o prazer indizível de servir ao Brasil.

Sr. Presidente do Jockey Club Brasileiro.

É com a mais viva satisfação que nos achamos aqui reunidos atendendo ao seu amável chamamento para, junto a V. Exa. e demais distintos membros desta magnífica associação, rendermos preito à memória do nosso insigne Patrono. Por força da experiência adquirida desde a juventude; formados ao som das fanfarras, ouvindo os clarins na sugestão da glória e nas tradições marciais da espada e da clavina; instruídos no trato da liberal e nobre arte da cavalaria, na observância inteira dos luminosos artigos do seu Código, que imprimem no coração e no espírito o amor à verdade, — única base sólida de tôdas as virtudes, — aventuramo-nos a dizer que conhecemos seguramente o cavalheirismo dos seus sentimentos e a plenitude esplendente de seus propósitos. Vossa Excia. vem presidindo com inextinguível mestria e habilidade, as atividades desta assembléia de homens ilustres, cujo programa não se limita ao melhoramento das raças eqüinas, ao incremento da criação e à organização das corridas, em estreita ligação com a Remonta do Exército, como consta do próprio texto regulamentar. Não. Contém, abrange, além disso, um objetivo superior, cívico e construtivo, decorrente de admirável disposição cooperativa, que consiste nas comemorações, nas recepções e nas mostras de um sã patriotismo, quando **neste Prado, — o mais belo do mundo, —** ou na sua vetusta sede, são recebidas e homenageadas comissões diplomáticas que nos visitam, são convocados representantes das diferentes classes e dos poderes da República para, irmanados, em comunhão de ideais, relembrem os feitos gloriosos da nossa gente e renovarem os compromissos de bem cumprir os seus deveres. Ao agradecermos êste ágape, neste majestoso recinto de tradicional cordialidade, em nome do Senhor Ministro da Guerra, e dos demais Senhores Generais e no nosso próprio, formulamos a V. Exia. e a todos os representantes desta grande Sociedade, os melhores votos de felicidade pessoal e constante prosperidade, certos de que a Bandeira que aqui se desfalda é a mesma que nós, soldados, desfaldamos pelo engrandecimento do nosso amado Brasil, uno e eterno, digno do seu passado e de um grandioso futuro!"



"PERCEPTRON"

A concepção do primeiro instrumento não biológico capaz de perceber, reconhecer e identificar os objetos em seu redor, sem nenhum controle humano, acaba de ser objeto de demonstração pelo Dr. Frank Rosenblat, especialista em pesquisas psicológicas do Laboratório de Aeronáutica de Cornell, nos Estados Unidos. Os estudos sobre assunto de tão alta importância estão sendo levados a cabo pelo Escritório de Pesquisas Navais de Washington.

O novo processo denomina-se "perceptron" e sua finalidade é permitir a construção de uma mecanismo de reconhecimento seletivo, comparável as funções da mente humana, cuja aplicação abrirá possibilidades das quais até agora só se tinha notícia através das fantasias de "science fiction".

Embora o "modelo piloto" da máquina planejada para este fim só deva ficar pronto dentro de um ano, o sistema "perceptron" tem sido apresentado simuladamente sob a forma de um computador IBM 7C tradicional, provando várias vezes a sua viabilidade. O sistema tem demonstrado não somente a sua habilidade em "conceber" o que lhe é "demonstrado", como

também a sua capacidade espontânea de "ensinar a si mesmo" a identificar objetos ou indicar determinadas particularidades desses mesmos objetos, ainda que nunca antes lhe tenham sido "apresentados".

Em experiências já realizadas, o "Perceptron" foi capaz de determinar, com 97% de "respostas certas", se diferentes objetos estavam colocados à direita ou à esquerda de um campo visual retangular. O equipamento é capaz, também, de "escrever" ou "responder", obedecendo a comandos verbais. Acredita-se que falta muito pouco, em matéria de aperfeiçoamento, para possibilitar que esse processo "produza" em vários idiomas, automaticamente, o que venha a "ler" ou "ouvir".

O "perceptron" não "reconhece" as formas dos objetos, por meio de comparação com objetos similares gravados em sua "mente". O "reconhecimento" é feito de maneira direta e essencialmente instantânea, desde que a associação, pela qual o "estímulo de discernimento" lhe é aplicado, deriva cada vez de uma nova senha recebida pelo sis-

tema, ao invés da reprodução, em código, de um "estímulo original".

Na opinião do Dr. Marshall C. Yovits, chefe do Setor de Informações do Escritório de Pesquisas Navais, o "perceptron" é um dos maiores avanços que já se fez no campo da eletrônica. Este sistema é o primeiro recurso mecânico capaz de "organizar espontaneamente" certas relações definitivas baseadas em símbolos. Já existem equipamentos capazes de estabelecer sistemas estatísticos, mas que dependem de controles manipulados pelo homem. Aparelhos, como os usados pela aviação no controle automático de vôos e aterrissagens, e em vários sistemas de reconhecimento, apesar de independerem da intervenção humana no seu funcionamento, dependem do homem no seu aproveitamento prático.

O "perceptron" não somente possui a capacidade de completar a missão que lhe é confiada (como no caso de escrever e imprimir uma carta que lhe é ditada...), como também, aliado a outros sistemas mecânicos já existentes, poderá concorrer para um incalculável progresso em vários campos da técnica.

O "perceptron" funciona de maneira idêntica ao cérebro humano. A imagem é recebida pelo equipamento por meio de uma câmara comparável à de televisão. Um mosaico de foto-células, existentes na câmara, atua de modo semelhante ao da retina. Estas foto-células transformam a energia da luz em sinais elétricos, que são transportados por meio dos cabos de um sistema associativo. O sistema é composto de um grande número de pequenas unidades eletrônicas, que exercem funções similares às das células do cérebro. Estas unidades "respondem" aos sinais "visuais" transmitidos, e geram impulsos elétricos, de maneira análoga aos impulsos gerados pela associação de células humanas.

O "sistema de associação" atua como uma estação de relé, que pode modificar as conexões entre as unidades que recebem e transmitem os sinais. A conexão do sistema é feita sem método algum, obedecendo às "sensações" recebidas e transmitindo-as simultaneamente sob a forma de sinais ao equipamento de "reação dos sentidos". Os efeitos que permitem criar o fator "memória" no trabalho da máquina são baseados em condições estatísticas e de probabilidades. Estes efeitos foram previstos e analisados pela primeira vez no estudo "Teoria da Separabilidade Estatística", de Rosenblat, realizado para o Laboratório de Cornell, em janeiro de 1958. A teoria demonstra ser possível a uma mesma associação de células responder, aparentemente de maneira idêntica, a uma grande variedade de diferentes estímulos, e a um agrupamento estatístico de células manter um conjunto de respostas seletivas para cada estímulo individual. Os efeitos previstos só podem ser observados em um grande número de células. Quando um número considerável de células é obtido, a percentagem transforma-se em um sistema de alta eficiência, capaz de reconhecer similaridades, estabelecer generalizações e descobrir, por si mesmo, os tipos de formas que envolvem o meio ambiente observado.

O primeiro "perceptron" planejado será destinado a pesquisas de laboratório. De acordo, com os planos, este modelo terá um sistema de recepção de 400 foto-células, que deverão ser associadas a mil "unidades A", ou sejam, unidades associativas eletrônicas. O sistema a ser construído será capaz de distinguir as letras do alfabeto, as formas visuais, e até mesmo as imagens em fotografias. Ainda que a aplicação prática do "perceptron" não seja coisa para futuro imediato, não há dúvida de as possibilidades que se apresentam nos campos da pesquisa, da engenharia e vários outros são incalculáveis.

O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO BRASIL

EXPANSÃO ELÉTRICA NA REGIÃO RIO-SÃO PAULO

O Brasil atravessa hoje uma fase de progresso sem precedentes.

O nosso parque industrial é ampliado dia a dia, com a instalação de novas fábricas, que produzem em ritmo ascendente quase toda a sorte de bens de consumo, do simples palito ao complexo automóvel. Para assegurar esse promissor desenvolvimento, que reflete o progresso econômico do país, é necessário promover continuamente a expansão das indústrias de base.

A metalurgia, a mineração, as indústrias de máquinas e aparelhos pesados, que desempenham um papel de alicerce para as indústrias de transformação, vêm procurando expandir-se, diminuindo assim a disparidade existente entre a grande produção de bens de consumo e o desenvolvimento ainda em pequena escala das atividades básicas.

Volta Redonda, por exemplo, tem planos para atingir dentro em breve uma produção de 1.500.000 toneladas de aço anuais.

Com a instalação de fábrica completa de equipamentos pesados, em Taubaté, as indústrias de São Paulo não terão mais necessidade de recorrer exclusivamente à exportação para o suprimento de máquinas.

Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul são hoje as sedes da indústria automobilística, cujos programas de produção prevêem para 1960 o abastecimento de todo o mercado nacional.

Entre os bens de produção, a indústria de energia elétrica ocupa lugar de relêvo. É ela, sem dúvida, um dos fatores de prosperidade de uma nação. As regiões mais bem servidas de energia elétrica são sempre as mais adiantadas. A existência de energia elétrica é a condição primeira de progresso.

A região Rio-São Paulo, no Brasil, é exemplo real desta afirmação. Das atividades básicas é a indústria de energia a que mais se desenvolveu nestes últimos anos, e isto devido às grandes expansões verificadas nessa região.

A implantação da usina Parnaíba, em 1901, com a capacidade inicial de 2.000 kW, possibilitando a formação dos primeiros núcleos fabris em São Paulo, seria o primeiro passo para a grande industrialização do Brasil.

A indústria de energia elétrica expandiu-se desde então, lutando contra os mais variados obstáculos, como a baixa tarifação, as dificuldades de financiamento, a insuficiência da remuneração do investimento, etc.

Nos últimos 10 anos foram instalados na região Rio-São Paulo mais de 1.000.000 kW.

As obras notáveis de engenharia hidráulica realizadas neste período, como a usina de Cubatão, a usina termelétrica de Piratininga, em São Paulo, e a usina Nilo Peçanha, no Rio de Janeiro, colocam hoje esta área entre as mais bem servidas de energia elétrica, com um consumo anual "per capita" de 1.100 kWh.

Em 1956, o sistema de 1.700.000 kW de capacidade, responsável pelo progresso dessa região, produziu 8.500.000.000 kWh que se transformaram em bens de consumo e proporcionaram mais conforto às populações do Distrito Federal, São Paulo e Estado do Rio.

Para acompanhar o desenvolvimento crescente dessa região, novas obras estão sendo planejadas e executadas. Entre elas salienta-se a usina de Ponte Coberta, em plena fase de construção, que terá a capacidade de 100.000 kW, a complementação da usina de Cubatão, que passará a dispor de 864.000 kW, e a ampliação da Usina de Piratininga, de 200.000 kW para 450.000 kW.

Encontrando na energia elétrica as sólidas fundações, a região Rio-São Paulo cresce incessantemente. Pela visão desta área, sede do maior conjunto de indústrias da América Latina, aquilata-se a necessidade de empreendimentos de energia elétrica em outras áreas do território nacional. Tais empreendimentos, abrindo campo para a instalação de indústrias, levarão conforto e prosperidade a todo o Brasil.

O Serviço Social de Empresa e o Serviço Social dos Empregadores como instrumentos de Racionalização e Produtividade do Trabalho

Dr. JACY MAGALHAES

A Medicina do Trabalho, por sua ação preventiva, corretiva e educadora, constitui a pedra de toque do sistema do Serviço Social. Sem Serviço Social que evite os choques Capital/Trabalho, a Produção estará comprometida e, com uma Produção comprometida, não pode haver uma Organização Econômica sólida.

Sabeis, todos — pois a simples constatação dos fatos históricos não-lo demonstra — que, sempre que a situação econômica entra em crise, agravam-se as lutas sociais, pela determinação das condições de vida, e a situação política entra em colapso.

A interligação dos fenômenos Políticos, Econômicos e Sociais é tão ínfima que é, por vezes, difícil dizer, nos momentos de crise, qual o fator predominante entre os que a determinaram: se o Político, se o Econômico ou se o Social.

Qualquer que seja, porém, o fator de maior importância entre os determinantes da crise, uma coisa é certa: depois que ela se declara, nem a intensificação das práticas da Medicina do Trabalho, nem o pleno funcionamento do Serviço Social são suficientes para debelá-la.

Aquelas atividades, — Medicina do Trabalho e Serviço Social — contribuem para que o ambiente não se corrompa definitivamente, atenuam os choques consequentes das lutas sociais e

preparam e facilitam a recuperação. Entretanto, a fase aguda e crítica das crises só desaparece quando a situação econômica se normaliza e quando se restabelece o equilíbrio por uma nova e mais justa distribuição de riqueza, permitindo encontrar novo estado de equilíbrio Social e Político, por intermédio de uma nova ordem econômica que proporcione Produção capaz de satisfazer às necessidades de todos.

Foi a constatação deste fato, — constatação feita através de estudo da História, de Medicina do Trabalho, do Capital, das Doutrinas Econômicas e das Doutrinas Sociais — que me levou a afirmar — como tenho feito repetidas vezes — que os interesses do Capital e do Trabalho não são opostos, mas convergentes. O interesse do Detentor do Capital, isto é, do Investidor, é o Lucro Justo e o do executante do Trabalho, isto é, do Trabalhador, é o Bem-Estar Social. Um e outro são possíveis somente quando asseguradas as condições de Produtividade.

Cabe, aqui, uma indagação: como, então, assegurar, permanentemente, condições de Produtividade, de modo a que não se manifestem crises originadas, quase sempre, nas deficiências de produção?

A resposta só pode ser uma:

Através de uma ação constante sobre as atividades dos Investi-

dores e dos Trabalhadores, de modo a, esclarecendo-os, coordenar sua ação em proveito do Bem Comum.

A evolução da economia mundial encarregou-se de provar o desacerto da Fórmula Capital mais Trabalho igual a Produção, sobre a qual Marx construiu sua doutrina econômica, que, depois, transformou em social e política.

A Racionalização do Trabalho, o Planejamento da Produção, a Psicotécnica e os mais modernos estudos sobre Medicina do Trabalho, Relações Humanas, Bem-Estar Social, Produtividade e Segurança Social vieram introduzir na igualdade marxista a parcela nova, — Administração —, criando a nova igualdade Capital mais Trabalho mais Administração igual a Produção, entendendo-se por Administração o conjunto de circunstâncias que, atuando simultaneamente sobre o Capital e o Trabalho, garantem a Produção, de modo a assegurar: aos Investidores, o Lucro Justo e aos Trabalhadores, o Bem-Estar Social.

Integrando a parcela Administração, encontramos dois tipos de medidas: as primeiras são, por assim dizer, as de natureza "técnica", isto é, ligadas ao aperfeiçoamento da maquinaria, à melhor qualidade das matérias-primas, etc., bem como à própria Racionalização do Trabalho e do Planejamento da Produção, naquilo que estes dois últimos elementos apresentam em seus aspectos técnico e científico; as segundas são as medidas referentes ao Trabalhador, não só como *Mão-de-Obra*, mas também, e principalmente, como *Pessoa Humana*.

Considerar o Trabalhador apenas sob o seu aspecto de *Mão-de-Obra* seria incidir em erros a que conduziram os excessos do Taylorismo. Sabemos, hoje, pelos estudos de Medicina do Trabalho e pelas próprias conclusões da Organização Internacional do Trabalho, que, para que o Trabalhador possa produzir com o

máximo de rendimento, é necessário que esteja assistido em todas as suas necessidades materiais, psicológicas, morais e espirituais, isto é, como *Pessoa Humana na plenitude de suas atividades*.

Trata-se, pois, em última análise, de elevar e dignificar a Pessoa Humana do Trabalhador, sem o que, nem os recursos do Capital nem os da Técnica serão capazes de proporcionar os altos padrões de Produção necessários a um perfeito equilíbrio Econômico, Político e Social.

Já nos ensina o notável Médico do Trabalho inglês, Dr. Thomas M. Ling, Diretor-Médico do Instituto de Medicina Profissional e Social do Roffay Park, em seus estudos sobre os "Principais Problemas Psico-Sociais na Indústria", publicado na obra "Higiene Mental e Relações Humanas na Indústria", que no seu trabalho, o Homem procura, antes de tudo, os meios de satisfazer os seus anseios básicos, a saber:

- a) Dinheiro — em cuja dependência está a satisfação de muitas de suas necessidades reais;
- b) Prestígio e Situação — que lhe proporcionam o respeito a si próprio e consubstanciam seu anseio de ser olhado como "alguém" no meio em que vive;
- c) Segurança — que lhe proporciona tranquilidade quanto ao dia de amanhã;
- d) Sentimento de Integração — que lhe satisfaz a necessidade de sentir que não está isolado, mas que, ao contrário, pertence a um todo de cuja vida participa;
- e) Aprovação — que corresponde à necessidade que tem o homem de ver reconhecida a utilidade de seus esforços;
- f) Anseio Criador — que corresponde à necessidade que

tem o homem de constatar os resultados práticos e palpáveis — os resultados, por assim dizer, materiais — de seu trabalho.

Assinala Ling que quando um ou mais desses anseios não são satisfeitos, seguem-se a insatisfação e a frustração, geradoras de conflitos pessoais ou coletivos, com sacrifício da Produção.

Na tarefa de elevar e dignificar a Pessoa Humana do Trabalhador, de modo a que ele, espontaneamente, possua de saúde e democrática "Alegria do Trabalho", a ele, Trabalho, dê o máximo de suas energias, por nele encontrar os meios de satisfazer a todos os seus anseios, o papel do Serviço Social é decisivo. Só ele pode, por sua posição neutra nos interesses pessoais diretos, atuar de maneira que não possa ser acimada de suspeita, junto a empregadores e empregados, de modo a obter desses esforços visando ao fim comum.

A própria análise dos anseios básicos que o Homem espera satisfazer por intermédio do Trabalho, torna evidente que o Serviço Social muito pouco pode fazer no interesse da Pessoa de cada Empregador. Sua própria situação na Sociedade, aliada à circunstância de serem os detentores do Capital, já proporciona a satisfação pelo menos parcial da maioria daqueles anseios. Pode e deve o Serviço Social proporcionar-lhes, porém, a plena e integral satisfação daqueles anseios, desde que consiga convencê-los de que a Ação Social em proveito dos Empregados lhes proporcionará:

- a) Mais Lucro — pelo aumento de Produção, dando-lhes maior possibilidade de re-investimentos;
- b) Mais Prestígio e Situação — que serão naturalmente aumentados em decorrência do próprio reconhecimento de sua maior impor-

tância através do Serviço Social que foi instalado;

- c) Mais Segurança — pela despreocupação em relação às agitações sociais e políticas, que serão prevenidas ou minoradas pelo Serviço Social;
- d) Maior Sentimento de Integração — pela maior afinidade que o Serviço Social despertará entre eles e os empregados;
- e) Maior Aprovação — pelo reconhecimento da utilidade do Serviço Social instalado;
- f) Maior Satisfação do Anseio Criador — por constatar a elevação progressiva dos padrões de Pessoas Humanas que, em seu Trabalho, dele dependem direta ou indiretamente.

A ação do Serviço Social junto aos Empregadores será, portanto, principalmente de esclarecimento, assinalando que seus objetivos de Lucro Justo serão mais fácil e eficientemente atingidos se dedicarem aos Trabalhadores a atenção e o respeito que eles merecem como Pessoas Humanas.

O grosso dos encargos do Serviço Social consiste, como é evidente, na ação junto e em proveito dos empregados.

Convém, porém, desde logo, assinalar, que, como sabeis, o Serviço Social se exerce em três espécies:

- a) O Serviço Social Individual;
- b) O Serviço Social de Grupo;
- c) O Serviço Social de Comunidade.

O Serviço Social Individual, visando cada indivíduo de "per si" é uma decorrência normal das maiores facilidades que uma Sociedade bem organizada oferece à vida de cada um, propiciando a solução de seus problemas individuais. É uma decorrência nor-

mal de um estágio adiantado de evolução e de progresso e sua análise escapa aos objetivos desta palestra.

Tratemos pois dos Serviços Sociais Coletivos, isto é, do de Grupo e do de Comunidade, começando por estabelecer uma distinção entre ambos.

O sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, em sua obra "Gemeinschaft und Gesellschaft", em português, "Comunidade e Sociedade", afirma que a Comunidade se funde na "vontade de ser", ao passo que a Sociedade (a que ele dá o mesmo valor que deu ao Grupo), se fundamenta "na vontade de escolher".

Não faltou quem se opusesse a esta forma de diferenciação. A maior objeção que se lhe fez foi a de ter incluído a razão humana não na "vontade de ser", mas na "vontade de escolha" e o Padre Eberhard Welty, O. P., em seu "Catecismo Social", anota, não sem razão, que não há na vida real Comunidade e Sociedade (Grupos) de forma perfeitamente definida, mas agrupamentos que apresentam aproximações maiores ou menores com um ou outro tipo.

Simplificando, pode-se dizer que as Comunidades se constituem de forma mais "natural", e a vontade do indivíduo em sua constituição toma mais o aspecto de "consentimento" que propriamente de escolha; neste caso estão, por exemplo, a nação, a cidade, o bairro, a família, etc. Já para a Sociedade (Grupo) há necessidade de uma escolha por parte do indivíduo que, ao nela ingressar, assume, deliberadamente, compromissos e deveres; seus membros são caracterizados por certa atividade comum, atividade esta que pode ser Política, Cultural, Econômica, Esportiva, Profissional, etc., tal como se verifica em um Partido Político, em uma Congregação Religiosa, em um Clube Esportivo, em uma Sociedade Cultural ou em uma Empresa Industrial ou Comercial.

Estabelecida a diferença entre Comunidade e Grupo, convém salientar que todo indivíduo pertence a agrupamento de um e outro tipo. Assim sendo, ao Serviço Social de Comunidade, que abrange uma coletividade mais ampla, mais complexa e mais heterogênea, caberá complementar a ação do Serviço Social de Grupo, que assiste a uma coletividade de contornos nitidamente delimitados por um tipo de atividade.

Entre os povos de acentuado espírito gregário e associativo, os diversos grupos organizam seus próprios Serviços Sociais, que entre eles nascem quase simultaneamente com o Grupo. O próprio espírito associativo e gregário disso se encarrega, determinando a formação de Sociedades que têm por fim a defesa e o amparo mútuo dos indivíduos pertencentes a um mesmo Grupo.

Este fenômeno é nitidamente percebido entre os povos de raça anglo-germânica, onde Sociedades daquele tipo se organizam sem nenhuma interferência externa ou sem que, para tanto, se faça sentir a ação do Estado, que só entra para reconhecer a existência de hábitos já consagrados pela prática. Entre aqueles povos, as leis de proteção do Trabalhador, por exemplo, foram promulgadas como oficialização de um hábito.

Um desenvolvido espírito associativo e gregário determina, como é lógico, um maior interesse do indivíduo pela "coisa comum" e um mais acentuado "espírito público". Ora, como já assinalamos, nenhum indivíduo pertence a um só grupo, mas a vários deles simultaneamente, posto que, se por sua profissão pertence a um, por sua crença religiosa integra outro, por sua atividade intelectual ou esportiva filia-se a outros diferentes, etc.

É bem de ver que, assim sendo, desde que o espírito associativo e gregário seja acentuado, não tardam em se formar, também espontaneamente, os Servi-

gos Sociais das Comunidades, que assistem os indivíduos independentemente dos Grupos a que pertençam e, assim, nascem os Serviços Sociais de Bairro, da Cidade, da Região e do País.

Já entre os povos de espírito associativo e gregário menos acentuado, as coisas não se processam do mesmo modo. O marcante espírito individualista de seus indivíduos dificulta, quando não impede, a formação de Sociedades Grupais ou comunitárias, e os esforços se perdem dispersados numa série de esforços individuais. Não há nenhuma ou quase nenhuma atividade de defesa e amparo coletivo, pois, para tanto, falta o rendimento que leva os indivíduos, espontaneamente, a se associarem, uma vez que eles vêem na associação uma abdicação de características pessoais e um nivelamento incompatível com o seu arraigado individualismo. Estão nesse caso, por exemplo, os povos latinos, a que pertencemos.

Várias teorias têm sido formuladas para explicar essa falta de espírito associativo e gregário dos povos latinos, em contraste com o acentuadamente revelado pelos anglo-germânicos. Uns tentam explicá-lo pela influência do clima; outros a subordinam à influência da religião dominante; outros, ainda, às próprias características raciais.

O que não há dúvida é que os povos têm, diante da vida, atitudes diferentes, que se retratam nos princípios filosóficos que adotam.

Os povos latino-americanos apresentam peculiaridades decorrentes de sua própria formação. A latinidade, que teve influência preponderante naquela formação, nos legou um individualismo e idealismo que nos situam entre o misticismo eslavo e o utilitarismo anglo-germânico.

Para o misticismo eslavo concorreu o contemplativismo da Igreja Ortodoxa, da mesma maneira que o protestantismo contribuiu decisivamente para o pra-

gmatismo dos povos anglo-germânicos.

O pensador brasileiro Vianna Moog, em sua obra "Bandeirantes e Pioneiros" estudou, com clareza e profundidade, a influência do catolicismo sobre a formação brasileira, em contraste com a do protestantismo sobre a norte-americana. Chegou à conclusão de que, enquanto nos Estados Unidos da América do Norte o trabalho visando ao enriquecimento é perfeitamente moral e legítimo, e isso por influência do protestantismo, no Brasil, por influência do catolicismo, o trabalho que vise apenas ao enriquecimento não é moral nem legítimo. Dai, ao seu ver, o sentido utilitário da explicação norte-americana em contraste com o contemplativismo do brasileiro.

O que assinala Vianna Moog para o Brasil, pode ser estendido com igual verdade a toda a América Latina.

Não conheço nenhum estudo de maior profundidade sobre a influência da Igreja grega-ortodoxa sobre os povos eslavos. Não há dúvida, porém, que o misticismo dela decorrente criou condições que facilitaram, naqueles povos, a vitória do Comunismo, que, com muita justeza assinala Toynbee em o "Ocidente diante do Mundo", se apresenta, na sua propaganda e não na sua expansão, com todas as características de uma religião profundamente mística.

É interessante assinalar o maior desenvolvimento econômico nos países de população dotados de sentimento associativo e gregário, em contraste com seu menor desenvolvimento nos países onde aquele sentimento é menos acentuado.

O maior ou menor associativismo e gregarismo dos povos do hemisfério ocidental se deve à maior ou menor influência do misticismo contemplativo ou do pragmatismo.

Os povos eslavos, educados dentro dos princípios éticos da religião grega ortodoxa, inspirados

no mais puro contemplativismo, tornaram-se profundamente individualistas e seu individualismo, ainda sob a influência do idealismo platônico, transformou-se em um misticismo que quase aniquilou o espírito gregário e associativo, deficiência que, a meu ver, o Comunismo vem procurando corrigir.

Ainda a meu ver, foi a falta de espírito gregário e associativo daqueles povos que, reduzindo sua capacidade de resistência à infiltração de novas ideologias, os tornou presa fácil do Comunismo.

Já nos países católicos-romanos, a influência do pragmatismo aristotélico se fez sentir, por intermédio da religião, embora esta tivesse, na ética que estabeleceu, conservado ainda muito do idealismo platônico, influenciada pelos ensinamentos de Santo Agostinho.

Decorreu daí que, nos países católicos — que são coincidentemente os latinos — o gregarismo não foi suficientemente desenvolvido, o que levou à necessidade de agir por intermédio do Estado, para estabelecer medidas de Bem-Estar Social. As conquistas sociais, naqueles países, foram sempre feitas por intermédio ou por inspiração do Estado. A Sociedade Patriótica de Milão, por exemplo, que trazia em seu programa a realização de reformas sociais profundas, só conseguiu levá-las a efeito associando-se ao patriotismo da imigração italiana, e, com isso, agindo sobre o Estado. Na França, os Trabalhadores só julgaram possível realizar reformas sociais associando-as ao Estado; daí a revolta da Comuna de Paris, em 1848, em que os trabalhadores que a promoveram visavam a assenhorear-se do Estado, a fim de realizar as reformas sociais que pretendiam.

Esta característica das reformas sociais nos países católicos, isto é, de sua realização por intermédio do Estado, se deve, a meu ver, à inexistência de Grupos Sociais capazes de promovê-la de dentro

para fora, o que exigia uma ação de fora para dentro, por meio do Estado. A inexistência de associações de caráter social parece-me estar ligada ao fraco espírito gregário consequente da influência platônica ainda nitidamente perceptível na ética católica que orientou, filosoficamente, a formação intelectual e moral dos povos latinos, condicionando-lhes a ação.

Já nos países anglo-germânicos, a ética é baseada no protestantismo, isto é, nos princípios do pragmatismo aristotélico que inspiraram a Reforma. Ganham assim, aqueles povos, um acentuado espírito utilitário de que decorreu, a meu ver, o desenvolvimento do espírito gregário e associativo e é interessante assinalar que, entre eles, as reformas foram realizadas, principalmente, por intermédio de Associações Grupais e Comunitárias, limitando-se o Estado ao papel de "sacramentador" daquelas reformas empreendidas de dentro para fora, isto é, irradiando dos Grupos para a Comunidade Nacional, e não de fora para dentro, isto é, descendo do Estado para os Grupos, como nos países de povos individualistas. A ação da "Sociedade Filosófica e Literária" de Manchester, de Tchakrah e Owen, constitui bem um exemplo desta afirmativa.

Ao maior espírito gregário e associativo decorrente de uma concepção mais "utilitária" da vida, por influência do pragmatismo aristotélico, se deve, a meu ver, o maior desenvolvimento industrial dos povos anglo-germânicos. A atividade industrial é, por sua natureza, uma atividade associativa; daí, parece-me, o seu maior desenvolvimento em nações de espírito associativo e gregário mais acentuado.

Ora, como, economicamente, vivemos hoje a era industrial, não é de admirar que as nações anglo-germânicas — que são coincidentemente as protestantes e, portanto, as de ética aristotélica — detenham a liderança econô-

mica, baseada numa indústria que seu maior espírito gregário e pragmático permitiu desenvolver.

Entretanto, como assinala Tonybee em sua obra já citada, nenhuma cultura pura subsistiu. Todos, mesmo os orientais, foram influenciados pela moderna civilização ocidental, baseada no pragmatismo industrial e tecnológico anglo-germânico. Assim, a comparação não pode ser feita de modo absoluto. As idéias que acabamos de expor sobre a influência dos princípios éticos e filosóficos de Platão e de Aristóteles, não podem ser experimentalmente verificados, pois não há mais culturas puramente aristotélicas nem imaculadamente platônicas. Há, apenas, maior ou menor influência de um ou de outro princípio filosófico sobre esta ou aquela comunidade.

É fato indiscutível que a vida dos Grupos e das Comunidades está na dependência da Produção, pois só esta é capaz de proporcionar os meios de subsistência. Como só se obtém Produção pelo Trabalho, é óbvio que o Trabalho é essencial à sobrevivência tanto dos Grupos como das Comunidades. Assim, uma vez que o objetivo da parcela Administração, como elemento da igualdade do Trabalho mais Capital mais Administração igual a Produção, é melhorar as condições e o rendimento do trabalho, é evidente que todo o esforço por ela executado visa, antes de tudo, a assegurar maior e melhor Produção, beneficiando desta forma tanto o Grupo como a Comunidade, uma vez que ambos dela dependem para sobreviver.

Nos tempos que correm, a Produção individual — pelo menos em termos Sociais, Políticos e Econômicos, — perdeu o valor. Hoje, a célula básica da Produção é a *Empresa*.

Entre os povos de acentuado espírito gregário, é possível, como já ficou constatado e a história nos prova, orientar, por meio da

ação dos Grupos, as atividades do fator Administração, de modo a melhorar coordenar a ação dos fatores Capital e Trabalho, em proveito de uma melhor Produção.

Entre os povos de espírito gregário e associativo pouco acentuado, como são os latino-americanos, isto não é possível, pela pouca eficiência ou mesmo pela inexistência de grupos atuantes. Para modificar a Produção das Empresas será necessário agir diretamente sobre as mesmas, de modo a colocar dentro delas, delas fazendo parte, organicamente, o elemento capaz de ajustar as atividades do Capital e do Trabalho, de modo a evitar o advento de atritos que prejudiquem a Produção, da qual dependem, como já vimos, o *Lucro Justo* para os Investidores e o *Bem-Estar Social* para os Trabalhadores.

Uma vez que os Grupos não são capazes de se organizarem, provendo-se de Serviços Sociais adequados, é necessário ir à única organização que, pelo seu tipo de atividade, apresenta características de Grupo — pois todos aqueles que nela trabalham estão ligados por uma característica que é o Trabalho em comum — para, na base dela, Empresa, instituir-se a Ação do Serviço Social de Grupo.

Ao estabelecermos o Serviço Social de Empresa como Serviço Social de Grupo, não nos referimos, apenas, à Empresa Industrial, mas, igualmente, à Comercial e à Agropecuária, pois só assim teremos todos os indivíduos assistidos por um Serviço Social de Grupo, o do Grupo relativo à Empresa a que pertencer, pois, de uma ou outra forma, direta ou indiretamente, qualquer trabalhador está ligado a uma Empresa.

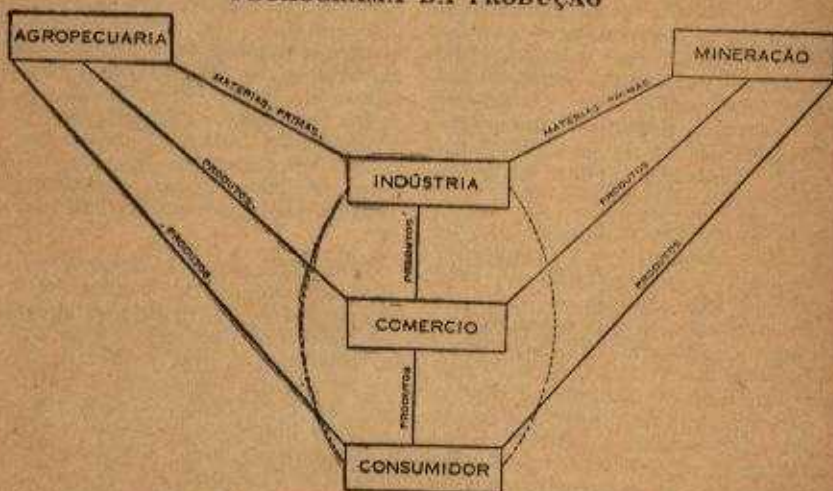
Situar na Empresa a base da Ação Social do Grupo parece-me ser a forma mais direta e eficiente de ligá-lo à Produção.

Analisando Fluxograma da Produção (figura 1), constata-se que devem beneficiar-se dela:

- a) o *Investidor* (seja no campo da mineração, seja no industrial, seja no da agropecuária ou no do comércio);
- b) o *Trabalhador*, que manipula os produtos; e
- c) o *Consumidor*, que deve encontrar nos produtos adquiridos a satisfação de suas

Dir-se-á que há o caso dos menores e dos inválidos, que pertencem, apenas, à categoria dos Consumidores. Seu consumo, porém, é custeado, seja por um Investidor, que para isso tira uma parte do seu Lucro, seja por um Trabalhador, que a isso dedica uma parte do seu salário e, individualmente, essa parte será tanto menor, quanto mais eficiente fôr o Serviço Social em funcionamento. Em outras palavras: a

FLUXOGRAMA DA PRODUÇÃO



Implicações do trabalho na empresa sobre o trabalhador

necessidades, convindo notar que nenhum indivíduo é sempre e, exclusivamente, Investidor, Trabalhador ou Consumidor; pelo contrário, no quadro geral da Produção Global, um mesmo indivíduo é, simultaneamente, Trabalhador e Consumidor, quando não Investidor, Trabalhador e Consumidor de Produtos de ramos e procedências diversas.

Assim, Produção de melhor qualidade, mais abundante e mais barata, beneficia não só a um determinado Grupo, mas a toda a comunidade.

manutenção dos inativos pesará, tanto menos sobre cada Investidor ou Trabalhador, individualmente, quanto maior, melhor e mais barata fôr a Produção, isto é, quanto mais bem organizado estiver o fator Administração, maiores serão as vantagens para os fatores Capital e Trabalho.

Disse, há pouco, que o Serviço Social é parte integrante do fator Administração, uma vez que tem por fim melhorar a Produtividade do Trabalho e do Capital, evitando e diminuindo os atritos entre eles, que possam resultar em prejuízo para a Produção. Disse, também, que a *Cédula Básica da Produção é a Empresa*.

Ora, como não há Empresa sem Trabalhador, vejamos como, segundo nossa experiência e observação pessoal em várias grandes Empresas brasileiras junto às quais trabalhamos, a Administração se relacionou com o Trabalhador, ou melhor, quais as implicações do Trabalho na Empresa sobre o Trabalhador (fig. 2).

O Trabalhador toma contato com a Empresa através de suas atividades de Matrícula e de Admissão, por intermédio do qual a Empresa providencia:

- 1) O exame-médico prévio;
- 2) o enquadramento do candidato a emprego nas disposições do Contrato de Trabalho da Legislação Social Trabalhista, de conformidade com o Regulamento da Empresa e
- 3) o exame psicotécnico.

Admitido o Trabalhador, suas relações com a Empresa passam a ser feitas do ponto de vista Administrativo, Legal e Assistencial.

As implicações Administrativas dizem respeito ao controle de frequência e de pontualidade, e ao controle de sua produção. Assim, a Empresa providencia quanto a serviços de:

- a) Ponto, por intermédio do qual verifica a assiduidade, a pontualidade do Trabalhador por meio do Controle de:

- 1 — Entrada,
- 2 — Descanso,
- 3 — Almôço e
- 4 — Saída.

- b) Folha de Pagamento, incluindo o estabelecimento de uma política de salários, perfeitamente definida, que não dá margem a atritos.

As implicações Legais compreendem:

- 1) Férias, concedidas de conformidade com a legislação vigente;

- 2) Caixa ou Instituto de Aposentadorias e Pensões, providenciando sobre o recolhimento dos descontos e contribuições, bem como, as aposentadorias, pensões e demais benefícios permitidos pela legislação em vigor;

- 3) Acidentes e Doenças do Trabalho, providenciando a documentação legal, de modo a garantir aos Acidentados e Doentes do Trabalho a Assistência e o amparo que a legislação estabelece;

- 4) Penalidades, caracterizando, devidamente, as faltas cometidas, e levantando as responsabilidades, de modo a evitar injustiças ou erros que provoquem dissídios individuais ou coletivos;

- 5) Promoções, estabelecendo um "quadro de carreira" e especificando as condições de acesso, de forma a evitar o favoritismo e injustiças;

- 6) Absenteísmo ou controle de faltas ao Serviço, incluindo o levantamento das causas para efeitos legais;

- 7) Transferências de um Serviço para outro Serviço ou de Departamento para outro Departamento, estudando-os antes de serem efetivados, sob o ponto de vista legal;

- 8) Transporte, eventualmente, quando por força das circunstâncias locais ou da modalidade de trabalho seja conveniente ou obrigatório proporcioná-lo gratuitamente.

As implicações Assistenciais compreendem oito tipos de Serviços que são os mais diretamente ligados ao Serviço Social:

- 1) Serviço de Maternidade e Infância visando, particularmente, à Trabalhadora-Gestante, mas incluindo, também, a assistên-

cia à esposa do trabalhador e seus filhos. Compreendendo:

- a) Clínica Ginecológica
- b) Assistência Pré-Natal
- c) Partos
- d) Assistência Post-Parto
- e) Berçário
- f) Puericultura e
- g) Clínica Infantil

2) Serviço Médico Social, englobando a Assistência Médica ao Trabalhador e a seus beneficiários e dependentes, compreendendo:

- a) Serviço de Matrícula no Serviço Médico-Social, de modo a manter não só um registro dos serviços prestados, como um cadastro de todos os que tenham direito a valer-se do Serviço Médico-Social da Empresa, abrangendo, assim, todos os trabalhadores e seus dependentes.
- b) Serviço de Acidentes do Trabalho e de Doenças do Trabalho
- c) Serviço de Clínica Médica
- d) Serviço de Clínica Cirúrgica
- e) Serviço de Clínica Oftalmológica
- f) Serviço de Clínica Otorrinolaringológica
- g) Serviço Neuro-Psiquiátrico
- h) Serviço de Clínica Tisiológica
- i) Serviço de Clínica Cardiológica
- j) Serviço de Clínica Radiológica
- k) Serviço de Clínica Fisioterápica
- l) Serviço de Laboratório Clínico
- m) Serviço Odontológico
- n) Serviço Farmacêutico.

3) Serviço Educacional, compreendendo:

- a) Ensino Infantil, para os filhos dos trabalhadores
- b) Ensino Primário
- c) Ensino Pré-Vocacional
- d) Ensino Profissional
- e) Ensino Humanístico
- f) Ensino Superior
- g) Ensino Psicotécnico
- h) Ensino Doméstico.

(Para os trabalhadores e seus dependentes).

4) Serviço de Alimentação, abrangendo, para fornecimento a baixo preço:

- a) Cozinha, com
 - 1) refeitórios da fábrica
 - 2) fornecimento de refeições
 - familiares e
 - pensionistas
- b) Armazém, de
 - 1) gêneros alimentícios
 - 2) material de vestuário e
 - 3) artigos de toilette e toucador.
- c) Açougue e
- d) Padaria.

5) Serviço de Segurança, englobando:

- a) Serviço de Prevenção de Acidentes do Trabalho e de Doenças do Trabalho
- b) Serviço de Prevenção e Extinção de Fogo
- c) Serviço de Segurança Interna da Fábrica
- d) Serviço de Segurança da Comunidade, eventualmente quando houver vila operária.

6) Serviço de Pesquisa Social, abrangendo:

- a) Serviço Social Individual
- b) Serviço Social de Grupo e
- c) Serviço Social de Comunidade, para apurar o grau de influência

mesológica do local onde vive o trabalhador, de modo a encontrar soluções adequadas.

7) *Serviço de Recreação, falta com*

- a) *Recreação Esportiva*
- b) *Recreação Teatral*
- c) *Recreação Cinematográfica*
- d) *Recreação Clubística* (abrangendo atividades culturais, tais como, conferências, mesas-redondas, seminários, bibliotecas, etc.)
- e) *Recreação Folclórica*, com cânticos orfeônicos, danças, etc.

8) *Serviço Jurídico, destinado ao*

- a) *Estudo de aplicação e melhoria do Regulamento Interno da Empresa*
- b) *Estudo dos Dissídios Individuais*
- c) *Relação com a Justiça do Trabalho*
- d) *Relações com as Autoridades Trabalhistas e Sindicais.*

Vemos, portanto, que as implicações do Trabalho na Empresa são de quatro ordens gerais:

- a) *Matrícula e Admissão*
- b) *Administrativas*
- c) *Legais e*
- d) *Assistenciais.*

Destas, as três primeiras existem, sempre, em qualquer Empresa, embora alguns deles possam ser agrupados, pois são as implicações que dizem respeito ao próprio funcionamento da Empresa e sem as quais é impossível o Controle do Pessoal.

Já a última, isto é, as implicações de Ordem Assistencial, que caracterizam o Serviço Social, existirão, sempre, nas Empresas onde haja a preocupação de satisfazer as necessidades Mínimas dos Trabalhadores.

É um erro, porém, supor que basta a simples existência de Serviços Assistenciais, mesmo completos, para que haja realmente um Serviço Social.

Comparando os diversos Serviços Assistenciais com os anseios básicos que o Trabalhador busca satisfazer no Trabalho, verificamos que os Serviços Assistenciais, por mais completos que sejam, cobrem apenas parte daqueles anseios, não sendo, pois, capazes, por si sós, de elevar e dignificar a Pessoa Humana do Trabalhador.

Para tanto, é necessário mais que a simples existência de Serviços Assistenciais. É necessário que a Empresa estabeleça e pratique uma Política de Pessoal que possibilite um clima de Relações Humanas sadio, que permita, dentro dele, sinta-se o trabalhador realmente útil e considerado. Os Serviços Assistenciais podem concorrer para isto, fazendo com que o trabalhador se veja objeto de consideração, mas os outros aspectos das implicações do Trabalho podem anular aquele sentimento. Uma Política de Pagamento, de Promoções ou de Penalidades errada, para só citar alguns exemplos, pode produzir aquele resultado.

Resulta daí que a Chefia do Serviço Social da Empresa não pode ficar isolada dos demais aspectos das Relações da Empresa com o Pessoal. Pelo contrário, é preciso que seja integrada num órgão que estabeleça, oriente e controle toda política de Pessoal.

Este órgão só pode ser o Departamento do Pessoal ou que se lhe assemelhe.

Está já ultrapassada a fase em que a Chefia do Pessoal de uma Empresa tinha atribuições meramente burocráticas e policiais. O Chefe do Pessoal ou assemelhado, não pode e nem deve ser mais encarado como "o olho do dono", como o define Fayol. Tanto como o olho, ele deve ser o coração e cérebro do Patrão, pois não lhe cabe apenas ver o que se passa com o pessoal da Empresa, mas

pesquisar o porquê das ocorrências e encontrar a solução para o que deva ser corrigido e melhorado, dentro da idéia de que é necessário, sempre, coordenar os esforços e os interesses dos Empregadores e Trabalhadores no sentido da Produção.

Deve, pois, ser uma pessoa colocada no mais elevado nível de Administração da Empresa.

Qualquer Empresa possui, basicamente, três grandes setores de atividades:

- a) o Administrativo
- b) o de Produção (técnico, de operações ou que outro nome tenha) e
- c) o de Serviços Auxiliares (que englobam as atividades secundárias ou complementares).

Em todos esses setores há trabalhadores cujas relações com a Empresa devem ser reguladas por meio de uma Política de Pessoal. Admitir que cada Departamento, Serviço ou Seção possa ter a sua Política de Pessoal própria e independente, é estabelecer o caos na Empresa.

Ora, se os assuntos de Pessoal abrangem todas as atividades, é evidente que o responsável por elas deve ficar numa situação compatível com o vulto e a importância de suas atribuições, isto é, em paralelismo com os chefes dos grandes setores de atividades, imediatamente abaixo, apenas, da Direção ou da Gerência-Geral e o Chefe do Serviço Social propriamente dito, isto é, dos Serviços Assistenciais, a ele deve ficar subordinado, a fim de garantir homogeneidade de ação e esforços.

As conclusões a que cheguei sobre o papel do Chefe do Pessoal ou de seu assemblado, como Supervisor do Serviço Social de Empresa, datam de 1943. Naquela época, como empresário de Seguros de Acidentes do Trabalho, observando as implicações da Mesologia Social sobre o rendimento do Trabalho dos traba-

lhadores, tive oportunidade de orientar a criação de Chefias de Pessoal com as atribuições que acabo de expor, em diversas Empresas de São Paulo, junto às quais trabalhava. Como exemplo, cito-vos a organização dada à Chefia do Pessoal e ao Serviço Social da Cia. Nitroquímica Brasileira. As idéias que acabo de expender decorrem, portanto, de experiência pessoal.

Entretanto, recentemente, ao ler a obra do festejado Professor Cesar de Madariaga, editada em 1953, — dez anos depois de minha experiência — tive a satisfação de ver ali expostos, de maneira quase idêntica às minhas, suas idéias sobre as atribuições de uma Chefia de Pessoal.

Quando vos apresentamos a relação dos diversos Serviços que compõem os Serviços Assistenciais, tivemos a preocupação de apresentar uma relação completa, abrangendo todos os setores de que o trabalhador possa a vir a necessitar.

É evidente, porém, que só uma Grande Empresa comporta e está financeiramente em condições de mantê-los.

Outras Empresas há que, em consequência do seu vulto, localização ou recursos financeiros, não podem dar aos Serviços Assistenciais o vulto que apresentamos. É o caso, por exemplo, das médias e pequenas Empresas que, no caso das nações latino-americanas, dão emprego à grande maioria dos trabalhadores.

Estas Empresas — as médias e as pequenas — não podem manter todos aqueles Serviços; eles são incompatíveis com seu vulto. É o caso, por exemplo, de um Serviço de Clínica Oftalmológica, com médico, enfermeiras, gabinete de refração e laboratórios especializados, em uma Empresa de 15 ou 20 empregados.

A circunstância de não existir aquele Serviço não quer dizer que aqueles 20 ou 30 trabalhadores e seus dependentes dele não necessitem, ou venham a necessitar.

É onde, então, entra em ação o Serviço Social da Comunidade, destinado a suprir as lacunas do Serviço Social de Grupo, onde ele se tornar omissos ou insuficiente.

Entretanto, se a característica de pequeno espírito associativo e gregário de nossos povos não permite que surjam, espontaneamente, os Serviços Sociais dos vários Grupos, como esperar que apareça, assim, o Serviço Social de Comunidade, muito mais amplo e abrangendo coletividade muito maior e mais complexa e, por isso mesmo, mais heterogênea?

A solução é estabelecê-lo dentro da mesma idéia básica que nos levou ao estabelecimento do Serviço Social de Empresa, isto é, ligando-o à Produção.

Dentro dessa ordem de idéias, o Serviço Social de Empresa, constituindo, entre nós, no Brasil, uma das técnicas de Ação do Serviço Social de Grupo, terá um Serviço Social dos empregadores, um dos instrumentos da Humanização do Trabalho.

Diretamente ligado a cada Empresa, pode bem sentir os seus problemas, complementar sua ação e estendê-la a campo mais vasto.

O Serviço Social das Organizações Empregadoras deve, pois, servir ao Serviço Social de Comunidade, da mesma forma que a Ação Social de Grupo deve ser estabelecida, em países de fraco espírito associativo e gregário, na base do Serviço Social da Empresa.

Ao Serviço Social dos Empregadores caberia:

- a) orientar e assistir tecnicamente os Serviços Sociais das Empresas, garantindo uma "maneira de ser e de agir uniforme", em proveito da Produção;
- b) completar a ação dos Serviços Sociais das Empresas onde, por esta ou aquela razão, eles se mostra-

rem omissos ou insuficientes; e

- c) proporcionar assistência social aos trabalhadores das Empresas e aos seus dependentes que residirem fora do raio de ação dos Serviços Sociais das Empresas a que estão ligados.

Alguns exemplos bastam para ilustrar a ação deste Serviço Social dos Empregadores, tal como o entendemos.

O Serviço Social dos Empregadores está em melhores condições para realizar inquéritos e pesquisas sociais — inclusive relativas às próprias questões de relações de Trabalho — que a grande maioria das Empresas. Realizaria pois aqueles inquéritos e aquelas pesquisas e ao mesmo tempo que divulgasse suas conclusões, apresentaria sugestões às Empresas interessadas. Muitos dos estudos desta natureza poderiam ser feitos, mesmo, a pedido de Empresas interessadas.

Vimos já que a grande maioria das Empresas não pode contar com toda a gama de Serviços que compõem um Serviço Social de Empresa completo, a despeito de seus trabalhadores deles necessitarem. O Serviço Social dos Empregadores instalaria aqueles Serviços, dos quais se valeriam os trabalhadores que não os encontrassem na própria Empresa. É o caso, por exemplo, de hospitais destinados a tratamento de trabalhadores de Empresas que não disponham de Serviço Hospitalar. O Ensino Profissional por meio de escolas mantidas pelo Serviço Social dos Empregadores é outro exemplo desse mesmo caso.

Há ainda um outro problema que surge nas grandes cidades. É comum, nos grandes centros urbanos, que os trabalhadores residam muito distante de seus locais de trabalho. Para alcançá-los, por vezes, viajam horas. Nestas condições, grande parte dos Serviços Assistenciais de Empresas a que pertencem, de pouca valia lhes será. Suas famílias

dêles se beneficiarão ainda menos. Entretanto, Serviços Sociais Assistenciais instalados pelo Serviço Social dos Empregadores em pontos adequados suprirão as falhas conseqüentes ao pequeno raio de ação do Serviço Social das Empresas. Clínicas, centros recreativos, armazéns e escolas pertencentes ao Serviço Social dos Empregadores, adequadamente colocados, suprirão aquelas deficiências e aliviarão os encargos de muitos Serviços Sociais de Empresa. Tudo, parece, em estabelecer-se o Serviço Social de Comunidade e o Serviço Social de Grupo como parte de um mesmo sistema que deve funcionar harmônica e entrosadamente.

Devemos, contudo, estar prevenidos sobre uma circunstância aparentemente paradoxal: pode haver toda a gama de Serviços Assistenciais materialmente aparelhados com o que haja de mais moderno e eficiente no que respeita a suas instalações sem que, com isto, haja um Serviço Social.

É comum vermos Empresas em que os dirigentes se esmeram na instalação de Serviços Assistenciais completos, até mesmo luxuosos, investindo nisso parte substancial de seus lucros e onde os seus desajustes e os dissídios individuais e coletivos de Trabalho conseqüentes de más relações Capital-Trabalho são freqüentes.

É que os dirigentes da Empresa incidiram em um erro que nem por ser muito grave deixa de ser freqüente: o de confundir Serviços Assistenciais com Serviço Social.

O Serviço Social pressupõe um estado de espírito Social, manifestado pela perfeita compreensão dos interesses recíprocos de Investidores e Trabalhadores. Os Serviços Assistenciais concorrem para o estabelecimento daquele estado de espírito, mas, por si sós, são incapazes de estabelecê-lo. Só uma Política de Pessoa Humana do Trabalhador pode dar aos Serviços Assistenciais o conteúdo Social de que necessita

para o estabelecimento de um sadio clima de Relações Humanas. Daí a minha opinião de que é indispensável que em cada Empresa, todas as questões relativas ao Pessoal, inclusive o Serviço Social, de que os Serviços Assistenciais são parte, devem ser enfiados nas mãos de um só pessoa, que, segundo a experiência de longos anos de trabalho, seja junto a numerosas Empresas brasileiras, seja no Ministério do Trabalho do Brasil, seja no Serviço Social da Indústria de meu País, deve ser o Chefe do Pessoal ou de função assemelhada.

Colocado na área de atrito dos interesses do Capital e do Trabalho, a ele vêm ter e para ele convergem todos os conflitos e desajustes daí provenientes. Ninguém melhor que ele, pois, no meu entender, melhor situado para dar àquelas relações o conteúdo social indispensável ao estabelecimento do indispensável clima de sadias Relações Humanas.

Outro erro comum que deve ser evitado é o Paternalismo. O Serviço Social deve ser estabelecido como reconhecimento dos direitos de uma categoria social — a dos Trabalhadores — por aquilo que eles, Trabalhadores, representam no conjunto da Sociedade e por sua condição de Pessoa Humana. Nunca os Serviços Assistenciais devem ser instalados por comisseração para com os "pobrezinhos".

"Pobrezinhos" pode ser uma categoria evangélica; nunca uma categoria social.

Do ponto de vista social, o paternalismo está para a Empresa, como o caudilhismo para o Estado. Um e outro se baseiam na "fidelidade pessoal" motivada pela "gratidão". Ambos se estabelecem à custa de Demagogia e ambos produzem os mesmos malefícios, guardadas as proporções dos meios em que se manifestam.

Nossas tradições latino-americanas tendem a dar à assistência aos trabalhadores um sentido acentuatadamente paternalístico, se-

ja aquela assistência que proporcionada pela Empresa, pelos Serviços Sociais dos Empregadores ou pelo Estado.

Nada mais em desacôrdo com o verdadeiro espírito do Serviço Social. O paternalismo avilta a Pessoa Humana na mesma proporção que a faz sentir-se como recebendo uma esmola, ao passo que o Serviço Social almeja elevar e dignificar a Pessoa Humana do Trabalhador, fazendo com que ela se sinta importante na Sociedade, a ponto dela, Sociedade, levar em conta os seus problemas como forma de aperfeiçoar-se a si própria.

As nações latino-americanas estão, no meu modo de entender, em situação privilegiada para estabelecer uma Sociedade baseada na Justiça Social por intermédio da Produção.

Nelas, tudo ou quase tudo está ainda por fazer. Esta circunstância, que no momento constitui desvantagem acentuada na conjuntura mundial, permite-lhe começar de modo certo, beneficiando-se dos erros cometidos alhures e dos ensinamentos daí resultantes.

O seu potencial da Produção apenas começa a ser aproveitado, se dêle nos valermos, orientando-o no sentido de compen-

sar as deficiências decorrentes das peculiaridades de nossa formação — entre as quais avulta a falta de espírito associativo e gregário — poderemos, sem choque e sem desajustes, chegar a uma organização social, política e econômica que corresponda, realmente, aos anseios de nossos povos.

As conclusões a que cheguei e que acabo de expor, constituem minha modesta contribuição, procurando facilitar a consecução daquele objetivo.

Elas não nasceram de aprofundados estudos Políticos, Sociais e Econômicos que as vicissitudes de minha vida não permitiram realizar de forma ordenada e metódica. Resultam mais da observação dos fatos e de experiências pessoais.

Tudo o que espero é que daquelas observações e daquelas experiências, alguma coisa tenha resultado — por muito pouco que seja — que possa ser utilizado em proveito da Harmonia Social que nos propicia a Justiça Social e esta, a dignificação da Pessoa Humana, quer do Trabalhador, quer do Investidor. E tudo o que vos peço é que se algo de menos acertado encontrardes nas idéias que acabei de expor, que me honreis com vossa crítica a fim de que eu possa retificá-las.

"A DEFESA NACIONAL"

Em nosso próximo número publicaremos artigos de autoria do Ten-Cel de Estado-Maior Hugo de Andrade Abreu, intitulado "O Problema do Oriente Médio", onde o brilhante camarada focaliza, entre outros aspectos, a situação geográfica, o petróleo, os aspectos físicos econômicos da região e nos apresenta todos os países e protetorados do Oriente Médio com seus problemas mais cruciantes.

Termina o Ten-Cel Hugo analisando os últimos acontecimentos desde a fundação da Liga Árabe, o novo Estado de Israel, Mossadegh e o Irão, Nasser e o Egito, o Pacto de Bagdá e a última revolução no Iraque.

Aconselhamos a leitura do brilhante trabalho e agradecemos ao distinto camarada sua desinteressada colaboração.

Desde há muito, os assinantes de "A Defesa Nacional" reclamavam que nossa revista não tratava de Filatelia, assunto de tanto interesse entre os oficiais das Forças Armadas.

Em outubro iniciaremos nossa "Seção de Filatelia" graças à colaboração do General Arnaldo França, um dos oficiais mais capacitados no assunto e de renome internacional no campo filatélico.

BRASILIANAS

● Produção Agrícola

VALOR NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS

Em valor, a produção agrícola brasileira, nos últimos cinco anos, acusa as seguintes cifras:

ANOS	Cr\$ 1.000.000
1953.....	86.653
1954.....	109.120
1955.....	142.026
1956.....	155.478
1957.....	179.077

● Exportação de Café em 1957

COMPARAÇÃO COM OS ANOS ANTERIORES

O papel do café em nossa economia de exportação foi, como sempre, de especial relevância, de vez que proporcionou, em 1957, cerca de 61 % do volume global de divisas provenientes das vendas externas:

Anos	Quantidade 1.000.000 de sacas de 60 kg	Valor US\$ 1.000.000	Destino		% sobre o valor da exportação total
			Estados Unidos	Outros países	
1925.....	13,5	340	185	164	72,1
1930.....	15,3	198	108	90	62,9
1935.....	15,3	157	91	66	52,8
1939.....	16,5	154	58	66	40,1
1944.....	15,5	336	240	87	35,7
1947.....	14,8	415	297	118	36,0
1948.....	17,5	491	352	139	41,0
1949.....	19,4	632	427	205	57,4
1950.....	14,8	865	584	281	63,9
1951.....	16,4	1.059	682	377	59,8
1952.....	15,8	1.043	619	426	73,7
1953.....	15,6	1.988	634	454	70,8
1954.....	16,9	948	488	460	60,7
1955.....	13,7	844	472	372	59,5
1956.....	16,8	1.030	613	417	69,5
1957.....	14,3	846	498	348	60,8

● Siderurgia

DADOS RELATIVOS A 1956 E 1957

A siderurgia nacional continuou a expandir-se em suas principais linhas. Assim, nas quatro maiores empresas — que concentram cerca de 80 % dos produtos de ferro e aço — o volume de gusa alcançou 958.000 toneladas, isto é, mais 11 % que em 1956; o do aço foi de mais 72 milhares de toneladas e, finalmente, o dos laminados passou de 885.000 toneladas, em 1956, a 977.000 no ano findo.

A seguir, condensamos as cifras da produção básica referentes às quatro principais usinas, nos dois últimos anos:

PRODUÇÃO SIDERÚRGICA

1.000 Toneladas

PRODUTORES	GUSA		AÇO		LAMINADOS	
	1956	1957	1956	1957	1956	1957
Siderúrgica Nacional.....	554	634	740	804	579	595
Siderúrgica Belgo-Mineira..	222	309	213	213	144	190
Aços Especiais Itabora.....	30	43	43	55	32	41
Mineração Geral do Brasil — Grupo Jafet.....	55	72	185	181	130	151
Total.....	861	958	1.181	1.253	885	977
Outros.....	291	240	194	313	257	244
Total Geral.....	1.152	1.198	1.375	1.566	1.142	1.221

● Produção, Importação e consumo de cimento Portland comum nos últimos anos

1. 1.000 TONELADAS

ANOS	Produção	Importação	Consumo aparente
1937.....	571	75	667
1938.....	618	50	645
1939.....	698	35	733
1940.....	745	15	760
1941.....	768	10	777
1942.....	753	67	820
1943.....	747	7	754
1944.....	810	98	908
1945.....	774	251	1.026
1946.....	826	345	1.171
1947.....	914	389	1.259

ANOS	Produção	Importação	Consumo aparente
1948.....	1.132	351	1.484
1949.....	1.281	427	1.709
1950.....	1.386	394	1.780
1951.....	1.456	638	2.094
1952.....	1.619	812	2.431
1953.....	2.030	982	3.012
1954.....	2.477	832	3.309
1955.....	2.698	242	2.940
1956.....	3.250	31	3.271
1957.....	3.357	9	3.364

● Exportação

Em 1957, as exportações brasileiras atingiram o montante de um bilhão e 392 milhões de dólares, a menor cifra dos últimos cinco anos; por outro lado, o volume físico — mercê dos grandes embarques de minérios siderúrgicos — alcançou sete milhões e 713 mil toneladas:

ANOS	VALOR	VOLUME
	US\$ 1.000.000	1.000 Toneladas
1952.....	1.539	4.378
1954.....	1.562	4.289
1955.....	1.423	6.186
1956.....	1.482	5.751
1957.....	1.392	7.713

● Minérios de manganês

O quadro seguinte evidencia a evolução dos fornecimentos de minérios de manganês aos Estados Unidos, praticamente nosso único comprador:

ANOS	TONELADAS	% SOBRE A EXPORTAÇÃO TOTAL
1948.....	140.237	99,3
1949.....	139.345	93,0
1950.....	115.421	77,8
1951.....	105.975	88,4
1952.....	151.401	100,0
1953.....	162.027	97,6
1954.....	94.379	100,0
1955.....	163.934	82,9
1956.....	269.344	100,0
1957.....	788.976	98,7

● Estradas de Rodagem

EXTENSÃO DA REDE EM TRÁFEGO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1957

Quilômetros

RODOVIAS	1952	1953	1954	1955	1956
Federais.....	12.315	13.094	13.759	22.250	22.940
Estaduais.....	51.032	60.275	65.129	54.048	61.092
Municipais.....	238.800	266.766	287.425	383.416	—
Total.....	302.147	341.035	362.323	459.714	—

● Veículos em Tráfego

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1957

O número de automóveis, ônibus e caminhões ascendeu, ao findar 1957, a 785.106, apresentando um acréscimo de quase 2 % relativamente ao ano precedente :

Milhares

VEÍCULOS	1953	1954	1955	1956	1957
Automóveis.....	338	368	374	389	396
Caminhões.....	269	325	334	353	358
Ônibus.....	23	27	26	29	31
Total.....	630	720	734	771	785

● Meio Circulante

Em 1957, a moeda em circulação no país cresceu de quase 16 bilhões de cruzeiros, isto é, cerca de um quinto acima do meio circulante no último dia do ano anterior.

VALORES EM FIM DE ANO

Cr\$ 1.000.000

ANOS	POSTO EM CIRCULAÇÃO ATRAVÉS DE :					AUMENTO SOBRE O ANO ANTERIOR	
	Tesouro Nacional	Carteira de Redescontos	Caixa de Moedificação Bancária	Caixa de Estabilização	Total	Absoluto	%
1953.....	28.108	13.715	5.178	2	47.004	7.522	19,7
1954.....	28.096	25.765	5.178	2	59.041	12.037	25,8
1955.....	38.961	23.301	7.078	—	69.340	10.299	17,4
1956.....	38.940	34.301	7.078	—	80.319	11.479	16,4
1957.....	38.896	50.601	7.078	—	96.575	15.756	19,5

● Finanças Públicas

O orçamento da União para o exercício de 1957 — Lei n. 2.996, de 10 de dezembro de 1956 — fixava a despesa em Cr\$ 115.972 milhões e estimava a receita em Cr\$ 98.258 milhões, deixando prever o "deficit" de 17,7 bilhões de cruzeiros.

Na execução, a receita situou-se em Cr\$ 85.788 milhões, mostrando queda de cerca de 13%, em face da previsão. De outro lado, a despesa sofreu compressão de 3,1 bilhões, mas os créditos extraordinários e especiais, no montante de 5,8 bilhões (e, ainda, 3,4 milhões referentes à liquidação de despesas feitas em exercícios anteriores), elevaram a despesa a Cr\$ 118.712 milhões. Em consequência, o "deficit" orçamentário atingiu 32.924 milhões de cruzeiros, conforme demonstração abaixo:

Especificação	Bilhões de Cruzeiros		
Receita arrecadada.....	85,5		
Despesa efetivamente paga.....	104,0		
		18,5	
"Deficit" de Caixa.....			
Mais: Restos a pagar.....	13,5		
Despesas regularizadas em 1957.....	1,2	14,7	33,2
Menos: Receita de aplicação especial.....			0,3
"Deficit" orçamentário.....			32,9

Se, ao "deficit" de caixa, de 18,5 bilhões de cruzeiros, adicionarmos 11,8 bilhões, importe de despesas efetivamente pagas e que aguardam regularização no Congresso Nacional, além de outros pagamentos no valor de 10,8 bilhões, apuraremos o "deficit" de Caixa geral da ordem de 41,1 bilhões de cruzeiros.

Esse "deficit" de caixa geral foi financiado, em última análise, mediante emissão de papel-moeda no total, líquido, de 15,8 bilhões de cruzeiros, mais 9,5 bilhões de Letras do Tesouro e cerca de 15,8 bilhões de outros recursos.

A ACI SOB INVESTIGAÇÕES

Notícia a imprensa americana (NEWSWEEK) que a Agência Central de Informações (ACI), órgão que centraliza todo o serviço de informações, será submetido a investigação especial por parte do Congresso daquele país.

Alegam os congressistas que, apesar da grande verba que dispõe a ACI (quase 400 milhões de

dólares anuais, ou sejam cerca de 50 bilhões de cruzeiros), o governo americano foi surpreendido por quase todos os últimos acontecimentos mundiais de maior envergadura, como por exemplo: a invasão da Coreia do Sul, a revolta na Hungria, os acontecimentos de Suez, as manifestações contra Nixon na América do Sul e a rebelião no Iraque.

LANÇA FOGUETES ITALIANO

Está sendo produzido em série um novo tipo de lança-foguetes italiano de 100 mm de calibre, capaz de disparar doze foguetes simultaneamente até a uma distância de 7,5 Km.

Os foguetes que pesam 13 Kg não são dirigidos, mas sua dispersão é quase a mesma que a da Artilharia comum. O interessante é que a peça descarregada pesa, somente, 106 Kg.

Embora o Exército italiano ainda não tenha decidido quanto ao emprego tático da nova arma, tudo leva a crer que a unidade de emprego seja o Grupo a três baterias, contendo, cada bateria, seis peças. Tais Grupos seriam orgânicos do Corpo de Exército, podendo ainda, ser desmembrado, cedendo baterias às Divisões. De-

vido ao grande volume de fogo de tais canhões, acham os táticos italianos que seu emprego deve ser obtido pela ação de massa, realizando missões de interdição, barragens ou ações contra carros. Na defensiva, podem criar forte cortina de proteção frente à Posição de Resistência e a qualquer momento sua ação de neutralização pode produzir efeitos notáveis sobre pessoal e material.

Naturalmente, tais engenhos atrairão sobre si, os fogos de contra-bateria, necessitando mudar constantemente de posição. Dai serem leves e de fácil deslocamento. Todavia, como seu consumo de munições é grande, o remuniciamento de tais armas irá aumentar, grandemente, o problema logístico no campo de batalha.

Noticiário de Interesse Militar

PROJETIS AUTOPROPULSADOS e PORTA-AVIÕES

1 — A Marinha de Guerra norte-americana estuda a substituição do bombardeio A3D "Skywarrior" pelo projétil dirigido autopropulsado "Regulus II", nova versão do conhecido "Regulus", que, como seu substituto, nada mais é que um avião de bombardeio, sem piloto.

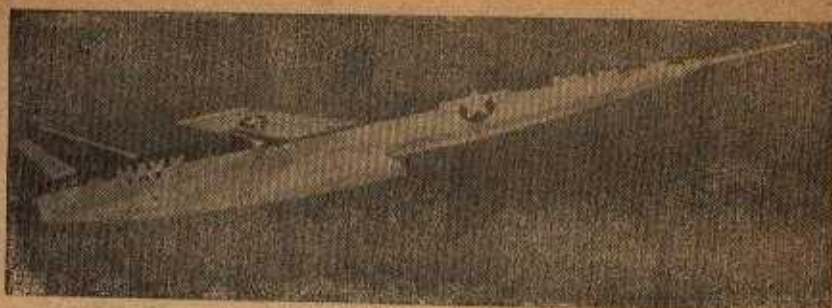
O "Regulus II" é um projétil de 17,4 metros de comprimento que alcança velocidade compreendida entre 0,9 e 2 maks (ou seja, até duas vezes a velocidade do som). Pesa cerca de 16 toneladas e utiliza, para sua ascensão inicial, combustível sólido. Alcança perto de 1.900 Km e suas características permitem usá-lo de bordo de porta-aviões, o que facilita, de muito, a nova tática que os americanos procuram aperfeiçoar, quanto ao emprego de navios desse tipo, que ficarão assim capacitados a "atacar e retirar-se (hit and back)".

O "Regulus II" está equipado com um tubo reator Wright J-85, com uma potência de projeção de 4.500 Kgf e seu sistema de direção está entregue a firma "Sperdy", que ainda mantém segredo sobre o mesmo.

O "Regulus II" tomará a denominação técnica de "SSM-N-9" (Surface-surface missile-Navy-9).

2 — O Almirante francês Barjot, em interessante trabalho recém-publicado aborda o problema de como um projétil balístico, lançado de uma base situada a 8.000 Km do objetivo, poderá ser dirigido de modo satisfatório.

Barjot alvitra a solução, empregando porta-aviões, operando em base avançada e auxiliado por potentes radares, cujos raios de ação poderão ser prolongados por aviões pilotados e munidos de radar.



O Avião-radar poderá ser empregado, por exemplo a uns 7.500 metros de altura tendo assim "visão" até uns 350 km, revelando ao porta-aviões a posição do projétil. Da distância de 350 km o avião pode ver o projétil aproximar-se do alvo e fornecer a imagem à tela do radar do porta-aviões, o qual conduzirá eficazmente, o engenho autoprosulsado. Com êste dispositivo, pretende o Almirante evitar a aproximação

do vaso de guerra da zona de combate.

A Escola Superior de Guerra tem por fim processar, por sedimentações sucessivas, uma Doutrina de Segurança Nacional, capaz de garantir, através da transitoriedade normal dos governos democráticos, a continuidade indispensável de pensamento e de ação, nesse setor fundamental de nossas responsabilidades públicas.

MOVIMENTO DE TROPAS

Entende-se por movimento qualquer deslocamento executado por uma tropa, destinado a levá-la de uma região para outra.

As tropas movimentam-se:

- por via férrea
- pelo ar
- por água
- marchando, isto é, deslocando-se a pé, a cavalo ou motorizadas e
- combinando dois ou mais processos citados.

O processo de movimento a ser empregado em determinada ocasião fica subordinado a várias circunstâncias.

Na zona de combate, e mesmo mais à retaguarda, a marcha é o processo de movimento mais utilizado pelas unidades de tropa. Empregando seus meios orgânicos, ou recebendo reforços, elas se deslocam com alguma independência, com rendimento apreciável, por vezes, mas sempre com presteza.

O ARTIGO E OS SUBMARINOS ATÔMICOS

O cruzeiro subpolar do segundo submarino atômico, o "Skate", que acaba de reproduzir, em menos de uma semana, a façanha histórica do "Nautilus", é interpretada, pelos militares, como um indício concreto dos esforços atualmente desenvolvidos no sentido de fazer da Bacia Ártica um dos elementos-chaves da defesa americana.

Malgrado laconismo do comunicado, anunciando o êxito do "Skate" — que, com o "Nautilus" e o "Seawolf", representa o embrião da esquadra atômica do amanhã — a atenção dos peritos foi, sobretudo, despertada pelo fato de que esse submersível tenha podido vir à superfície a 40 milhas do Pólo, aproveitando-se de uma das numerosas aberturas naturais existentes no banco de gelo ártico. Deduz-se, daí, que será possível, em futuro próximo, a submarinos nucleares, munidos de foguetes intermediários "Polaris" de ogiva nucleares — atualmente fabricadas em série nos Estados Unidos — ameaçar eficazmente objetivos situados num raio de 3.200 Km em torno do Pólo. Ora, um simples cálculo revela que, de um ponto da calota glacial situada ligeiramente a leste do Spitzberg, a trajetória de um foguete "Polaris" permitiria atingir, facilmente, em caso de necessidade, Moscou, a 2.240 Km de distância, ou Leningrado, a 1.600 Km.

Assim, no dia em que os Estados Unidos dispuserem de um número suficiente de submarinos nucleares equipados, cada um, com 16 foguetes "Polaris", e suscetíveis de patrulhar permanentemente as águas da Bacia Ártica, estarão de posse de um dispositivo de represálias contra uma agressão possível, que será tanto mais formidável quanto será praticamente invulnerável.

Com efeito, esses "cães de guarda" atômicos escaparão praticamente a qualquer detenção pelos

"radars" inimigos, sob a proteção de uma camada de gelo movediça, com a espessura de 4 a 5 metros. Outrossim, o dispositivo de lançamento, em mergulho, do "Polaris", permitiria a essas plataformas submarinas evitar, quase que certamente, qualquer detenção visual ou eletrônica, no momento de sua eventual entrada em ação.

Os planos atuais do Pentágono prevêem o início da construção, nos estaleiros, de nove submarinos nucleares, de tonelage superior ao "Nautilus" (3.000 toneladas), e, especialmente, concebidos para missões dessa natureza. O primeiro deles será posto em serviço, no mais tardar, em 1961.

Os peritos navais destacam, outrossim, que a abertura da Bacia Polar aos submarinos dos Estados Unidos tornaria "muito precária" as linhas de comunicações marítimas existentes entre o porto russo de Murmansk e o Mar de Behring, linhas essas que, no caso de conflito mundial, seriam vitais para a Rússia.

Reconhece-se, entretanto, em Washington, que a vantagem militar atualmente assegurada aos Estados Unidos pelos dois cruzeiros realizados, com êxito, sob o Pólo, pelo "Nautilus" e o "Skate", está ameaçada de curta duração. Não resta a menor dúvida, segundo se considera nos círculos competentes, que a Rússia, que não dispõe de nenhuma embarcação comparável aos submarinos nucleares dos Estados Unidos, procurará descontar, o mais depressa, esse atraso.

Quando tal se concretizar, segundo se acentua, a situação estará ameaçada de ser revolidada, já que a Baía de Hudson, que penetra no próprio coração do Continente americano, estaria, então, ao alcance de submarinos russos fortemente armados.

A POLÍTICA NAVAL FRANCESA

EDMOND DELAGE

Ex-Presidente da Academia de Marinha

De um notável estudo do Contra-Almirante Monaque, Subchefe do Estado-Maior da Marinha, intitulado "Comentários sobre a política naval francesa", podemos tirar um resumo de suas principais características.

O Almirante assinala, a princípio, que o ano de 1952 foi marcado por dois fatos importantes: foi o ano dos acordos chamados de Lisboa e, também, a época em que a nossa Marinha administrou, na Indochina, a prova de eficácia das forças marítimas e, em particular, dos porta-aviões nas intervenções armadas de além-mar.

De outra parte, os compromissos tomados para com a OTAN determinaram a avaliação das medidas correspondentes ao estatuto naval francês: 540.000 toneladas de navios de combate e 21 flotilhas de aviação naval. Para cumprir esse estatuto no prazo, então, distante de 1970, é necessário construir em média 30.000 toneladas por ano. E, de fato, a realização começa sensivelmente nesse ritmo. Em 1953, 28.000 toneladas são construídas; em 1954, 28.000 toneladas, inclusive um porta-aviões; em 1955, 29.000 toneladas, inclusive um segundo porta-aviões. A partir de 1955, os primeiros produtos do programa entram em serviço, mas, no ano seguinte, o movimento diminui: somente 21.000 toneladas são iniciadas. Em 1957 conta, ainda, com 20.000 toneladas, mas não há praticamente construção em 1958.

Nos meados de 1956, a política militar, a longo prazo, elaborada pela Defesa Nacional Francesa, fi-

xa para o conjunto das Forças Armadas os seguintes objetivos:

- 1) Adquirir o mais cedo possível capacidade de ataque na base de armamentos nucleares;
- 2) Aumentar a capacidade de defesa em face das ameaças externas e internas;
- 3) Aumentar a capacidade de manobra e de intervenção.

A política naval francesa integra-se nesse programa geral no início de 1958. O que se intitula capacidade de ataque atômico pressupõe a posse de explosivo nuclear e a de veículos capazes de o transportar até o objetivo.

Do ponto de vista marítimo, dois sistemas de armamento apresentaram-se ao espírito para o uso de armas atômicas que partam do mar:

- 1) O porta-aviões dotado de aparelhos pilotados ou não;
- 2) O navio transportador de engenhos superfície-superfície.

O navio transportador de engenhos ideal parece ser, atualmente, o submarino de propulsão atômica. Possui capacidade de manobra e de dispersão e, acima de tudo, a do segredo operacional. O submarino atômico está, atualmente, livre das desvantagens do submarino clássico, lento na submersão, obrigado a voltar periodicamente à superfície, dotado de armas de alcance e de precisão reduzidos.

O Almirante passa, em seguida, em revista as diferentes missões da Marinha no ponto de vista da defesa da Metrópole e da União Francesa. O público ignora a amplitude dos interesses nacionais a

serem defendidos. Diariamente, uma média de trezentos navios de alto mar, navegam, sob o pavilhão francês, por todos os mares. Transportam cerca de 1.500.000 toneladas de mercadorias. Representam, com suas cargas, um valor de 4 a 5.000 bilhões. Essa frota faz viver, inteiramente, mais de dois milhões de franceses; faz viver, parcialmente, muitos mais.

A defesa de seus interesses em tempo de guerra consiste, acima de tudo, na proteção das comunicações marítimas. Isso é uma necessidade, se considerarmos que existem, entre os adversários, cerca de 500 submarinos prontos para o ataque.

Em resumo, a Marinha Francesa deverá estar pronta para responder, em primeiro lugar, com a oferta de seus porta-aviões para o uso de bombardeiros pilotados que não, e em segundo lugar, com a construção de submarinos de propulsão atômica para lançamento de bombas. A capacidade de defesa e a capacidade de intervenção, a Marinha dá uma contribuição tanto mais eficaz quanto a polivalência de seus meios, sua mobilidade e autonomia permitem uma grande flexibilidade de utilização e de preciosas possibilidades de concentração.

Após ter examinado os meios exigidos pela política naval assim esboçados, o Almirante Monaque apresentou os principais problemas técnico-militares atuais. Esses são:

- 1) o problema da defesa aérea no mar;
- 2) o problema da luta anti-submarina;
- 3) os problemas referentes à eletrônica.

Contra os aviões subsônicos que atacam com bombas, torpedos e com armas de bordo, a defesa pela aviação de caça embarcada e pela artilharia especializada deve ser mantida até o momento em que sistemas mais eficazes sejam postos em serviço. Embora a frota de hoje e de amanhã tenha ainda de se contentar com caças embarcados

e com canhões fora de moda, é evitar passar, o mais depressa possível, para o estado dos engenhos teleguiados e autoguiados de defesa aérea, engenhos lançados seja diretamente dos navios ou por intermédio de aviões embarcados.

No domínio do descobrimento de submarinos foram realizados importantes progressos do outro lado da Mancha e do outro lado do Atlântico, por uma melhor utilização de vibradores ultra-sonoros de baixa frequência. No domínio das armas, a Marinha francesa conta com o torpedo anti-submarino ASM. Diante, porém, do aumento do alcance do poder de descobrimento de submarinos, é necessário aumentar o alcance das armas. Uma solução consiste em transportar um torpedo de ogiva pesquisadora até a posição aproximada do submarino por meio de um engenho aéreo de grande velocidade. Vê-se, assim, aparecer um primeiro tipo de engenho superfície-superfície especialmente marítimo. Assimalemos, de memória, a existência de outras armas ASM muito interessantes, mas sobre as quais não é possível nos entendermos nesta breve exposição. Esta, porém, por mais rápida e resumida que seja, apresentaria uma grave lacuna se não mencionasse a extrema importância de que se revestem os numerosos problemas relativos à utilização da eletrônica em todos os domínios, e, em particular, nos das transmissões, da descoberta, da direção e das contra-medidas. Há aí um imenso campo de exploração dos recursos cada dia mais numerosos oferecidos pela técnica.

Após essas observações, lancemos uma vista de olhos sobre o que será a Marinha francesa de amanhã, isto é, uma marinha em que todos os elementos, já definidos, estão atualmente em construção ou em projeto, e, depois, sobre a Marinha Francesa de depois de amanhã, que verá a construção dos navios do "estado" seguinte. A Marinha de hoje e de amanhã articula-se em torno do porta-aviões que continuará, por vários anos ainda, a espinha dorsal das forças na-

vais. Capaz de colocar em ação os Setores da força de ataque, de prestar à defesa aérea e à luta anti-submarina o concurso de seus aviões especializados, o porta-aviões constitui o instrumento polivalente por excelência da força marítima.

Três porta-aviões são necessários para assegurar, em todas as circunstâncias, as missões que cabem à Marinha Francesa.

Nossas forças navais compreendem os seguintes navios:

— dois cruzadores, o "De Grasse" e o "Colbert", ainda armados de canhões e que são nossos últimos navios desse tipo. Dispõem de um equipamento eletrônico de valor para a caça.

— vinte escoltadores de esquadra e outros tantos escoltadores rápidos constituem nossas forças de escolta atuais. Seu armamento é ainda um armamento clássico na base de canhões, torpedos e foguetes ASM.

— novos escoltadores da "União Francesa", especialmente estudados para o serviço nos mares tropicais, juntam-se a essas forças de escolta, permitindo assegurar a substituição de nossas forças de Além-Mar.

— vinte submarinos modernos nos permitem realizar, além do treinamento ASM das forças de superfície, as missões ofensivas para as quais são particularmente adaptados.

A essas forças de combate, convém juntar as dragas e os patrulheiros das forças de região, os navios da frota anfíbia e os da frota auxiliar, que constituem, de certo modo, o sustentáculo logístico móvel da Marinha.

Um navio merece menção especial. Trata-se do "Jeanne D'Arc" que representa uma solução original do problema apresentado pela escola de aplicação. Esse cruzador porta-helicópteros, apto para a luta anti-submarina como para as operações de desembarque por helicópteros, excelente navio de comando e de transporte de tropas, parece ser um sucesso e suscita, em todo caso, o mais vivo interesse no estrangeiro.

O quadro dessa marinha de amanhã seria incompleto se não dissessemos uma palavra a respeito da aviação naval. A aviação embarcada atual é de origem ou concepção estrangeira. Será progressivamente substituída por uma aviação puramente francesa: Breguet 1050 "Alize" de combate anti-submarino, Etendard IV de caça e de assalto, cujo modelo bateu, recentemente, na França, o recorde invejado de velocidade pura em mil quilômetros e, esperamos, um bombardeiro de caça capaz de transportar a bomba atômica. Além desses aviões, distribuiremos helicópteros, igualmente de fabricação nacional, pelas múltiplas missões que pareçam destinadas a esse tipo de aparelhos.

Finalmente, embora no futuro próximo nossa aviação estacionada em terra continue armada com material estrangeiro, pode-se esperar que a substituição desse material possa ser feita por um avião de patrulha anti-submarina, de concepção e de fabricação européia. A frota de amanhã apresenta-se ainda como uma frota clássica e cujas armas principais são, ainda, os canhões, o torpedo, a bomba e o foguete para os aviões. Mas cada estado de realização deve compreender os materiais de transição em vista do estado seguinte. Encontramos, na verdade, no estado atual, um primeiro navio de propulsão atômica, o submarino Q. 244, um primeiro navio dotado do novo equipamento anti-submarino e de engenhos associados: o escoltador de esquadra T. 58 "La Gallissonniere", e encontraremos, desde que o orçamento o permita, o primeiro navio cujo armamento principal será inteiramente à base de engenhos um escoltador de grande tonelagem, um verdadeiro cruzador-escolta, ao mesmo tempo antiaéreo e anti-submarino, cujo estudo é feito ativamente pelo serviço técnico de construções e armas navais.

Essas realizações modelos deverão permitir iniciar, em boas condições, em 1963, a realização do estado seguinte, o que denominamos frota de apoio de depois de amanhã. Nessa frota de depois de

amanhã, a força de ataque deverá poder ser exercida pelo submarino de propulsão atômica munido de bombas de superfície-superfície do maior alcance possível. A defesa aérea comportará essencialmente engenhos lançados de aviões embarcados ou de navios de superfície.

O Contra-Almirante Monaque conclui: "Quer seja na ótica da política militar a longo termo, elaborada por nossa Defesa Nacional ou no quadro menos ambicioso, mas, também, realista, das missões tradicionais da Marinha Francesa, pa-

rece indubitável ao observador imparcial, desde que esteja provido de boa-fé, que a superfície do mar e suas profundezas constituirão amanhã um cenário privilegiado para as provas de força em que se enfrentarão sempre os povos. A guerra atômica, se por infelicidade explodir, será a dos grandes espaços, e se quisermos, nós os franceses, preparar essa guerra para não a ter que suportar, serão, muito provavelmente, os sistemas de armamentos atômicos apoiados pelos submarinos que nos permitirão fazê-lo nas melhores condições".

A CAVALARIA

1. A Cavalaria é constituída de unidades terrestres de grande mobilidade, compreendendo unidades a cavalo, motorizadas e mecanizadas. Possui potência de fogo apreciável.

a) A Cavalaria a cavalo é caracterizada pela grande mobilidade, nas zonas de combate, e pela facilidade com que pode deslocar sua potência de fogo de uma posição para outra.

Ela atua em todos os terrenos e sob tôdas as condições de tempo. Sua frente normal de combate é larga e com pequena profundidade. A Cavalaria manobra a cavalo e combate a pé. O combate a cavalo só excepcionalmente, poderá ser realizado por pequenos elementos.

A Cavalaria a cavalo é apta para o desempenho das missões antes, durante e após a batalha terrestre.

A Cavalaria a cavalo é equipada com armas semelhantes às da Infantaria, possui considerável potência de fogo, e é provida de meios de transmissões e transporte motorizado para os suprimentos.

b) A Cavalaria motorizada constitui um elemento de grande mobilidade, que utiliza viaturas como meio de transporte e só combate a pé. Essas viaturas não são aptas a deslocarem-se através do campo, ficando assim prêsas às estradas.

c) A Cavalaria mecanizada é organizada em unidades para cumprir missões de busca de informes, empregando os processos de infiltração, o fogo e a manobra, engajando-se em combate, somente quando necessário para cumprir sua missão. As unidades de cavalaria mecanizada executam reconhecimento afastados, aproximados e de combate, em zonas ou regiões, ou ao longo de determinadas estradas ou direções.



Na guerra, tudo se torna inseguro logo que as operações têm início, salvo a vontade e a energia do comandante-chefe. Isso se aplica igualmente a todo e qualquer comandante; é preciso aderir à decisão a que se chegou, e não se afastar dela, faça o inimigo o que fizer, a menos que esse afastamento seja evidentemente uma imposição absoluta.

MOLTKE

"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :

E. R. SCHEID — Papelaria, Tipografia, Carimbos de Borracha e Material de Desenho — Fornecedor dos Ministérios Militares — Avenida Presidente Vargas, n. 529-S/1211 — Tel.: 23-4830.

PNEUS GENERAL S. A. — Matriz : Rio, Av. Presidente Wilson, n. 165, 9º andar — Tel. 42-4092 — Filiais : Rio, Av. Brasil, n. 553 — Telefone 28-4135 — São Paulo : Rua Bento Freitas, ns. 146-150 — Telefone 34-4699 — Curitiba : Av. 7 de Setembro, ns. 1927-1941 — Distribuidores : Belo Horizonte — Pneumasa — Pneus, Máquinas e Acessórios S. A. — Av. Olegário Maciel, n. 484 — Tel. 2-4731 — Porto Alegre : Cronwood S. A. — Rua Garibaldi, n. 664 — Tel. 6150 — Salvador : Simtral — Sociedade Importadora de Máquinas, Tratores e Acessórios Ltda. — Av. Frederico Pontes, n. 120 — Tel. 6014 — Caixa Postal 720 — Agentes Depositários — Recife : Denis Pairedes & Cia. — Av. Guararapes, n. 154, 5º andar — Tels. 6985 e 7875 — Caixa Postal 469.

FABRICA DE SACOS DE PAPEL — Artigos escolares e para escritórios — Papéis em geral — Barbantes — Caixa Postal n. 4538 — End. Teleg. "JOMECRI" — Jorge, Mendes & Cia. — Fábrica : Rua 29 de Julho, n. 220 — Depósito : Rua Flávia Farnese, n. 120 — Escritório e loja : Praça 11 de Junho, n. 203-A — Tel. 52-2094 — Rio de Janeiro.

LATICINIO CRISTAL — M. Pereira Coronha & Cia. — Rua São Francisco Xavier, n. 176 — Tel. 28-2816 — Distrito Federal.

GRAFICA ARTECOR LTDA. — Tricômiás — Policromias — Rua Flack, n. 138 — Tel. 29-5689 — Rio de Janeiro.

RADIO TÉCNICA ATLAS — F. Perroni — Acessórios para rádios — Travessa Rodrigues Marques, n. 127, Bangu — Tel. 448 — Rio de Janeiro.

A METALÚRGICA FEDERAL — Fundição de Metal e Bronze — Rua Alfredo Dolabela Portela, n. 89 — Tel. 43-2010 — Rio de Janeiro.

"DILAMI" DISTRIBUIDORA NACIONAL DE LAMINADOS S. A. — End. Tel. "Dilaminos" — Rua Camerino, n. 87 — Tel.: 52-2174 — Rio de Janeiro.

SOCIEDADE ARMAZENADORA E COMERCIAL ATLÂNTICO LTDA. TRANSPORTES URBANOS — Armazenagens de mercadorias em geral — Rua Santana, n. 21 — 43-2768 — Rio de Janeiro.

MACHADO CARNEIRO S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Madeiras e Materiais de Construção — Cereais — Charque — Manteiga — Produtos químicos — Rua do Acre, n. 90, 7º andar — Tel.: 43-2482. — Rio de Janeiro.

FABRICA DE CALÇADOS CORCOVADO — Indústria brasileira — Delfim, Madeira & Cia. Ltda. — Rua Antunes Maciel, n. 81 — Tel.: 28-3706 — Rio de Janeiro.

JORGE MENDES & CIA. — Papelaria em geral — Praça 11 de junho, n. 203-A-Loja — Rio de Janeiro.

- NOTRE DAME DE PARIS** — Modas e Tecidos em Geral — Largo de São Francisco, n. 18 — Rio de Janeiro.
- "ATLAS COMERCIAL" EQUIPAMENTOS E MATERIAIS LTDA.** — Escritório: Av. Almirante Barroso, n. 72-13º And. — Tel.: 22-9981 — Rio de Janeiro.
- LABORATÓRIO J. AUBRY & CIA. LTDA.** — Rua Prudente de Moraes, n. 1420 — Ipanema — Rio de Janeiro.
- GUSTAVO VEIGA & CIA.** — Rua dos Andradas, 72-Loja — Rio de Janeiro.
- IMPORTADORA UNIVERSAL LTDA.** — Rua Sacadura Cabral, n. 55 — Rio de Janeiro.
- HOTEL EXCELSIOR** — Av. Atlântica, n. 1800 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA FARMACEUTICA BRASILEIRA** — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas, n. 48 — Rio de Janeiro — Tels.: 42-0335 e 42-1316.
- REMINGTON RAND DO BRASIL S. A. (CASA PRATT)** — Máquinas de escrever, Máquinas de calcular, Máquinas tabuladoras, Arquivos e Fichários — Rua Buenos Aires, n. 283 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA FIAÇÃO TECIDOS "COVILHA"** — Casemiras finas de pura lã — Fábrica: Rua Garibaldi, ns 169 a 187 — Caixa Postal, 1853 — Rio de Janeiro.
- BANCO DA PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL** — Matriz: Avenida Rio Branco, ns. 39-41 — Tel.: 43-4885 — Filial: Avenida Nilo Peçanha, n. 12 — Tel. 52-6122 — Agências: Campo Grande — Av. Cesário de Melo, n. 1188-B — Tel.: CGR 648 — Madureira — Travessa Alice de Freitas, n. 43-A — Tel.: MHS 1022 — Jacarepaguá: Av. Geremário Dantas, n. 56 — Tel.: JPA 453 — Méier: Rua Frederico Méier, n. 22 — Tel.: 29-7915 — Penha: Rua Custódio de Melo, n. 81-A — Tel.: 30-5311.
- COMPANHIA CARNASCIALI INDÚSTRIA E COMÉRCIO** — Avenida Beira-Mar, n. 200-1º And. S/201 — Rio de Janeiro.
- COMPANHIA CERVEJARIA BRAHMA** — Rua Marquês de Sapucaí, n. 200 e José Higino, n. 115 — Rio de Janeiro — Filiais em São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Passo Fundo, Belo Horizonte, Bahia e Recife.
- FABRICA DE MÓVEIS IRMAOS UNIDOS** — Carpintaria e Marcenaria — CUNHA IRMÃO — Tel.: 32-1626 — Rua Júlio do Carmo, n. 112 e Rua Benedito Hipólito, ns. 105-7.
- ALFAIATARIA BOTAFOGO** — Artigos finos para homem — JARBAS LISBOA — Rua São Clemente, n. 85 — Botafogo — Tel.: 26-2977.
- MARCENARIA ITAJAY** — Caixas para vitrolas e móveis em geral — Rua Nóbrega, n. 163 — Niterói — Estado do Rio.
- ORGANIZAÇÕES OLIVEIROS** — Serviços de Carpintaria e Marcenaria — Esquadrilas — Móveis em qualquer estilo — Armários embutidos, etc. — E. VILLAS BOAS — Tel.: 42-7220.
- IMOBILIÁRIA ESTRELA DO BRASIL** — ZELMAN GAMIS — Rua João Vieira, n. 693 — Rio de Janeiro.
- INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINERAÇÃO S. A. — "ICOMI"** — Empresa de Mineração — Av. Presidente Vargas, n. 290, 10º — Tel. 23-5890 — Rio de Janeiro.

UNIÃO DESPORTIVA MILITAR SUL-AMERICANA

(UDMSA)

As Forças Armadas da América do Sul, procurando estreitar os laços que unem os países deste continente, resolveram, em 1952, fundar a UDMSA. Até a presente data a UDMSA só fez realizar provas do Pentatlo Moderno, desporto em que o Brasil acabou de sagrar-se tricampeão e encontros de xadrez, disputados, somente entre o Brasil e a Argentina. O Congresso da UDMSA, que a 29 de setembro encerrou suas atividades, resolveu dar novos rumos à entidade e para isso teve o apoio de todas as nações do continente que foram representadas pelos seguintes delegados:

- Argentina — Major Pedro Mangusi.
- Bolívia — Coronel Hector Aguilar Murguía.
- Brasil — Tenente-Coronel Antonio Barcelos Borges Filho;
- Chile — Tenente-Coronel Eduardo Opazo Corrêa.
- Colômbia — Coronel Antonio Convers Pardo.
- Paraguai — Coronel Fortunato Barrios Acosta.
- Peru — Capitão-de-Fragata Fernando Zapater Vantosse.
- Uruguai — General Julian H. Iraola.
- Venezuela — Coronel Efraim Osorio Belisário.

A sessão inicial foi presidida pelo General-de-Exército Edgar do Amaral, Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas e assistida pelos Generais Hugo Panasco Alvim, Ignácio de Freitas Rolim, Armando Pereira de Vasconcelos e Antonio Pires de Castro Filho. As demais sessões, num total de quatro, foram dirigidas pelo Coronel Pedro Geraldo de Almeida, presidente da Comissão Desportiva das Forças Armadas do Brasil e assistidas por todos os adidos militares sul-americanos.

O plenário resolveu eleger, por unanimidade de votos, o Comitê Executivo da União Desportiva Militar Sul-Americana, sendo aclamado Presidente o Capitão-de-Navio Henrique Green, da Armada Argentina e Vice-Presidente o Tenente-Coronel Airton Salgueiro de Freitas, do Exército Brasileiro. A sede da UDMSA continuará, até 1960, em Buenos Aires.

Comissões especiais elaboraram um programa de competições, para os anos de 1959 e 1960, sendo ainda indicadas as épocas dos prováveis encontros. Cada um dos desportos abaixo mencionado, já consta, no mínimo, com 4 países participantes.

Ano de 1959:

Março — Atletismo de Cadetes (alunos das Escolas Naval, Aeronáutica e Academia Militar) — Local Buenos Aires.

— Basquetebol de Cadetes — Rio de Janeiro.

— Xadrez de Cadetes — La Paz.

— Esgrima de Cadetes — Santiago.

— Box de Tropa — Santiago.

Abril — Futebol de Tropa — Lima.

Maior — Basquetebol e Voleibol de Oficiais — Assunção.

Junho — Natação de Oficiais — Caracas.
Setembro — Esgrima de Oficiais — Quito.
Outubro — Tiro de Oficiais — Bogotá.
Novembro — Pentatlo Naval de Oficiais — Buenos Aires.
Basquetebol de Tropa — Montevidéu.
Dezembro — Pentatlo Aeronáutico — Rio de Janeiro.

Para o ano de 1960 foram programados encontros de Pentatlo Moderno de Oficiais e Futebol de Tropa em Buenos Aires.

Tênis de Oficiais e Box de Tropa em La Paz.
Voleibol de Cadetes e Pentatlo Militar no Rio de Janeiro.
Hipismo de Oficiais em Santiago.
Natação de Cadetes em Bogotá.
Xadrez de Oficiais e Tiro de Cadetes em Quito.
Tênis de Oficiais em Assunção.
Esgrima de Oficiais em Lima.
Atletismo de Oficiais em Montevidéu e Voleibol de Tropa em Caracas.

No Brasil, caberá à Comissão Desportiva das Forças Armadas selecionar os diferentes atletas e concorrentes, após a indicação a ser feita pelas Comissões de Desportos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Diretivas, para que o Brasil se represente à altura, deverão ser fornecidas no mês de outubro de 1958.

As provas em que deverão participar os cadetes do ar e de terra e os aspirantes da Marinha, no ano de 1959, terão como representantes os melhores alunos das respectivas escolas, devendo os treinos em conjunto serem iniciados em janeiro. Podemos adiantar que nas provas de atletismo, a serem realizadas em Buenos Aires, irão dois concorrentes por prova e serão disputadas: provas de pista 100, 200, 400, 800, 1.500 e 4 x 100. As provas de salto abrangerão o salto em altura, extensão e triplo e as de arremesso do peso, disco e dardo. Após a seleção, pretendem os dirigentes entregar os treinamentos ao Professor Osvaldo Gonçalves. Os alunos selecionados para representar o Brasil em Basquetebol deverão somar um total de 12 atletas que, após algumas apresentações, serão entregues à direção do Sr. Togo Soares (Kanela). Pretendem, assim, os dirigentes entregar as equipes do Brasil aos melhores técnicos existentes no país.

No VII Pentatlo Sul-Americano, após uma luta dramática, a equipe do Brasil, sagrou-se tricampeã daquele desporto. Representaram nossas Forças Armadas o Cap. Breno Vignoli e os tenentes Wenceslau Malta e Salvio Lemos.

No Campeonato de Xadrez realizado no Clube Naval e no Clube Militar a equipe do Brasil, conseguiu vencer a equipe Argentina por 7,5 a 4,5. Nossas Forças Armadas foram representadas pelo General R1 Gastão da Cunha, Cel Luiz Liguori Teixeira, Maj Teotônio Vasconcelos, Maj Dr. Hugo Kamsetzer, Capitão-de-Fragata Herbert Gaspary e Cel Médico da Aeronáutica Dr. Sabino Ribeiro Junior.

ATOS OFICIAIS

Leis, decretos, portarias e avisos, de interesse geral para o Exército, publicados durante o mês de julho no "Diário Oficial"

AVISO N. 629-D-5-G — EM 3 DE JULHO DE 1958

Fixa diretrizes para atribuição de denominações históricas a Unidades, Repartições e Estabelecimentos

Tendo em vista estabelecer normas que regularizem as denominações históricas de Unidades, Repartições e Estabelecimentos, determino que as propostas dos Comandos e Chefias interessadas obedeçam às seguintes diretrizes :

1 — As denominações a serem dadas a Unidades, Repartições e Estabelecimentos do Exército, em princípio, devem ter caráter coletivo, genérico, devendo, de preferência, ser toponímicas ou locativas — nomes de regiões, batalhas, ações militares em geral — de modo a abranger na homenagem todos aqueles que do chefe ao mais humilde subordinado participaram do acontecimento que se pretenda comemorar e incorporar à tradição militar ;

2 — Deverá existir ligação histórica entre a denominação indicada e a Unidade, Repartição ou Estabelecimento considerado ;

3 — Na falta dessa ligação, será admissível uma de outra natureza entre a Unidade, Repartição ou Estabelecimento considerado e a região geográfica que lhe servir de sede ;

4 — Quando a mesma denominação interessar a mais de um elemento deverá ser atribuída àquele com que apresentar maior ligação histórica ;

5 — O valor histórico da denominação deverá ser condizente com a importância do elemento considerado, no quadro do Exército — Gen-Ex Henrique Teixeira Lott, Ministro da Guerra.

DECRETO N. 43.934 — DE 3 DE JULHO DE 1958

Acresce ao Regulamento aprovado pelo Decreto n. 30.163, de 13 de novembro de 1951, o Título VI e ao aprovado pelo Decreto n. 34.299, de 2 de fevereiro de 1954, o Título V, referentes aos uniformes das Oficiais Enfermeiras

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, decreta :

Art. 1º. E acrescido ao Regulamento aprovado pelo Decreto número 30.163, de 13 de novembro de 1951, o seguinte :

TÍTULO VI

CAPÍTULO I

UNIFORMES DAS OFICIAIS ENFERMEIRAS

Art. 123. Os Uniformes para as Oficiais Enfermeiras são os seguintes :

3º Uniforme

Boné cinza.

Túnica cinza escura.

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

FUNDADA EM 10-X-913

Enderço: Ministério da Guerra — 3º pavimento — Ala voltada para
Rua Visconde da Gávea — Caixa Postal, 17 — Telefone 43-0563
Rio de Janeiro — Brasil



PREÇOS

Assinatura anual militar	Cr\$ 100,00
Assinatura anual particular	Cr\$ 200,00
Número avulso	Cr\$ 20,00

INFORMAÇÕES

A remessa da revista aos seus assinantes é feita mensalmente pelo Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo Correio Aéreo Militar, sendo enviada diretamente ou por intermédio de representantes credenciados nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições.

Para facilidade de escolha do serviço, a partir de janeiro de 1950, só existiu duas formas de pagamento à escolha de cada assinante:

- a assinatura anual, de Cr\$ 100,00, paga antecipadamente, a contar do mês de janeiro;
- o desconto mensal de Cr\$ 10,00, em folha de vencimentos, processo este que deve ser adotado preferencialmente nos Corpos de Tropa, Estabelecimentos e Repartições, cabendo aos nossos representantes, em cada um deles, zelar não só pela distribuição de acordo com as guias de remessa, como também pelas providências relacionadas com os respectivos pagamentos endereçados ao Diretor-Gerente da Revista.

Os exemplares de assinantes que mudarem de enderço devem ser restituídos à redação, podendo também ser encaminhados ao destinatário pelos próprios representantes.

Os trabalhos enviados à Diretoria para fins de publicação devem ser datilografados e assinados pelo autor, que deverá indicar também o respectivo endereço.

A Revista não se responsabiliza por idéias e opiniões contidas em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Diretoria serão expressas através do "Editorial" ou artigos da Redação sempre em termos elevados e no plano dos altos interesses nacionais.

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, editado pela Imprensa Nacional em dezembro de 1943.

"A Defesa Nacional" considera altamente valioso o intercâmbio com as publicações congêneres nacionais e estrangeiras.

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados em nossas páginas desde que seja citada a fonte.

Só nos responsabilizamos por anúncios tratados por agentes autorizados pela Diretoria, cujas credenciais devem ser sistematicamente examinadas pelos anunciantes.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO
SECRETARIA

Publicado no Bol. n.º _____, de _____ 19__

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Cel Golbery do Couto e Silva
Cel Prof Antonio Linhares de Paiva
Ten-Cel Ayrton Salgueiro de Freitas
Ten-Cel Galvarino Montaldo
Ten-Cel João Batista Peixoto
Major Octávio Testa
Major Luiz Francisco Ferreira
Major Antonio Erasmo Dias
Major Hernani d'Aguiar
Capitão Diógenes Vieira Silva
Prof Hélio Viana
Dr. Jacy Magalhães

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta revista, desde que seja citada a fonte.



Cr\$ 20,00

SMG
IMPRENSA DO EXÉRCITO
RIO DE JANEIRO — 1938